

vida mundial

N. 1895 8/7/76
preço 15\$00

**MANUELA
RAMALHO EANES:**

**Rejeito
a designação
de primeira
Dama**



TOYOTA



o carro já eleito



TOYOTA o carro já eleito

Já eleito, no nosso País, por cerca de 50 000 condutores, o Toyota cobriu todas as previsões no que se refere à **economia**, à **segurança**, ao **conforto** e à **assistência**.

Milhões e milhões de quilómetros foram percorridos pelo Grande Candidato na sua campanha eleitoral num verdadeiro teste de resistência e maneabilidade. E também na poupança. Realmente, o favorito gastou menos do que qualquer outro candidato nesta dura prova quotidiana que já conta mais de cinco anos!

TOYOTA

 vejo
para ficar

E FICOU MESMO

Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:
Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:
A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15 \$00

Assinaturas:

Via ordinária
Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

Via aérea
12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

Redacção e Administração:
Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:
Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:
Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

COMO SE FAZ UM FENÓMENO

Por
Natália Correia



Um fenómeno, Otelo! Com esta boquiaberta fraseologia vai Otelo ocupando na Imprensa o espaço que o saldo das eleições presidenciais indicava que fosse destinado àquele que, por folgada maioria, foi eleito Presidente da República. Mas, contrariando a lógica, os 16 por cento conquistados por Otelo são motivo retumbante para o privilegiar nos órgãos de Comunicação. E romantiza-se Otelo. E fenomenaliza-se Otelo. Admitamos que esta atracção é, em alguns, fruto de um romantismo pueril que na conduta *nave* do major encontra um objecto á sua medida. Mas quando é óbvia a maturidade psicológica e mental dos que, romantizando Otelo, carregam pedras para o seu mito, importa decifrar no enlevo uma forma de enaltecer sem mostrar o jogo.

De qualquer modo, Otelo é lançado como herói romântico da saga revolucionária. Porquê? Porque - diz-se - é uma figura carismática do 25 de Abril. Porque, ao leme das massas operárias e campesinas, volta as costas ao academismo de um PCP reformista e pesadão. Porque, finalmente, incarna o romantismo colectivista que se exprime em anarco-populismo.

Três mistificações facilmente desmistificáveis.

10. - Otelo foi uma figura carismática do 25 de Abril até ao dia em que, por palavras e actos, se mostrou um dos principais animadores da tentativa de liquidar o 25 de Abril nos termos democráticos que, assinalando Eanes como seu intérprete, determinaram a vitória deste. Otelo só é carismático para os que, identificando o 25 de Abril com o 24 de Novembro, pretendem recuperar esta data.

20. - O anti-reformismo de Otelo revela-se uma falsificação quando, logo após o lucro eleitoral obtido, o agora líder da esquerda revolucionária se mostra disposto a aliar-se a um PCP que, ele próprio reconhece, é dominado pela preocupação de pactuar com as forças burguesas.

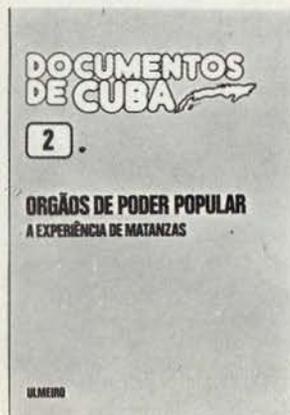
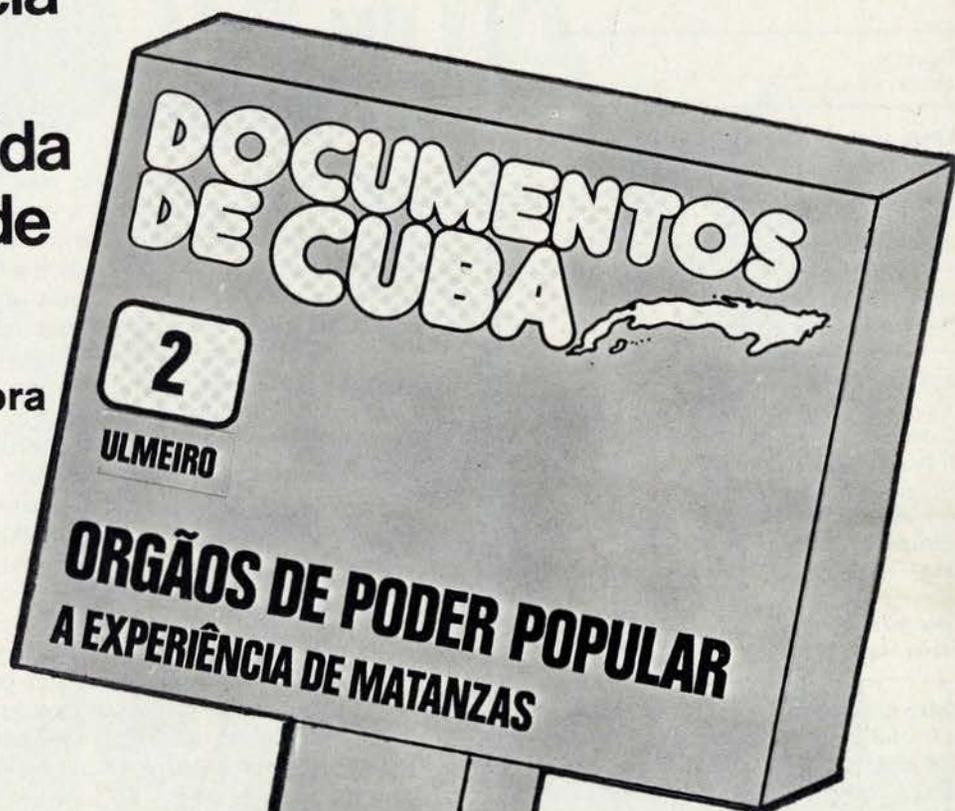
30. - Nem tematicamente nem organizativamente o populismo encabeçado por Otelo pode ser relacionado com a doutrina e a prática anarquistas. Sendo estas fundamentalmente acráticas é aberrante meter no seu contexto um homem que se candidata ao mais alto posto do Poder e que para tal recorre a via burguesa do sufrágio universal.

Mas então porque é que Otelo é catalogado entre os eventos fenomenais? Porque a mesma *intelligentzia* que fabricou a sua campanha eleitoral, a única que mostrou haver mão de mestre na matéria, continua a trabalhar a imagem de marca que lhe grangeou esse acréscimo de votos que deslumbra os que querem ser deslumbrados. Quanto a Otelo, *lui-même*, tem bastante estofos de vedeta para que um bom empresário faça dele uma estrela com a duração que a conveniência recomendar.

Um fenómeno, Otelo! Averigüe-se o motor da fenomenalidade. Em vez de um caso fenomenal veremos o chamado "quarto poder" trabalhando a todo o vapor para fazer um mito como que falocrático de um homem teatralmente dotado para passar por *enragé*.

a importância
deste livro
está à medida
desta grande
questão

ULMEIRO — Editora



A VENDA
NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIDORA
O SECULO

MANUELA RAMALHO EANES, A MULHER DO PRESIDENTE

Se os leitores também votassem nas mulheres dos candidatos, Manuela Ramalho Eanes, provavelmente, também teria sido eleita por maioria absoluta. Com uma simplicidade cativante, recusa a designação tradicional de "primeira dama" — e, pelo facto de ir morar para o Palácio de Belém, não tenciona abandonar o trabalho que vem realizando na Obra Social do Ministério da Educação. Na entrevista que nos concedeu, depois da eleição do marido, Maria Manuela Neto Portugal Ramalho Eanes surge tal como é: uma mulher simples, afável e dedicada, que fornecerá certamente ao novo Presidente da República um sólido apoio para o cumprimento da missão que os portugueses lhe confiaram. Na pág. 10)



EDITORIAL por Natália Correia 1

NACIONAL

Festival da Força Aérea	4
Crise ou recuperação económica	6
Crónica	8
Quem vai refazer o desequilíbrio?	9
Aumentam as doenças mentais?	14
Mural	20
Os surdos	22
Polémica	23
Uma canção para a Europa	24
Os que riem... e os que choram	60
A la minuta	61

ENTREVISTAS

Manuela Eanes	10
António Macedo	41

EFEMÉRIDE

America — 200 anos	45
--------------------------	----

INTERNACIONAL

Alemanha Oriental	52
Polónia	62
Comandos atacaram a meia-noite	63

CINEMA

Loucura Sexual	55
Quase um bom fantástico	55

TEATRO

Mocada vija nas forças democráticas	56
---	----

LIVROS

Alentejo Saqueado	57
-------------------------	----

TV

Quando a TV acerta	59
--------------------------	----

SEPARATA

Máscaras e mascarados	25
-----------------------------	----

ESTADOS UNIDOS: 200 ANOS



No domingo, os Estados Unidos fizeram 200 anos. Nestes 2 séculos, os "sobrinhos do Tio Sam" passaram de uma nação colonizada a líderes incontestados do mundo livre. A grande epopeia dos States está ilustrada na reportagem que inserimos a partir da pág. 41.

MAIS DOENÇAS MENTAIS?

As transformações políticas e sociais provocam sempre, inevitavelmente, um acréscimo de doenças mentais. Depois do 25 de Abril, portanto, aumentou o número de alienados — embora atualmente se verifique, de novo, uma tendência para a normalização. Quatro médicos psiquiatras e uma assistente social discutiram este problema numa mesa-redonda para a "VM" e puseram-nos de sobreaviso: as alterações previsíveis a nível do Governo poderão provocar um novo surto de desarranjos mentais. (Na pág. 14)



separata

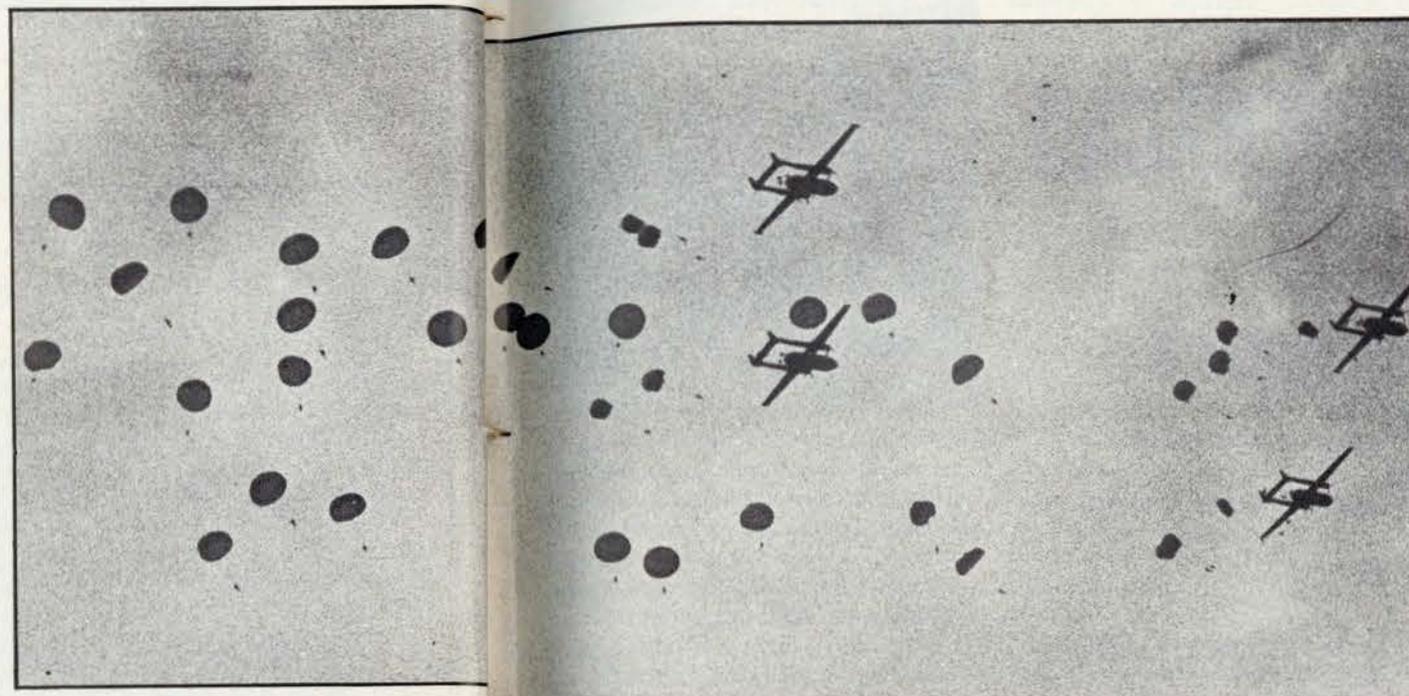


MÁSCARAS E MASCARADOS

Nem só pelo Carnaval o povo português usa máscaras e se mascara. Usos e costumes, práticas e festividades que mergulham as suas origens em rituais milenários chegaram até aos nossos dias, fazendo hoje parte do folclore português. São essas máscaras e esses mascarados, desconhecidos de muitos portugueses, que se evocam na separata deste número. (Na pág. 27)

FESTIVAL DA FORÇA AÉREA

Foi uma odisséia de paciência e determinação chegar à Base Aérea 1, de Sintra, vulgo Granja do Marquês, para assistir ao Festival da Força Aérea do passado dia 4 do corrente mês. As estradas que de Lisboa dão acesso às pistas daquela unidade aeronáutica desde as primeiras horas da manhã que se pejaram de excursionistas e curiosos para verem evoluir a técnica e as habilidades dos nossos aviadores sobre os céus, em que o azul e o verde se misturaram e que Byron cantou.



UM VOAR PORTUGUÊS

Foram três horas, as contadas de caminho. Até lá, o cortejo de veículos andava a passo, interminável cobra prateada e metálica, serpenteando pela região saloia. Não registámos protestos, não detectámos um insulto. Ordeira e domingueiramente, o lisboeta dispôs-se a deslocar até Sintra, munido de farnel e de uma pachorrenha disposição de usufruir de um espectáculo a que não está habituado e não interfere com os deleites do seu descanso semanal. De carro, de motociclo, a pé, lá se deslocaram quantos programaram sem azedumes de tempo, seus ócios e disponibilidades.

A festa estava primeiro. Os contrastes são efeitos ponderáveis e nem por isso motivo de renúncia ou de mau-humor. E lá fomos todos, civilizada e gostosamente.

Ultrapassada Sintra, ainda dentro do nosso carro de serviço, assistimos à largada dos pára-quedistas lançados por aparelhos Nordatlas. Uma profusão de homens a enxamear os ares e a ensombrecer ainda mais o céu ensombrecido da manhã sintrense. Com seus cogumelos de panos pardos, descendo



delicadamente como pétalas, sem agressividade, antes anjos de que anunciação?

Já na base, na nossa ânsia de assistir a tudo, revirámos, num vaivém, as cabeças tontas da estupefacção, ante o incógnito do que faz mover aqueles objectos terrivelmente voadores e ferozes de devorar as leis da gravidade. Formações compactas de zumbidores, disciplinadamente organizados e cabriolando azares de sorte que as matemáticas físicas consentem. Rapazes em seus trapésios voadores, operando maravilhas de sensações e destrezas em que o temerário fica aquém do risco e

do desprezo. Contadores de velocidade, barreiras de som vencidas com um sopro de números, desenhos que imitando pássaros os intimidam, corpos que extraídos ao ventre da terra se alçam na atmosfera e alteram o seu ritmo e rigor, desafiam os elementos, transtornando-os, brincam aos mitos e apeiam-nos de seu milenário e tranquilo pedestal.

Depois dos milagres dos pequenos deuses, que trataram por tu o que nos está superlativamente acima, evocamos os heróicos precusores, os pais, no tempo, destes filhos magníficos do espaço. E foi a visita à exposição da



Força Aérea Portuguesa. Seus veículos primitivos, seus nomes que possibilitaram asas mais velozes, um pioneirismo que acabou por tornar fácil o que só em lendas era concebível. Gago Coutinho, Plácido de Abreu, Sarmento de Beires, os nossos "estetas" da arte de voar. Lá todos, com seus rostos, seus aeroplanos de arame e lona, suas cartas de singrar os ares e percorrer a rotundidade do planeta, acima, sempre acima.

Mais além é um lema não só da aeronáutica. O fenómeno de se atingir os pélagos mais absolutos tem na aviação um amigo da arte e da poesia. Da imaginação, até da religiosidade. Mais ainda.

Daí, este Festival da Força Aérea Portuguesa ter despertado em nós um significado que pela sua magia nos toca a sensibilidade. A força de voar não só eleva os homens como protege os seus credos mais livres.

● Dórdio Guimarães

EFEMÉRIDES DA AVIAÇÃO

1912 — Arranque da aviação militar em Portugal. António José de Almeida apresenta projecto de lei para a constituição de um Instituto de Aviação Militar.

1914 — Criada a Escola de Aeronáutica Militar. Funcionava em Vila Nova da Rainha, no Ribatejo. Os trabalhos de construção das instalações e pista tiveram início em 1915.

1915 — Seguem para os EUA e França os primeiros seis oficiais portugueses que frequentaram cursos de pilotagem, entre os quais Sacadura Cabral. Os **brevets** foram obtidos no ano seguinte.

1916 — Primeiro voo na pista de Vila Nova da Rainha. O avião utilizado para o efeito havia sido oferecido por um oficial português naturalizado brasileiro. Outra das primeiras unidades da Escola fora igualmente oferecida, depois de adquirida em França pelo

(Continua na pág. 63)

Economia

CRISE OU RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

— ALGUMAS COORDENADAS

A crise econômica que defrontamos exige rápidas medidas de contenção. O êxito dos procedimentos de emergência que a situação requer depende em grande parte do condicionalismo político. Assumir a consciência das coordenadas deste problema é já um passo para o ultrapassarmos.

A crise econômica — e suas consequências imediatas — é o pano de fundo no palco dos acontecimentos políticos, não só até a formação do primeiro governo constitucional mas para além dele, nos longos meses que decorrerão até que as famigeradas nuvens negras da falência generalizada sejam varridas pelo vento da recuperação. Esta crise, de que os políticos pudicamente evitaram falar, cria o terreno propício a uma desestabilização social que poderá neutralizar os mais corajosos esforços para a combater com decisão.

Embora se fale (reflexo do optimismo que esperançosamente queremos ter) num abrandamento do ritmo inflacionário e se aponte (valores do Instituto Nacional de Estatística) uma subida de preços no consumidor da ordem dos 15,5 por cento, deve ter-se presente que a carestia de vida conduz a pressões salariais, enquanto a produção estagna ou mingua. A produção industrial, que no período de 1967 a 1973 crescera a média de 9 por cento ao ano, decaiu em 1974 na ordem dos 4 por cento e afundou-se em 1975 de 15 a 20 por cento.

Refira-se de passagem que embora a taxa de desemprego seja elevadíssima, está longe de traduzir a realidade, pois ignora o desemprego camuflado — empresas improdutivas, teoricamente a funcionar a custo de subsídios, para que o mercado de mão-de-obra de

reserva não seja alargado. Um exemplo, entre muitos: em Março deste ano havia 150 fábricas de conservas em situação de falência técnica, perto de 300 têxteis em idênticas circunstâncias, etc.

A massa salarial, que nos dois últimos anos quase duplicou, não teve contrapartida num acréscimo de produção. O dr. Salgado Zenha, ministro das Finanças do VI Governo Provisório, declarava em Novembro do ano passado que o País estava a consumir 40 por cento mais do que produzia. Consequências: desequilíbrio da balança comercial, desnível da balança de pagamentos e esgotamento das divisas depositadas no Banco de Portugal. Processo agravado pela crise do turismo e quase suspensão das remessas dos emigrantes.

Em inícios deste mês, fomos surpreendidos (e chocados) com a revelação do mesmo dr. Zenha: Portugal vai contrair um empréstimo externo, apoiado nas nossas reservas de ouro, o qual atingirá a cifra de mais de 250 milhões de dólares (perto de 7 milhões de contos). E o ministro acrescentou — esse empréstimo dar-nos-á para viver mais de dois meses.

As dúvidas e interrogações colocam-se. O empréstimo externo contraído permitir-nos-á comer durante 60 dias. E depois? Novo empréstimo? Manteremos as ilusões de relativa abastança com os baloes de oxigénio



vindos do estrangeiro, apenas permissíveis enquanto existirem as reservas de ouro nos cofres do Branco de Portugal? É evidente que a solução não está aí, a menos que queiramos regressar aos velhos tempos da monarquia, com a hipoteca das alfândegas e a penhora do País. É a nossa independência, mesmo relativa, que está em causa.

Contado, pesado e dividido o que nos resta, a conclusão ressalta. Para vencermos a crise temos de aumentar o produto nacional e apertar o furo ao cinto. Devemos contar prioritariamente com as nossas próprias forças, o que não significa desprezo pelo recurso aos empréstimos externos. O errado está em fazer deles a varinha mágica para alimentar uma perigosa ociosidade: os empréstimos têm de ser pagos, acrescidos de juros. Nestas condições, se não concentrarmos esforços para um arranque produtivo, se não acumularmos a partir da riqueza que produzimos, se não investirmos, os empréstimos serão o meio de ficarmos mais pobres vivendo a aparência de estarmos ricos.

Esta é a evidência que muita gente, mesmo a nível governamental, tem afirmado. Todavia, como quase todas as verdades fáceis, encobre uma pequena mentira, ou uma ocultação da verdade. É que sendo verdadeira a necessidade de aumentar a produção, exige-se a resposta a uma pergunta de base: produção de quê? E outra pergunta ainda: produção como, em que condições, para quê? Em síntese, exige-se que a indicação dada ao País — é necessário produzir — seja acompanhada de definições claras e que concerne a política económica e a política social adoptadas. Caso contrário, teremos o embuste das “batalhas

da produção" tao ao gosto do "companheiro Vasco".

Por partes: o aumento da produção deve ser perspectivado de acordo com duas coordenadas — a independência económica do solo português, a justa e correcta distribuição pelos seus habitantes da riqueza produzida. Isto pressupõe que o crescimento económico obedeça a prioridades claramente estabelecidas. Pressupõe que se diga: nao produzimos matérias-primas. Poderemos ter muitas toneladas de trigo, mas não temos beterraba (e, portanto, não temos açúcar), não temos algodão, não temos tabaco, etc. Se não temos matérias-primas ficamos a mercê das flutuações do mercado internacional, sem condições para nele competirmos. Pressupõe que se diga: a reforma agrária será um "bluff" se não tiver em conta os superiores interesses da nossa independência — e, se assim é, a apreçoada melhoria das condições de vida dos trabalhadores é demagogia, como o facto da crise que vivemos e as consequências que inevitavelmente tem e terá nas condições de vida das massas laboriosas, dos níveis salariais o estão demonstrando por a b.

Como vamos resolver o problema: aumentando a nossa produção, apenas? Tomemos um exemplo — Cuba. O aumento da produção açucareira cubana aonde conduziu? Ao reforço da monocultura. Como consequência, Cuba passou da estreita dependência dos Estados Unidos para a ainda mais estreita dependência da URSS. Conclusões a extrair: que o aumento da produção terá de ser acompanhado de uma correcta diversificação e do "ter em conta" das necessidades nacionais.

Isto que se diz para o produto agrícola coloca-se igualmente para outros sectores da economia. Assim com a energia, assim com a indústria.

Pondere-se noutro aspecto: o aumento da produção deverá contemplar a sua função social. Não se trata de aumentar a produção para que os índices económicos cresçam. Temos meio milhão de desempregados, talvez outros tantos nas condições de subemprego. O aumento da produção deverá conduzir a eliminação do desemprego e subida dos níveis de vida, suporte da criação de um mercado interno que liberte a nossa indústria dos condicio-

nalismos do mercado externo (é evidente que isto se coloca sempre em termos relativos): uma indústria que viva apenas para a exportação nunca será a indústria de um país emancipado.

Sabemos que estas metas não se alcançam num dia. E que a elevação das condições de vida a que aspiramos terá de ser posta no médio prazo. Porque, para já, não temos capital para investir. Necessitamos dele. Necessitamos de o criar, de o produzir. O facto aponta para a necessidade de uma correcção salarial que tenha em conta a complexidade de cada trabalho específico. Para a necessidade de sermos mais realistas do que românticos. Para a necessidade de não mandarmos pela borda fora todo o romantismo, sem o qual não há crença na vitória.

A quebra da produção e o crescimento da massa salarial determinou a redução da oferta e o alargamento da procura. Resultante: a subida dos preços em flecha. Os mecanismos do mercado, inevitavelmente, absorveram esses aumentos salariais, com a consequente contenção da procura. É o círculo vicioso de todas as economias de mercado, como a nossa.

Em Portugal, certos aspectos contribuíram para que a crise característica do círculo se agravasse. Factores políticos, por um lado. A instabilidade afugentou o investimento... e os técnicos. As estatizações massivas criaram um monopólio monstro, sem dinâmica, que entrou na fase da autofagia. Por outro lado, tivemos factores psicológicos: por exemplo, os súbitos aumentos salariais de 1974 e 1975 foram canalizados para bens supérfluos — compra de mobiliário e automóveis, de andares e prédios.

Esse condicionalismo não permitiu um correcto aproveitamento do mercado interno estabelecido, até como derivativo para o mercado colonial que se perdia. As grandes greves até Setembro de 1974 e a vaga grevista do primeiro semestre de 1975, logo seguidas das estatizações, tiveram duas consequências — queda da produção e do investimento. A reconversão industrial e a arrancada económica que se

impunha não se realizaram.

Agora, Julho de 1976, estamos no fundo do poço e obrigados a trepá-lo com esforço, a velocidade do caracol. Já não temos um mercado interno de facto existente. E criámos uma mentalidade perigosa, inculcada pela propaganda demagógica de partidos contra-revolucionários (os partidos antedemocráticos). A democracia foi identificada com a abundância, com os salários de 15 contos, com o décimo quinto mês e as 30 horas de trabalho. Tudo quanto não seja isto, ensinaram os pseudo-revolucionários, é fascismo.

Em termos políticos, este tipo de propaganda veiculado durante meses, pelos jornais, pela televisão, pela rádio, impediu a consciencialização das massas populares e determinou a sua actual despolitização. Não há motivações políticas (ainda) para a mobilização do trabalho e para os sacrifícios que têm de ser suportados. É um dado a considerar, determinante na arrancada que se pretende.

Explicamos: as medidas de austeridade (inevitáveis) tem de ser encaradas como aquilo que são — medidas de emergência. Recusá-las é acelerar a crise. Mas torna-se impossível que tais medidas sejam aceites sem que haja consciência da sua necessidade, mas essa consciência apenas será assumida na medida em que uma politização efectiva acontecer.

Por outro lado, a queda dos salários reais acarreta descontentamento. Os que se opõem à democracia e, nesse sentido, lutam pelo Poder tentarão aproveitar em seu proveito o descontentamento. Virão as greves. As greves significam quebra, paragem da produção. Significam mais gramas no lastro do navio que se afunda. Em última instância, redundarão no agravamento das condições de vida dos trabalhadores, em mais agitação social, a culminar em previsíveis situações políticas totalitárias.

Ser revolucionário é defender a independência e a democracia. Ser contra-revolucionário é contribuir para a dependência e para o fascismo, em qualquer das suas formas. Para que a democracia se consolide e a independência se conquiste é necessário vencer a crise. E para vencer a crise é necessário trabalhar.

Crônica

SERÁ A REVOLUÇÃO REACCIONÁRIA?

Quem adivinhou no dia 8 Termidor (26 de Julho de 1794) que se encerrara o período ascendente da grande transformação política, social e económica da França e da vida dos franceses, ao findar o século XVIII?

E, na Primavera seguinte, ao ver rechaçado e esmagado nas ruas de Paris o povo insurrecto que reclamava a aplicação integral da constituição (da de 1793), quem pensou na perenidade das conquistas que esse povo acabara de alcançar?

Há uma beatitude superior e satisfeita na forma como hoje dizemos que poucos homens desses tempos terão tido uma noção aproximada do que se estava a passar. Mas esta beatitude deve dar lugar — é já a nossa própria experiência revolucionária quem o diz — ao sentimento de que para além dos militantes activistas, uma multidão de observadores havia, há sempre, e que essa multidão sabe o que está a passar-se, sente as transformações fundamentais do seu tempo como acontecimentos verdadeiramente importantes (despreza os frutos temporões que cairão como as folhas secas), prevê o nascer de um mundo novo e contempla, em consciência, o pôr do Sol definitivo sobre as instituições mortas que ainda conheceu em vida.

Na verdade, todas estas transformações têm repercussões imediatas, quase imediatas e diferidas mas desde logo adivinhadas, na vida das pessoas e dos diferentes grupos de pessoas que compõem uma comunidade. De tal forma que muitas criaturas atentas mas silenciosas, afastadas dos clubes políticos, dos centros de decisão, têm uma noção

mais exacta do seu curso que os heróis e as vítimas das peripécias que a História regista.

Terão afinal os militantes políticos mais aptidões para avaliar o percurso das revoluções, na sua concretização, do que outros agentes socioeconómicos e muitos trabalhadores quando estes se dão também a esse simples trabalho de olhar, de avaliar e reflectir? Ainda que reservando-se numa atitude de espectadores e de votantes?

Talvez. Mas a margem de dúvida nesta matéria já é suficiente para que usemos escrever as nossas observações, para que usemos pôr à reflexão dos "leaders", dos dirigentes políticos, dos economistas do governo, algumas questões práticas que nos ocorrem, pensando num dia de trabalho, lendo uma revista, um diário, um "relatório e contas", um texto oficial, procurando a solução dum outro problema que há que decidir no dia seguinte ou lendo descontraidamente um dos nossos autores predilectos — que o espírito e os hábitos resistem já a novas amizades e conhecimentos.

Porque não será esta experiência de uma robusta mediania com pretensões a bom senso, mais interessante e mais sugestiva do que toda a abundante e prolixa pedagogia ideológica derramada há anos já, sobre este povo de tão profunda finura, com uma história e uma experiência políticas já longas e singularmente enleadas na história universal e das civilizações?

Também na vida profissional, familiar, cultural, na vida "tout court", a revolução é para muitos não-revolucionários deste país uma vivência profunda. Vão acompanhando os seus impul-

sos e retrocessos, vão aferindo-os por padrões que são, por vezes, um bom teste revolucionário. E não acabarão por ser o seu verdadeiro motor ou tração?

Sim, porque as revoluções, mesmo no seu período mais agudo, são processos descontínuos de pequenos passos no sentido do avanço e do recuo. Todos sabemos que as revoluções são revolucionárias. Mas não serão também reaccionárias? Não é verdade que os operários, na primeira fase da chamada revolução industrial, destruíram muitas vezes as máquinas?

Este ângulo dos problemas revolucionários é certamente mais original, e por nos parecer com mais interesse, resolvemos tomá-lo por guia nesta coluna sobre assuntos económicos que a "Vida Mundial" nos dá o ensejo de escrever: **Será a revolução reaccionária?**

Procuraremos aqui surpreender aqueles fenómenos a que outros chamam "as contradições da revolução". Não somos revolucionários, nem analistas políticos, nem mesmo macro-economistas — apenas um pouco de tudo isto por dever de cidadania e de ofício. Não podemos portanto pretender retirar às nossas observações certos ressaibos da ingenuidade que realmente têm. Mas queremos imprimir-lhe outra qualidade que julgamos fruto de uma outra experiência?

Somos daqueles que na vida corrente, lado pessoal e lado profissional, trabalhamos por diversas formas no sentido de transformarmos este país de que somos.

Tivemos a possibilidade de lançar algumas iniciativas e de as concretizar lutando por elas.

Por isso, não só conhecemos de perto a evolução de uma conjuntura que foi adensando todos os problemas e acabou por provocar as suas roturas, mas também conhecemos as inépcias personalísticas, políticas e metodológicas, os arcaísmos e oportunismos dinamicamente complementares, todo o

álibi duma repressão e, sobretudo, de uma desonestidade e de uma injustiça institucional que ainda existe a que se chama com técnico pudor: resistências de estrutura.

E se uma parte de nós viu com cepticismo, apoiado na obra interrompida, as grandes ambições da revolução, outra parte abriu à sua energia, à sua generosidade, ao seu querer fazer, um grande crédito de confiança.

Porém, que será uma estrutura que resiste?

Será apenas um estatuto da propriedade, uma repartição de rendimentos e produto nacional? Ou isto serão meros indicadores de **motivações** e de **mentalidades**? Essas modificar-se-iam?

Depois do 25 de Abril de 1974 havia que deixar correr a água por baixo das pontes. Aqui em Lisboa, a ponte é só uma, e continua a ser a ponte sobre o Tejo. E como o Tejo é largo e a água, essa, é muita, quando se põe a correr é "um ver se te avias".

Não é cedo, pois, para atacarmos as velhas estruturas onde elas parecem ser mais resistentes, ou seja, nas **motivações** e nas **mentalidades** que resistem e se tornaram até por vezes mais incipientes, mais rústicas, mais pobres. Ao ponto de nos darem, ao fim de tanto tempo, de tão longo esforço, **álibis** que até parecem velhos "clichés". Será a revolução reaccionária?

No próximo artigo começaremos pela "Austeridade".

Certamente que veneramos e não enjeitamos grandes conquistas desta revolução; elas frutificarão, por certo, um dia, para o povo português. Mas não podemos deixar de reflectir como o Visconde de Garrett em 1847: "A sociedade já não é o que era, não pode tornar a ser o que foi, mas muito menos ainda pode ser o que é".

● CÂNDIDO

QUEM VAI PAGAR O DESEQUILÍBRIO?

Dois novos empréstimos foram concedidos a Portugal nesta última semana. O primeiro, proveniente do Banco Mundial, orça em 36 milhões de dólares (cerca de 1 milhão de contos) e será aplicado num programa de investimentos, durante 10 anos e reembolsável em 15, com vista a incrementar o fornecimento de electricidade.

O segundo, oferecido pela CEE sob a forma de créditos a longo prazo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), tem como montante máximo 150 milhões de unidades de conta, sendo que cada unidade—conta equivale a 32,83 escudos.

Por outro lado, Salgado Zenha, à saída do Conselho de Ministros, fez declarações significativas. O desequilíbrio da nossa balança de pagamentos é da ordem dos 100 mil contos por dia, e dentro em breve teremos de contrair um novo empréstimo, apoiado nas nossas reservas de ouro, de mais de 250 milhões de dólares. Isto equivale a 7 milhões de contos, o que nos permite viver pouco mais de 2 meses.

Mas Zenha acrescentou: "Alguém tem de pagar este desequilíbrio."

E é aqui que se entronçam os problemas. Na definição deste "alguém", na atribuição clara dos responsáveis e responsabilidades demarcam-se campos e opções políticas, caminhos e rumos a traçar.

Antes de dar por finda a sua missão, o VI Governo Provisório decidiu tomar uma série de medidas para tentar resolver a crise que se atravessa. Não nos deteremos em cada uma isoladamente, mas nos reflexos que poderão ter nos vários sectores laborais do País.

É impossível escamotear que as restrições na circulação automóvel, energia eléctrica e saída de divisas, juntamente com o agravamento dos impostos, irão provocar reacções desfavoráveis nas camadas trabalhadoras, reacções essas que podem vir a ser aproveitadas por forças políticas antidemocráticas, com o único fim da desestabiliza-

ção. E também não se deve esquecer que estas medidas provem de um governo que está a chegar ao fim e que, promulgadas agora, poderão influir decisivamente na actuação do governo definitivo que em breve será constituído.

Ou seja, a aplicação das medidas citadas (e outras que surjam no mesmo estilo) despoletará uma onda de contestação que, manipulada por determinadas forças, pode vir a servir para pressionar o futuro governo.

E aqui voltamos à questão de quem é o "alguém" que tem de pagar o desequilíbrio. Parece-nos que as medidas tomadas agora não atingem os centros nevrálgicos afectados e que ficam pelo secundário. Basta citar, por exemplo, o caso da saída das divisas. Esta limitação, que significa uma poupança de 5 milhões de contos no défice da balança de pagamentos, e que poderá, por sua vez, acarretar o desemprego de centenas de pessoas, terá, de facto, um peso relevante no total do nosso défice, que é de 51 milhões?

Por último, gostaríamos de lembrar as declarações de Ramalho Eanes no Porto. Disse o presidente que "este país há-de ser um país de trabalhadores e a riqueza tem de nascer do trabalho. Temos de trabalhar todos, mesmo aqueles que até agora não têm feito nada. Este país há-de reconstruir-se pelas mãos dos trabalhadores e, como presidente deste país, tenho que estar necessariamente convosco e estou convosco".

Parece-nos que as afirmações de Eanes muito pouco têm a ver com as soluções apontadas pelo quase findo governo. Elas ligam-se, isso sim, ao programa que o então candidato à presidência apresentou ao país, onde a pedra de toque era a necessidade urgente da aplicação de uma correcta política de independência nacional.

E esta passa pela verdadeira e não demagógica consciência de que "a riqueza tem de nascer do trabalho". Só assim não serão mais necessários os balões de oxigénio dos empréstimos nem o uso ao recurso extremo das nossas reservas de ouro.

F.F.



Manuela Ramalho Eanes

UMA MULHER COMO AS OUTRAS

Maria Manuela Neto Portugal Ramalho Eanes. Uma mulher portuguesa. A mulher do décimo quarto Presidente da República Portuguesa. Desistimos de chamar-lhe "primeira dama". Maria Manuela rejeita a designação, por 'considerar que todas as mulheres portuguesas têm, neste momento grave, "primeiros papéis" a desempenhar. Primeiros em importância, em gravidade, em utilidade social.

Inteiramente voltada para os outros, Maria Manuela Eanes é a imagem da mulher, feminina, doce e enérgica, profissional competente e boa dona de casa, de voz cristalina, quase infantil, princípios firmes, estruturas sólidas e propósitos inadiáveis.

Colaboradora de seu marido desde sempre, ela foi a segunda imagem do general em comércios, sessões, visitas, discursos, reuniões, milhares de quilômetros de estrada em duas semanas,

ameaças, riscos de vária ordem.

Para tudo isso, ela interrompeu a sua actividade profissional — a obra social do MEIC —, pedindo o seu mês de férias, e dedicou-se, corpo e alma, até à exaustão, a tarefa considerada prioritária por ambos, a qual se prometeram, após difícil, penosíssimo meditar.

"Alea jacta est." A mais dura missão a espera. Sobre alguns aspectos do que irá ser a vida da mulher do nosso

presidente, conversámos com Maria Manuela.

Vida Mundial — Como mulher do Presidente da República, muitas tarefas, as mais variadas, a aguardam. Gostaríamos de saber, quanto a elas, onde irá colocar o seu acento tónico: — ser a coadjuvante, o apoio, em suma, a mulher do Presidente; ou desenvolver uma actividade própria, paralela, senão convergente.

M. Manuela Ramalho Eanes — Gostaria, se me fosse possível, de atingir os dois alvos: dar-lhe todo o apoio que conseguir, ajuda-lo no seu trabalho, secretariá-lo, mesmo um pouco da forma interessada e atenta que mais ninguém poderá ter e, por outro lado, continuar a minha actividade profissional, concretamente, a obra social do

Ministério da Educação e Investigação Científica. Como sabe aí eu tenho sobretudo dedicado a minha atenção aos problemas relacionados com infantários, jardins de infância e a terceira idade.

Quanto a estas actividades concretas, penso que poderei, agora, dar-lhes uma amplitude muito maior. Assim, e não abandonando a minha actividade própria, creio que poderei desenvolver uma actividade paralela e convergente — perdoe-me o erro geométrico! — a do meu marido. Ocupada que estarei, também, com toda uma série de outras tarefas acessórias, terei, inevitavelmente, que dedicar menos horas diárias ao MEIC. Gostaria ainda de poder fazer qualquer coisa mais, quanto ao problema dos diminuídos físicos e mentais.

V.M. — Sabemos quanto lhe é importante a vida familiar, assim como quanto ela será afectada por uma alteração radical de vida. Que pensa fazer para preservá-la?

M.M.R.E. — Não sei exactamente o que farei para preservar a nossa vida

“Considero que o ensino, em Portugal, tem sido orientado em relação a outros valores que não os nossos”

familiar. O que sei, de certeza, é que ela será preservada: o nosso filho, os nossos amigos, o nosso ambiente de casa, do qual não gostaria de separar a calma que sempre encontramos nos momentos em que precisamos dela. Tudo será, indubitavelmente, muito mais difícil, rodeados que estamos de tanto trabalho e preocupação. Mas tudo farei, também, para que não se perca o nosso ambiente de repouso e de paz, de momento para nós próprios que nos são vitais.

V.M. — Apesar de licenciada em Direito, sabemos que nunca exerceu qualquer actividade jurídica, antes foram os problemas sociais que sempre a chamaram. E os problemas políticos? A sua inserção neles aconteceu como mal necessário, porque assim foi preciso, ou pelo contrário despertaram-lhe antes a atenção?

M.M.R.E. — A passagem por um curso em Direito dá, por si, como sabe,

uma certa preparação política e um vislumbre, pelo menos, de ideologia e filosofia política. Para além disso, de há dois anos para cá, eu, como todos nós, portugueses, temos intensamente experimentado toda uma vivência política. Não quer dizer que antes não existisse em mim uma preocupação de estudo e aprofundamento de certos problemas da política. Agora, há uma verdadeira vivência, obrigatória para cada português. Refiro-me, como é evidente, aos verdadeiros problemas políticos, aqueles através dos quais se procura alcançar determinadas metas no campo social, económico, etc., os únicos que interessam e recuso, categoricamente, a sua deturpação, aceção que as vezes se dá a palavra e que mais não significa que um conjunto de jogos ocultos e pouco honestos para alcançar objectivos meramente egoístas, quantas vezes apenas de ambição pessoal.

V.M. — Em termos de definição política, comunga, em absoluto, das ideias do seu marido, ou existem algumas divergências?



“Para mim, a família continua a ser a pedra basilar em que deve assentar qualquer sociedade”

M.M.R.E. — Não há divergências entre nós, nesse campo. Comungamos das mesmas ideias, partilhamos o mesmo ideal. São idênticas as metas a atingir, como são iguais os caminhos a percorrer para alcançá-las...

V.M. — Quais, para si, os problemas específicos da mulher portuguesa?

M.M.R.E. — Penso que o problema número um da mulher portuguesa que trabalha — e qual não trabalha hoje? — é o problema da guarda e da educação dos filhos, na primeira infância. Portanto, um problema que toca imediatamente em infantários, jardins de infância, escolas e horários escolares que criem condições de forma que a mulher possa realizar-se profissionalmente, sem o acréscimo da preocupação de não saber a quem deixar os filhos. Muitas comissões, em vários ministérios, têm-se debruçado sobre o assunto, mas o que existe, de facto, é, ainda, manifestamente insuficiente.

Para além deste problema, outros existem, desde a discriminação social entre a mulher e o homem, onerando inevitavelmente aquela. Mas aquele de que falei antes parece-me fundamental.

V.M. — Em relação a forma como o ensino tem sido orientado em Portugal, porventura a forma como deverá ser orientado, no futuro, que lhe ocorre dizer?

M.M.R.E. — Considero que o ensino tem sido orientado em relação a outros valores que não os nossos.

E creio fazer eco da maioria das mães portuguesas com filhos em idade escolar, ao afirmar que não é isso que queremos para os nossos filhos. Em muitos casos — e tenho disso conhecimento directo — acontece que comissões de gestão de escolas pretenderam orientar o ensino de uma forma totalmente refutada pelas comissões de pais. Isto não pode — não poderá — acontecer.

De forma semelhante sucedeu na elaboração dos livros adoptados, com especial incidência e gravidade no que



"Na ausência de valores que lhes sirvam de esteio, na inexistência da necessidade de fazer coisas úteis, os jovens desviam-se para outros caminhos"

mação do carácter, à criação de sólidas estruturas morais, estratificadas na prática, em comum, das boas qualidades, como na aprendizagem das virtudes que, mais do que pela palavra, se aprendem no dia-a-dia.

Célula fundamental da sociedade, ela desempenha, também, um papel insubstituível na criação e educação dos filhos. O infantário, o jardim de infância, a escola serao coadjuvantes da família: nunca poderão, sem desvantagem, substituí-la.

Em relação ao casal, origem da instituição familiar, o assumir em comum das responsabilidades, a luta, lado a lado, no quotidiano, permite, ainda, o enriquecimento mútuo da personalidade, o fruir mais feliz dos bons momentos e o padecer menos duro nas vicissitudes.

V.M. — Quais, na sua opinião, os problemas mais graves que afectam a juventude portuguesa? Em que medida poderao estar relacionados com os problemas da infância ou com a instituição familiar?

M.M.R.E. — Penso que o principal problema da juventude é a falta de apoio, de ajuda, tanto por parte da família como da escola.

O meu conhecimento do problema não é, aliás, empírico: fui, durante três anos, a principal responsável por uma colónia de férias de raparigas estudantes, de idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

Em minha opinião, os jovens estão sequiosos de tudo o que se lhes possa dar de bom. A receptividade deles é enorme, os apoios é que não têm correspondido. Os valores fundamentais, ou não chegam até eles, ou alcançamos já desvirtuados.

Tem, no entanto, duas faces, a sua receptividade: se absorvem o que lhes dão de bom — e escasseia — do mesmo modo tudo o que é mau não é "peneirado". O que não abunda é, justamente, a preocupação de lhes dar o que

poderá ajudar a sua formação, criar um sistema de valores que os torne mais cedo úteis a sociedade, que lhes ensine a generosidade e o sentido dos outros.

Os próprios programas escolares estão mais orientados no sentido da criação de antagonismo — e tudo serve para base daquele —, da criação de fossos de separação entre os jovens, de reivindicações estéreis, que no sentido da dádiva, da descoberta dos outros, em defeitos e qualidades — que os outros "também" tem qualidades, coisa que parece esquecido — de dar-se as mãos em tempo de fraternidade.

Outra forma de apoio possível e desejável, para além da família e da escola, é através de organizações juvenis — que escasseiam terrivelmente — passíveis de colaborar na formação dos jovens, como no preenchimento dos seus tempos livres.

Na ausência de valores que lhes sirvam de esteio, na inexistência da necessidade de fazer coisas úteis, os jovens desviam-se para outros caminhos. E surge a contestação pela contestação, completamente estéril, sem objectivo possível. A destruição. A delinquência.

V.M. — Gostaríamos de fazer-lhe duas perguntas, numa só. É ela: Quais, para si, as qualidades essenciais que deverá ter:

— o presidente

— a mulher do presidente, primeira dama do País?

M.M.R.E. — Falar do presidente, neste momento, é, para mim, indissociável do António. Por isso, será nesses termos que terei de responder.

Há nele qualidades que considero fundamentais: a verticalidade e a honestidade, ambas levadas até ao sacrifício, mesmo da própria família, se necessário for.

Possui, também, uma extraordinária capacidade de decisão e é, indubitavelmente, inteligente.

Estas quatro qualidades que aponte para o meu marido — tem outras — sao as

"...o Corajoso — demasiado, por vezes —, decidido, duro, se for indispensável dureza para atingir um objectivo justo e imprescindível..."

diz respeito aos textos da disciplina de Português.

Não se pode, não se deve negar toda uma História, com páginas boas e más, todo um passado que tem de se respeitar, ensinar a respeitar, e a partir do qual, com os pés bem assentes nele, se deve partir para o futuro.

Não é importando ideologias ou modelos estranhos que isso será atingido.

"Comungamos das mesmas ideias, partilhamos o mesmo ideal. São idênticas as metas a atingir, como são iguais os caminhos a percorrer para alcançá-las..."

V.M. — A instituição familiar tem sido, por vezes, discutida e refutada, tendo-se mesmo chegado a negar a vantagem da sua existência. Gostaríamos de saber a sua opinião sobre este assunto.

M.M.R.E. — Para mim, como, aliás, já o afirmei publicamente, a família continua a ser a pedra basilar em que deve assentar qualquer sociedade.

Considero-a fundamental, imprescindível, tanto ao desabrochar de uma verdadeira personalidade como a for-

que me parecem mais importantes para um presidente.

Quanto a mulher do presidente — e refuto a designação de primeira dama, porque entendo que, nesta fase de reconstrução nacional, em que todos têm o dever de dar o seu contributo, de forma a conseguir uma sociedade melhor e condições mais justas para todos, não há primeiras, nem segundas, nem terceiras — a mulher do presiden-

te, dizia eu, não me parece que tenha de possuir qualquer qualidade especial. Ela, como todas as outras mulheres portuguesas, deverá dar o seu contributo, em casa, no trabalho, na família: diferente, caso a caso, segundo as suas possibilidades, as suas qualificações, as suas solicitações, a sua inserção social.

A mulher do presidente é, apenas, uma mulher como as outras, à qual foi confiada uma missão especial, que ela

deverá cumprir honestamente e da qual faz parte, como é óbvio, todo o apoio que dará ao marido, sem esquecer também a educação dos filhos.

V.M. — Se fizermos a pergunta sobre os mesmos pontos, agora quanto aos defeitos a evitar?

M.M.R.E. — Os defeitos principais a evitar num presidente são quase os antónimos das qualidades a possuir. Mas pormenorizemos: parece-me que a não



“Há, no António, qualidades que considero fundamentais: a verticalidade e a honestidade, ambas levadas até ao sacrifício, mesmo da própria família, se necessário for”

afirmação de uma linha vertical será o primeiro grande defeito. Como qualquer falha a uma total honestidade. Depois, julgo que o seu comportamento, a sobriedade de linguagem e atitudes, uma certa apresentação, simples mas cuidada, são importantes. A evitar, então, o que se afastar disso.

A mulher do presidente não deve ser pretensiosa, pouco acessível, fechada, de contacto difícil. Não deve, sobretudo, ser desatenta ao que a rodeia — coisas e pessoas, factos e problemas. Porque tudo isso constitui a sua missão.

V.M. — Embora já o tenha feito, em pinceladas parciais, querará agora, em jeito de remate, traçar o retrato do senhor general Ramalho Eanes?

M.M.R.E. — As características fundamentais do António, já as referi, de facto, em grande parte.

A verticalidade até ao sacrifício, se necessário for, é a sua principal característica. Parte integrante dela, a profunda honestidade que pauta todos os actos da sua vida.

É, também, um homem de grande sensibilidade, à qual se junta um agudo sentido de humor. Corajoso — demasiado, por vezes —, decidido, duro, se for indispensável dureza para atingir um objectivo justo e imprescindível, é, ainda, um homem profundamente autêntico e de uma notável coerência de vida.

Manuela de Sousa Rama



Uma enfermaria no Hospital Júlio de Matos: Há vagas?

AUMENTAM AS DOENÇAS MENTAIS?

Uma das ideias que assalta facilmente o leigo, o vulgar cidadão, é a de que, depois do 25 de Abril de 1974, de uma maneira geral, o desenrolar rápido do processo desorientou em maior ou menor grau a maioria das pessoas.

Assim, torna-se evidente, que a desestabilização a que se assistiu com mudanças profundas do sistema, se reflectisse no comportamento dos mais frágeis, isto é, dos que pelas perturbações nervosas que já tivessem fossem mais susceptíveis de descompensar.

E então, teríamos um maior número de neuróticos e psicóticos, resultantes do processo em curso, descompensados por saneamentos selvagens, por incompatibilidades políticas, ou simplesmente pela incerteza do chegar

ao fim dum mês e o ordenado não aparecer. O desemprego, só por si, parecerá uma razão forte para o aumento da ansiedade, com especial incidência nos já ansiosos.

Por outro lado, os parâmetros da

loucura, e com isto queremos dizer os limites a partir dos quais uma pessoa é julgada pela sociedade como não possuidora de sanidade mental, pareceram alargar, isto é, grosso-modo, que quem há dois anos, pelo seu comportamento era considerado doente mental, hoje é quase um cidadão normal dentro do contexto ilógico do evoluir das situações.

Portanto, concluindo, pretende-se concretamente avaliar se efectivamente houve aumento das doenças psíquicas, neuroses e mesmo psicoses como reflexo da mudança do sistema. Como na realidade não existem estatísticas ou quaisquer dados concretos que nos dessem uma resposta exacta sobre o

assunto, ninguém melhor que os psiquiatras para, com a sua experiência, nos dizerem se realmente esse aumento existiu.

Não foi exactamente uma mesa-redonda sobre psiquiatria que realizámos, antes uma reunião com cinco psiquiatras e uma assistente social, que nos foram indicados pela doutora Lígia Monteiro quando a abordámos sobre o tema que nos propúnhamos focar.

Os outros intervenientes nesta conversa são: os doutores Delfina Bandeira, Lígia Monteiro, José Amaral Rego, Leopoldo Campos Morais e Gastão Figueira, todos médicos psiquiatras, este último clínico do Centro António Flores (centro antialcoólico a funcionar junto ao Hospital Júlio de Matos) e Rosa Maria Almeida Ribeiro, assistente social.

VIDA MUNDIAL: Da vossa experiência resultante do contacto diário com indivíduos descompensados, ou melhor, com problemas de índole psíquica vária, é possível analisarem o que se passou durante estes dois últimos anos, nomeadamente após o 25 de Abril de 1974, de maneira a concluirmos que aumentou o número de neuroses descompensadas após as mudanças efectuadas a partir daquela data?

Amaral Rego — O tipo neurótico que vive perfeitamente à vontade com a sua neurose, compensado, desempenhando as suas funções, um cargo de responsabilidade, isto é, uma sintomatologia grave neurótica, mas vivendo a sua vida normalmente. Foi saneado. Saneado porque? Saneado sem julgamento, sem razões de fundo definidas. O caso típico de saneamento selvagem, sem base jurídica, como tantas vezes aconteceu. Este indivíduo aparece na consulta com uma enorme ansiedade, num estado completamente descompensado, incapaz de retomar quaisquer funções de responsabilidade.

Leopoldo Campos Morais — O problema é sempre este. É uma situação de mudança, portanto instável. Uma série de situações que encontro agora após o 25 de Abril, encontrei-as, embora em menor grau, por exemplo quando foi da transição do Salazarismo para o Marcelismo.

Lígia Monteiro — Aliás, qualquer alteração sociopolítica, se a personalidade é frágil, vem a reflectir-se no indivíduo. No processo português, as alte-

rações profundas certamente vieram a reflectir-se mais evidentemente ao nível das personalidades neuróticas.

Delfina Bandeira — No entanto, nem só nos neuróticos se reflecte a nova instabilidade vivida. Aparecem novos quadros, muito mais intensos, há mais doença mental!

L.C.M. — Por outro lado, as situações de mudança social, de conflito social, por exemplo as guerras, fazem diminuir, numa forma geral os quadros de doença mental, isto é, as situações de neurose e até mesmo as psicoses, com o aparecimento de outros casos tais como as neuroses de guerra, traumáticas. A situação de guerra como, por exemplo entre nós, a guerra colonial, criou quadros específicos e que nós vimos ao longo dos últimos anos, nomeadamente no que respeita ao alcoolismo e às drogas.

D.B. — Sim, a grande percentagem de internamento no hospital psiquiátrico é por alcoolismo.

L.C.M. — Em 1970-71, 44 por cento dos internamentos no Hospital Júlio de Matos, durante um período de 15 meses, em 678 histórias, foram por alcoolismo. É, portanto, o alcoolismo o motivo fundamental do internamento de homens nos hospitais psiquiátricos. Nas mulheres, há aumento de internamento por essa razão de algum tempo para cá. Com isto quero mostrar que os factores existentes actualmente já existiam antes, simplesmente em menor grau. Houve foi um "boom", isto é, um aumento enorme de afluência às consultas, principalmente ao nível de clínica privada.

AS CAIXAS E A CLÍNICA PRIVADA

V.M. — Um ponto que queríamos focar era exactamente se a diferença notada se reflectiu mais a que níveis, isto é, sabendo a diferença que existe entre um doente das caixas e um da clínica privada, diferença social entendida-se, qual destes dois campos mostrou melhor as diferenças havidas.

A.R. — Ao nível das clínicas de "preço médio", isto falando de internamento, não os hospitais como o Júlio de Matos ou as clínicas de luxo como, por exemplo, a de Belas, tinham sempre vagas. Actualmente é difícil internar um doente.

L.M. — No Júlio de Matos, por outro lado, no clínica feminina não é

notório esse aumento, se realmente há aumento.

D.B. — Na clínica de homens, do mesmo hospital, não há aumento neste momento, embora inicialmente, logo após o 25 de Abril, houvesse um aumento que foi mais notório há cerca de um ano.

V.M. — E ao nível das consultas das caixas?

D.B. — Inicialmente a seguir ao 25 de Abril, era enorme a afluência de doentes em fase de descompensação, pela sua instabilidade social, profissional, por perda e falta de emprego. Agora, o que não há dúvida nenhuma, é que estes casos vêm diminuindo e actualmente estamos outra vez numa situação normalizada, pelo menos aparentemente.

L.C.M. — Mas isso traduz-se por um aumento da clínica privada porque há um colapso dos serviços assistenciais públicos. A maioria dos doentes que eu tenho são das Caixas de Previdência e verbalizam que a assistência é insuficiente...

D.B. — Mas isso sempre assim foi!

L.C.M. — Sim, mas com as alterações do 25 de Abril de 74, as estruturas assistenciais não registaram mudança, antes pelo contrário, se agravaram pela maior afluência.

V.M. — Mas temos que ter em conta que as classes desfavorecidas, principais beneficiadas com os aumentos salariais pós-25 de Abril, se por um lado a sua ansiedade tendesse aparentemente a diminuir com o aumento de ordenado, também é verdade que se viram na situação de poderem, devido exactamente a esses aumentos, recorrer à clínica privada, como maneira de serem atendidos mais rapidamente. Isto portanto poderá de certa forma explicar o aumento de doentes na clínica privada, ou não? ...

L.C.M. — Quanto a mim o nível de ansiedade aumentou, pois a instabilidade aumentou. Por outro lado, o recurso à clínica privada por parte das classes trabalhadoras já se verificava antes do 25 de Abril, embora em menor grau. Depois, o aumento de salários e a possibilidade de escolha de médico por algumas entidades — como é o caso dos Sindicatos dos Bancários — concederam a possibilidade de escolha através duma comparticipação na despesa da consulta. Daqui se infere que é evidente que as pessoas passaram

a recorrer, com maior facilidade, ao clínico privado.

L.M. — Mas aqui vamos lá ver. As pessoas que fundamentalmente eram os clientes da clínica privada, pertenciam, evidentemente, na sua maioria, às classes mais favorecidas que foram, por outro lado, as mais atingidas pelas alterações havidas. Portanto, se por um lado as pessoas que frequentavam os consultórios estavam com menores posses para o fazer, também seriam os mais necessitados dessa mesma consulta. Por outro lado, os que pela sua condição se viam na situação de esperar meses por uma consulta hospitalar e da Previdência, devido à melhoria de salário, é evidente que recorrem à clínica privada.

A.R. — Pois é o que eu vejo agora: apanho o cliente que foi saneado, o que perdeu o emprego. E vejo ainda o que manteve uma posição de chefia e o que mantém o emprego, e que estão com receio de perderem as respectivas posições.

D.B. — É a desconfiança permanente que se veio juntar à instabilidade. O ódio entre as pessoas, a luta partidária.

L.C.M. — Mas aí é a estrutura de relação entre as pessoas que não mudou. As pessoas sentiam-se perseguidas por determinadas razões. Hoje sentem-se perseguidas por outras.

A diferença que existe é só esta: anteriormente, pelo menos até uma determinada altura, um regime estabilizado, e que a dado ponto entrou em desestabilização. No 25 de Abril de 74 dá-se a ruptura. A estrutura de relação é a mesma. Mas cresce que a desestabilização é maior, é total. A crise de autoridade que existe no país pós-25 de Abril, já existia antes. Simplesmente agudiza-se. E numa forma que ninguém sabe qual o fim a que conduzirá. Isso é muito agudo, por exemplo, a nível da juventude.

Rosa Maria Almeida Ribeiro — Mas voltando um bocadinho atrás, sobre o problema de estarem mais cheias as clínicas psiquiátricas, eu até acho que actualmente é mais fácil internar os doentes pelo aumento do número de vagas. Anteriormente era um problema para as assistências sociais terem que procurar as famílias dos doentes para eles se irem embora, pois tinham que aguardar a vaga que não existia para o

internamento ter lugar e ultimamente isso é raro acontecer.

VARIAÇÃO CONFORME DESTABILIZAÇÃO

V.M. — O que acabou de dizer contraria a conclusão a que há pouco chegámos, de que o número de doentes do foro psiquiátrico aumentou... Por outro lado, dada a desestabilização generalizada, o número de doentes pode mudar, isto é, pode reflectir um dado ambiente que se vive. Consequentemente, o seu afluir às consultas varia.

L.C.M. — Em princípio estou de acordo. Mas isso é tudo muito difícil de perspectivar. Nós sabemos que, mesmo em circunstâncias normais, há "ondas". Vejamos: se analisarmos o funcionamento dum serviço de urgência dum hospital psiquiátrico, há alturas em que aparece um maior número de casos. Por exemplo, com um grande jogo de futebol em Lisboa, aparece-nos um aumento de alcoólicos no Banco de Urgência. No Carnaval acontece o mesmo. Assim como há situações que fazem decrescer o número de urgências, como seja o Inverno, o mau tempo...

D.B. — Mas de qualquer maneira, houve de facto um acréscimo do número de doentes aos serviços da previdência depois do 25 de Abril. Para mim, neste momento, existe já um decréscimo, como se houvesse uma habituação das pessoas a uma situação.

L.C.M. — Por outro lado, eu continuo com um aumento de cerca de 100 por cento na clínica, aumento, aliás, que não parou.

L.M. — Mas isso, volto a dizer, é ao nível de um sector da população portuguesa, que realmente é afectado. Globalmente, na situação portuguesa, esse aumento, quanto a mim, não tem significado...

L.C.M. — Não concordo. É a pequena burguesia que aparece e não só. A todos os níveis surgem as descompensações.

R.M.A.R. — Uma das explicações do aumento de vagas nos hospitais psiquiátricos, de que há pouco falei, atribuo-a em grande parte à compreensão e às possibilidades monetárias das famílias dos doentes, que assim os podem manter em casa. Além disso há a saída para os lares, subsidiadas que são as despesas pelas Caixas.

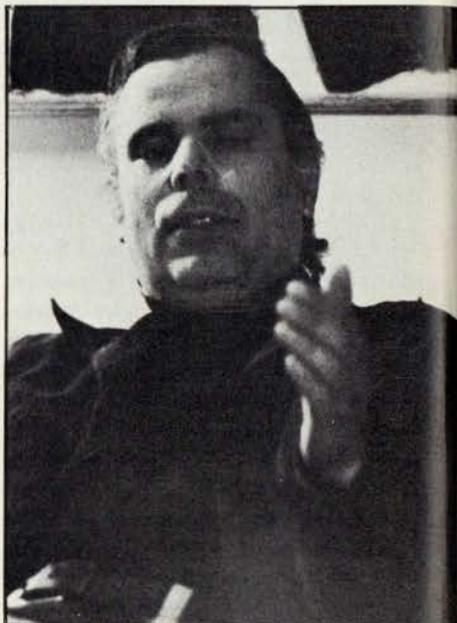
Gastão Figueira — Mas há realmente um período, há cerca de um ano, de que é exemplo a Casa de Saúde da Luz, em que o número de doentes diminuiu.

L.M. — Mas isso tudo depende dos preços das clínicas. Há por exemplo Belas, em que os preços são elevadíssimos.

L.C.M. — Tenho lá neste momento um doente que é pago pela empresa onde trabalha!... Aliás, a ideia que eu tenho é esta: as instituições públicas assistenciais são tão más que, se neste momento desaparecessem as casas de saúde privadas, era uma catástrofe.

L.M. — Uma catástrofe para a nossa classe...

L.C.M. — Para todos, para todos os



Dr. Campos Morais: "Aumento da clínica privada por colapso dos serviços públicos assistenciais"

Dra. Delfina Bandeira: "Houve de facto um acréscimo do número de doentes da Previdência após o 25 de Abril"

doentes. Já foi dito que a grande burguesia desapareceu dos consultórios e que no seu lugar surge nova clientela.

L.M. — Aqui surge o problema também do internamento no Hospital Júlio de Matos, donde os doentes fogem com facilidade, o que não lhes possibilita uma terapêutica continuada.

A.R. — E a Imprensa tem uma enorme culpa nisso: se fecharmos a porta somos carrascos, somos repressi-



Dra. Lúcia Monteiro: "Os doentes fogem com facilidade do Hospital Júlio de Matos o que impossibilita uma terapêutica continuada"



Dr. Gastão Figueira: "Existem 20 000 alcoólicos e temos apenas 30 camas e dois médicos..."



vos; se a gente abre a porta, aqui del-rei que deixam aquelas "figuras" andar na rua...

L.C.M. — Aliás tudo aquilo que se tem feito, especialmente depois do 25 de Abril de 74, no sentido de fazer consciencializar o grande público do que se passa a nível da saúde mental, tem sido altamente prejudicial, principalmente no que se refere ao próprio doente mental.

ALCOOLISMO

V.M. — Esse assunto é importante, e voltaremos a ele mais adiante. Para já, queria aproveitar a presença do dr. Gastão Figueira, como médico mais metido nos problemas do alcoolismo, para perguntar se no seu campo há ou não aumento?

G.F. — Antes do 25 de Abril havia

em preparação uma campanha a nível nacional de combate ao alcoolismo, mas não andava, pois a sabotagem era constante — "sim senhor, está previsto, está tudo notificado, o senhor ministro já sabe", etc. — e a coisa não saiu. Agora realmente até há verbas, burocraticamente tudo se facilitou, já se começou a campanha, mas é uma arma de dois gumes extremamente perigosa. E isto, porque as estruturas são perfeitamente ridículas. Aqui em Lisboa, por exemplo, supunhamos que temos uns 20 000 a 30 000 alcoólicos, e apenas dispomos de 30 camas para internamento e de dois médicos! Para um total de cerca de 400 mil alcoólicos, há apenas mais um centro anti-alcoólico em Coimbra e parece que existe um agora em Braga. Imaginemos o perigo que é uma campanha antialcoólica que põe em movimento e desperta a consciência da necessidade que há de facto em tratar esses alcoólicos graves, e não haver braços que cheguem, não há tempo, não há infra-estruturas. Isto é uma vivência que eu tenho no dia a dia da consulta. Mais doentes? É possível, mas qualquer dia também eu estou doente porque estou bloqueado por doentes...

L.C.M. — Eu acho profundamente errado fazer essa campanha. Portanto, dizem ser necessário tratar segundo a questão... Aqueles que tratam, os tratantes, talvez...

G.F. — Isto não é só válido para o alcoolismo, é válido para tudo o resto. O que está em causa é a ausência de estruturas capazes de responder a essas solicitações.

L.C.M. — É fazer a propaganda de uma coisa quando não há condições para nada.

V.M. — Nesse aspecto, parece-nos que é de recordar que a presença de novos médicos a cumprir o serviço periférico, que, logicamente, perante um caso grave de alcoolismo, como frente a um caso grave de outra qualquer doença, mandá-lo-á aos Hospitais Centrais. Assim, à primeira vista, isso sobrecarregaria ainda mais esses centros.

G.F. — Exacto. Uma pessoa não sabe o que há-de fazer, manda o doente ao centro, e então surge a enorme afluência.

V.M. — Quer dizer, começam a tratar um doente depois, e isso implica

um apoio no pós-cura que não será possível...

G.F. — Eu estou exactamente a sentir, que já não dou apoio aos meus doentes, ao que eu chamo meus doentes, pois no centro temos cerca de 4900 doentes. Que, felizmente, não aparecem todos os dias, mas é para verem a proporção. Eu começo a marcar consultas já para Outubro ou Novembro. Começam a perder-se...

PODER POPULAR E A SAÚDE MENTAL

L.C.M. — Além disso, é muito importante a inexistência de carreiras quer a nível de enfermagem, quer a nível médico. E não havendo carreiras, que é a motivação mínima para qualquer técnico, estes desaparecem, porque nunca sabem como é, o que vai acontecer. Fala-se demagogicamente numa cobertura da periferia, mas nós sabemos que o problema do País é um problema de áreas urbanas e de periferia, um problema de litoral e de interior, isto é, são problemas específicos de determinadas regiões.

L.M. — Referes-te a psiquiatria ou a medicina em geral?

L.C.M. — Neste momento, falo a nível da psiquiatria porque o considero mais agudo do que os outros sectores da medicina. Nada disto existe, e depois existem conflitos tremendos entre grupos. Como se sabe, a seguir ao 25 de Abril houve uma tomada do poder, das estruturas anteriores, por grupos, e essa tomada foi contestada. O que se pode dizer em síntese, é que existe um bloqueio de todo o sistema que anteriormente ao 25 de Abril funcionava mal, mas que neste momento não funciona de todo.

A.R. — Mas, portanto, achas que é melhor funcionar mal?

L.C.M. — Eu parto do princípio que quando não sou capaz de substituir uma coisa por outra melhor, é melhor deixá-la estar.

A.R. — É melhor não funcionar do que funcionar mal!

L.C.M. — Se todos estivessemos de acordo que para que não funcionasse, para se chamar assim a atenção para a necessidade de funcionar melhor, sim senhor, mas não é esse o caso. E depois, há conceitos básicos dentro do que diz respeito à saúde mental, que já

estão desde há muito tempo definidos, mesmo entre nós, que foram esquecidos. Está a criar-se um novo tipo de conceito, a vários níveis, que não tem qualquer base científica. **V.M.** — Que exemplificar?

L.C.M. — Por exemplo, se se mudar de sistema, estão resolvidos a maioria dos problemas, relativos à saúde mental. Foi isto que durante meses disseram na televisão, e por pessoas responsáveis.

A.R. — “O poder popular resolvía os problemas da saúde mental” como diziam...

L.C.M. — Nós sabemos que nada disso se resolve assim. Há coisas muito concretas que nós sabemos, como por exemplo que a taxa de incidência das psicoses, das chamadas psicoses endógenas, é sensivelmente a mesma em todas as regiões do mundo, tanto quanto sabemos até a data, e que não deixarão de surgir quadros psicóticos.

L.M. — Temos de ver que não foram só os profetas internos como também, e infelizmente para nós, tivemos os profetas externos que chegaram a Portugal e foi o que foi...

V.M. — Quando há pouco se referiu a necessidade de consciencialização do grande público do que se passa a nível da saúde mental, e falou do papel prejudicial do que tem sido feito e escrito, lembramo-nos deste caso, que agora acho oportuno abordar: a vinda a Portugal, logo após o 25 de Abril de 74, dos mentores da antipsiquiatria. Queria que nos falassem disso.

L.C.M. — Nunca perdorei essas irresponsabilidades. Tudo o que a volta da vinda cá do Cooper e do Basaglia foi dito por pessoas desempenhando cargos, que deviam ser responsáveis, disseram publicamente coisas que podiam pesar no público negativamente.

L.M. — Realmente tens razão, mas tens de situar o que se passou dentro da problemática do que se passava em Portugal nessa altura.

A.R. — O que se passou foi mais ou menos o seguinte. Esses senhores vieram cá por volta de Junho de 74, e fizeram várias sessões, a primeira das quais na sala magna do Hospital Santa Maria. Eu fui a essa sessão em que, com a sala completamente cheia, com gente apinhada pelo chão, mesmo a frente, entre as cadeiras e a secretária.



Os doentes mentais
espera do sol...

Quando o Cooper se decide a falar, então levanta-se um guedelhudo, de sandálias e fato de veludo e chapéu, com uma guitarra, senta-se na mesa e desata a berrar como um vitelo desmamado, uma canção dedicada ao Cooper. Um autêntico manicómico em autogestão que não consigo descrever. Depois falou-se de várias coisas e de marxismo. Na segunda sessão a mesma coisa. Na terceira vieram as “grandes” soluções: iam aos hospitais psiquiátricos, libertavam os doentes e depois iam pô-los no Rossio, fazer pequenos comércios mostrando-os as pessoas. E quanto aos psiquiatras chegaram também a falar, dada a “oportuna única” (conforme Basaglia sublinhou) pois “dali a um mês já era impossível realizar isso: se por um lado se soltavam os doentes “presos sem culpa formada, prendem-se os responsáveis por essas prisões”! Como quem estava de serviço no dia seguinte no Júlio de Matos era eu, expus o assunto a comissão de gestão e combinámos que se fechariam as portas. Nada aconteceu durante a noite, mas no dia seguinte, cerca do meio-dia, vi-os entrar um a um e disse para comigo que ia haver sarilho. O pânico pelos boatos espalhados de invasão do Hospital começou a

apoderar-se de todo o pessoal, enfim, mas nada, felizmente chegou a acontecer.

L.C.M. — Temde se ver que isto era feito por indivíduos que internacionalmente têm grande nome, mas foi feito em Portugal com o apoio de psiquiatras portugueses, que mostraram ser autênticos marginais da psiquiatria. O que é curioso é o epílogo de todo este delírio. Vivendo isto, eu considerei até dinâmico... Porque depois houve uma última sessão no Júlio de Matos em que projectaram um filme sobre esse hospital. O anfiteatro estava cheio de gente, pessoal deste hospital. O Cooper não abriu a boca, o Basaglia fez uma intervenção muito moderada, olhou para o relógio e disse que tinha de ir apanhar o avião. Não era o mesmo homem das outras sessões.

L.M. — Sabe-se até que esses exageros até não teriam tanta repercussão se não fossem as consequências doutras coisas...

L.C.M. — Aliás o Basaglia é um aristocrata, todos nós sabemos, o homem tem um palácio em Itália, em Veneza, pode dar-se ao luxo dessas coisas.

TRATAR A DROGA POR TU

V.M. — Queríamos ainda abordar um assunto, que parece ter influência no aumento da procura psiquiátrica: a droga. Que agora é muito mais evidente devido a vários factores dos quais é a livre informação sobre ela, que antes quase não havia.

L.C.M. — O problema da droga, da “erva”, suponho que se pode equacionar do seguinte modo: os tóxicos clássicos, o tabaco e o álcool, estão a ser substituídos por novos tóxicos. Depois vêm os factores que facilitaram o acesso a droga: a alteração dos costumes, a entrada de estrangeiros, os retornados das ex-colónias, que não trazem dinheiro mas trazem erva, trazem a droga e o treino, o tratar por tu a droga, digamos. Estes parecem-me ser os factores mais importantes.

R.M.A.R. — E também a vida escolar, a juventude que tem que passar o tempo que não ocupa com as aulas, além da falta de estruturas, com uma introdução maciça de ideologia que não é motivação para os jovens.

L.C.M. — Depois do 25 de Abril nós ficámos com uma mobilidade

muito especial em relação a formação de conceitos. Um deles é o conceito de repressão, que nós tivemos a fantasia de que podíamos viver sem repressão, leia-se frustração...

L.M. — Tem-se um medo terrível desta libertação toda, do inconsciente a este nível, depois de cinquenta anos.

L.C.M. — Daí a possibilidade de a droga se poder espalhar facilmente sem uma fiscalização rigorosa, que imediatamente identificariam com repressão.

L.M. — Pergunto se em Cuba tomarão droga...

D.B. — Ainda hoje, no hospital, um doente meu saiu em pijama para ir ao Rossio buscar droga. É um toxicómano de vinte e tal anos. Perguntei-lhe se tinha dinheiro e respondeu-me que não era preciso!?!

V.M. — Há, pois, droga em todas as classes mais favorecidas?

G.F. — Aqui todas as camadas foram atingidas. Outro dia, apareceu-me no Hospital uma comissão de trabalhadores numa fábrica que pedia colaboração para fazer umas sessões de informação sobre alcoolismo e droga, porque tinham o problema de droga ao nível fabril (isto passava-se com uma conhecida empresa fabril do Trama-gal)!

L.C.M. — Isto aliado a entrada maciça de estrangeiros nas cooperativas agrícolas, o contacto um pouco por todo o lado com a droga, só podia dar como resultado um aumento de drogados em Portugal.

.....
Falou-se ainda, a propósito da crise de autoridade, de Ramalho Eanes e da disciplina e ordem necessárias em todos os campos e portanto reflectindo-se no campo da Saúde Mental. Perderam-se os nossos interlocutores em apreciações mais ou menos pessoais sobre a personalidade do general Eanes, razão por que não as citamos pois já saem do âmbito desta conversa.

Apenas referimos, como final de tudo o que dissemos, o que o dr. Campos Morais disse, comentando uma afirmação de alguém de que o novo Presidente ia pôr tudo isto na ordem:

“Vai ser outra transição bastante grave!”



Um dos jovens artistas posa, enquanto mãos femininas esboçam com segurança e começam a surgir, "milagrosamente", figuras vigorosas e plenas de intenção



Os transeuntes, admirados, participam na feitura do painel. Um trabalhador dos Correios posa para a "posteridade"...



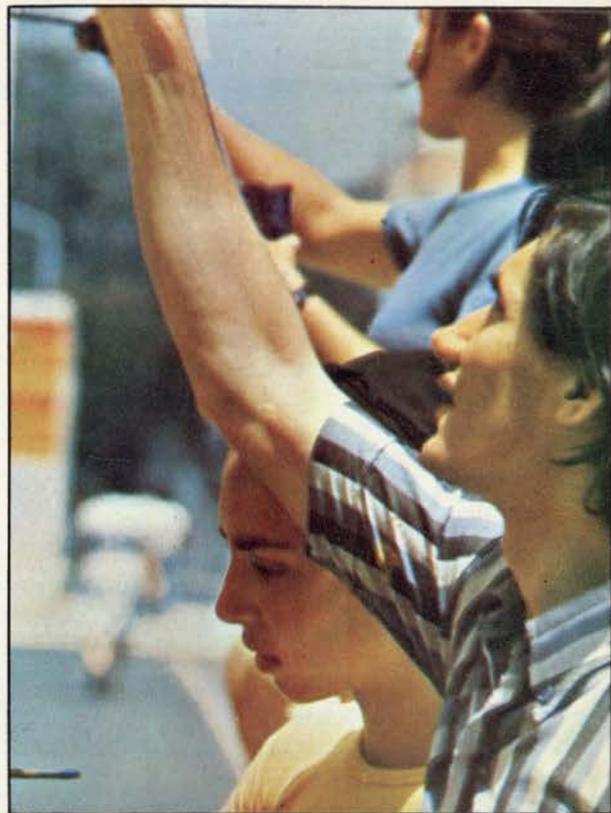
Este painel, dedicado ao 25 de Novembro e evocando a actuação corajosa e decidida do general Ramalho Eanes, partiu da iniciativa dos jovens artistas do MRPP. As suas primeiras horas de trabalho seriam subitamente interrompidas quando as "hostes" de Otelo, surgindo de surpresa, tentaram cobardemente e por meios violentos destruir o painel à nascença.

Em inferioridade numérica, os artistas defenderam, com bravura, o seu trabalho. Os "Otelistas", dando conta da aproximação de transeuntes indignados, retiraram "estrategicamente", vendo gorados os seus intentos — o povo mais uma vez não estava com eles.

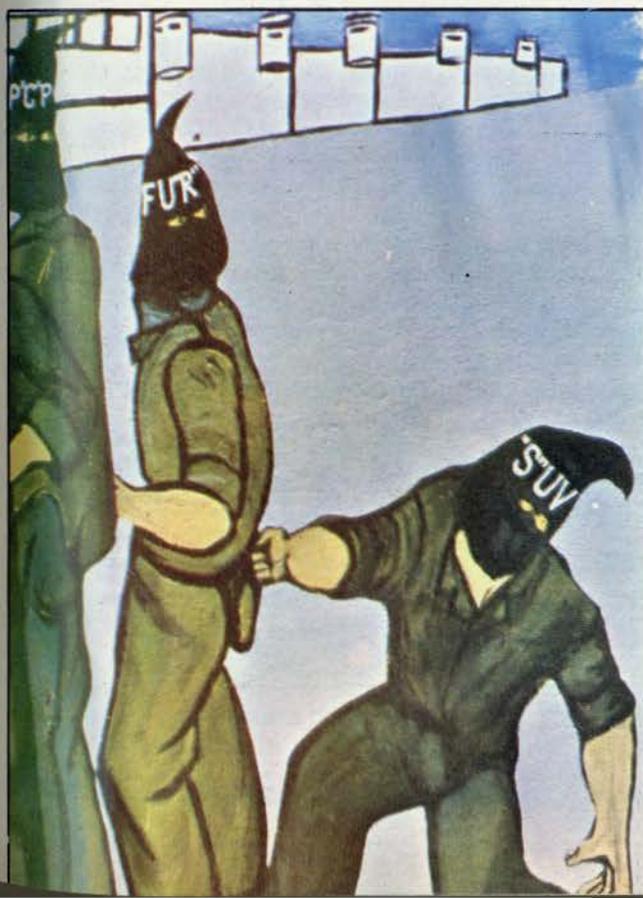
Pouco a pouco, as figuras principiam a tomar forma. A parede de cimento rugosa assemelha-se, agora, a uma tela



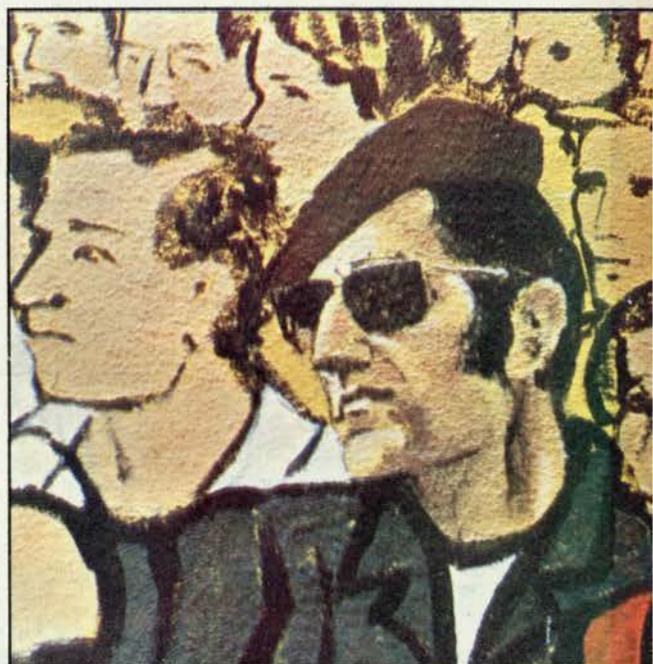
Todos são chamados a participar. Alguns jovens aceitam de bom grado a orientação dos "mestres" e metem também mãos à obra



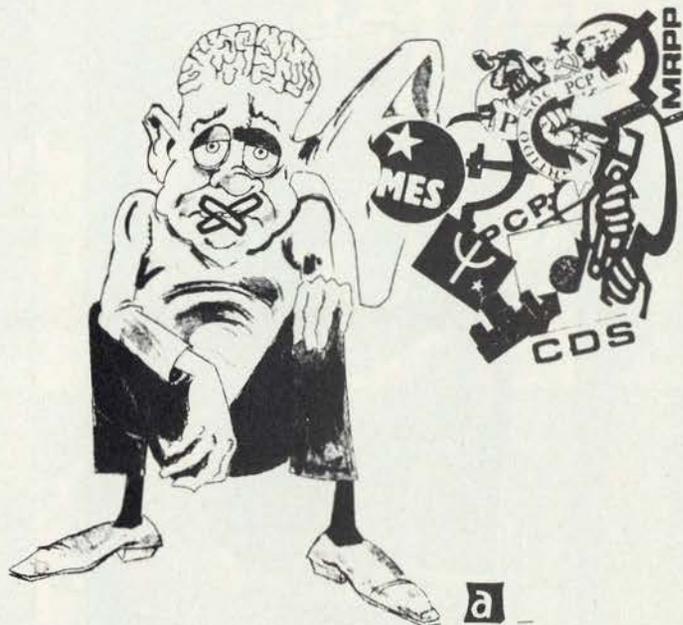
Os pincéis não param e a concentração é enorme, apesar do calor que castiga os jovens artistas. As horas de trabalho já somam 30 e o painel estará terminado a tempo da grande manifestação unitária a favor da candidatura do general



A figura do herói do painel surge-nos vigorosa e de semelhança impressionante. Ramalho Eanes à frente do povo escorraça os SUV's e traz, de novo, a unidade e coesão às Forças Armadas



UM ENGANO SILENCIOSO



Ninguém poderia negar a sua enorme tristeza.

Olhos no chão, descomposto, a sua figura era bem a imagem da derrota, da frustração, do engano.

Mas recapitulemos:

O nosso personagem de hoje sempre fora surdo. Já antes do 25 de Abril de 74 o conhecêramos surdo a tudo quanto era tentativa para, senão derrubar, pelo menos incomodar o antigo regime. Mas isso são histórias antigas, não interessa aprofundá-las...

Depois de Maio de 74, o nosso homem arvorou-se, como era de esperar, em arguto defensor das liberdades democráticas, e era vê-lo amplamente discursando palavras de ordem disciplinadamente empinadas, a ensurdecer na razão directa da verborreia, isto é, quanto mais perdia a audição mais botava discurso sobre tudo o que lhe ocorria.

Mas não é preciso ir tão de trás. Para caracterizar o nosso homem, basta-nos recuar até às eleições legislativas, em que o vimos, surdo como nunca, a embandeirar com a "maioria de esquerda" e a explicar por "A" mais "B" a necessidade do voto "útil" no seu partido, esqueci-

do já do 25 de Novembro e da agitação que, nessa altura, apoiara.

Depois, foi o matraquear da sua voz a colher os louros da "vitória", em longas palestras comemorativas da dita maioria.

Escusado será dizer que ele se tornara intratável. Cada vez mais a surdez política lhe invadia os tímpanos e a sua voz enchia as mesas dos cafés, os locais de trabalho, os comícios, as reuniões, enfim, uma autêntica gralha.

Depois, foi também ele, passado o curto espaço de meditação e escolha de candidato, o apoiante cego da campanha presidencial, o demonstrador do voto útil na tática mais uma vez desenhada "sabidamente" pelo seu partido para concretizar a sua "vitória".

Ainda no sábado pré-eleitoral o víamos, berrando constantemente a sua opção, a necessidade de votar no candidato escolhido, a cantarolar megafonicamente a canção especialmente feita para a campanha.

Mas na noite de domingo foi uma pena vê-lo já angustiado, em que o mais curioso foi constatar que a verborreia, a que nos habituara, se convertera em silêncio. Silenciado pelos

resultados, pela tática falhada, o nosso surdo era um mudo quase perfeito, arregalado frente ao televisor, esperando ansiosamente os resultados de Beja e Setúbal. Mas também em vão...

Contudo, vimo-lo um pouco mais animado durante a conferência do seu candidato.

O renascer das palavras-chaves, o tom vitorioso com que o seu candidato se referia ao que chamou "tendência de esquerda" destas eleições, deram-lhe forças, mas apagou-se de imediato no riso da sala, no corte da TV.

No dia seguinte, era o que descrevemos no princípio destas linhas: derrotado, triste, a figura autêntica do enganado.

Para o alegrarmos, ainda lhe mostrámos, no jornal, a parte em que o seu candidato dizia, na conferência de Imprensa da véspera: "As massas enganaram-se a votar. Esse engano vai tornar-se evidente..."

Ao que ele, quase mudo, ainda conseguiu retorquir:

"Pois enganei-me. Votei no Pato..."

Cinema

AINDA O CASO DO IPC

O Instituto Português de Cinema volta a ser "ponto quente". A Secretaria de Estado da Cultura interveio com firmeza. Mas, da parte das unidades de produção, verifica-se o não acatamento das disposições. Embora laboralmente suspensos, trabalhadores e filmes mantêm-se nos locais de função, num ambiente absurdo de luta. Põe-se a questão de desalojá-los das suas pretensões. A sindicância em curso ainda não se manifestou e prossegue a teimosa inconsciência de quem fez tudo para indignificar uma profissão em que se apostam urgentes tarefas culturais.

Estava o Instituto Português de Cinema posto em seu sossego golpista, saboreando os "bombons" gonçalvistas que afeiçoavam os indigentes oportunista-progressistas, quando o bom senso da democracia lhe caiu em cima, num esforço *in extremis* de salvar algo do que a "maralha" desperdiçava em nome do labor e da bolsa do povo português. Mas que fazer, ante os distúrbios financeiros já consumados? Dinheiro a esmo, desbaratado em filmes que, na sua quase totalidade, não reúnem o mínimo de condições de interesse e de qualidade e altamente dispendiosos. Gente a esmo ganhando salários chorudos, sem a mínima capacidade profissional, integrada num *métier* de que nunca conheceu a mecânica e, por vezes, nem sequer a existência.

Não é de mais insistir que, ao longo de um ano e tal de actividade, o IPC esbanjou somas fabulosas que se destinavam ao incremento de uma produção de cinema português digno. Verbas com as quais se incrementou a mediocridade, se patrocinou cinema de fazer envergonhar o próprio critério dos fascistas, se empregou gente à balda, classificando empregados de escritório,

dactilógrafos e telefonistas de realizadores, assistentes de realização e chefes de produção, promovidos com vencimentos na ordem de catorze e dezasseis contos mensais. No entanto, misturavam-se com estes credenciados profissionais que não obtinham mais do que oito e nove contos mensais. Um abuso, um escândalo, uma vergonha.

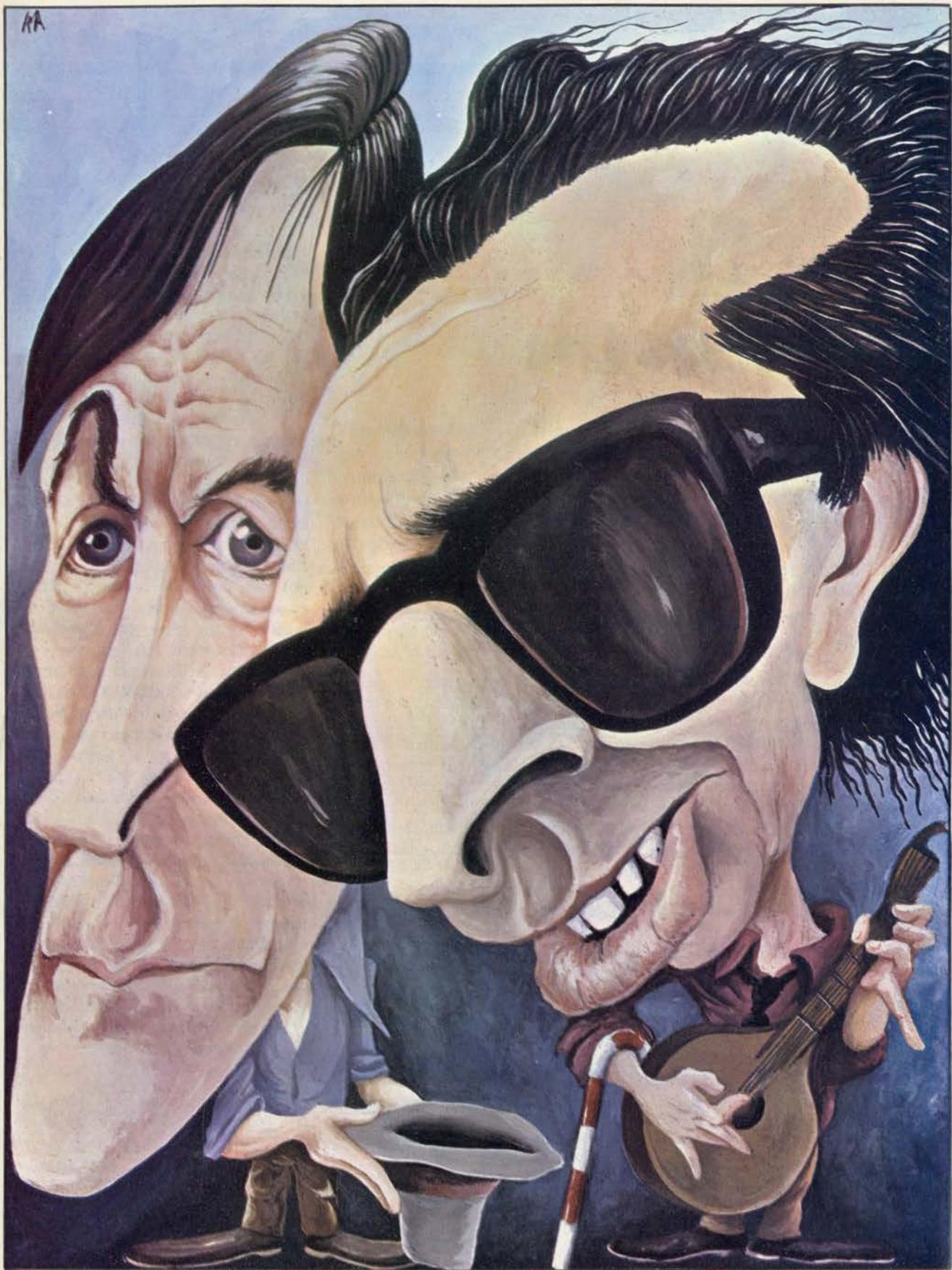
Como reparar, agora, este atropelo de desbragamentos? Para já, interrompeu-se o sistema laboral desta anarquia inclassificável. Suspenderam-se as quase duas centenas de trabalhadores, dos quais nem quatro dezenas o eram de facto. Instaurou-se uma sindicância à "fartar vilanagem" que eram as unidades de produção a dispor dos dinheiros atribuídos e, sobretudo, não atribuídos aos filmes levemente seleccionados para rodagem. Chama-se à responsabilidade os indivíduos que administravam este estado de coisas. Tudo muito bem, como medidas, prévias. E depois? Os filmes em produção, falta concluí-los. Deita-se, pura e simplesmente, ao lixo o material impressionado e as vultosas somas que já se dissiparam? O problema afigura-se-nos pra-

ticamente insolúvel. A acabar-se esses filmes, eles, além de necessitarem de orçamentos suplementares para o efeito, resultarão em obras, na sua maioria, de fazer corar o menos exigente. A não se acabarem, o povo português sentir-se-á defraudadíssimo nas suas bolsas e na sua honra.

O "impasse" mantém-se e não desjarfamos ao nosso pior inimigo a decisão a ter. O quebra-cabeças é mais um dos tantos que herdámos desse "glorioso período" de mentecaptos, em que evoluíram os adeptos do gonçalvismo. Inconscientes fulanos que tudo fizeram para queimar proventos em nome da defesa de uns tantos inúteis, arvorados em parcela do povo trabalhador. E era assim que se pretendia fazer justiça social e dar uma oportunidade de reparação a erros passados. As balelas de oportunistas que se serviram nas costas do povo, mentindo-lhe, explorando-o, vilipendiando quem, de facto, trabalha em seu posto e com mérito.

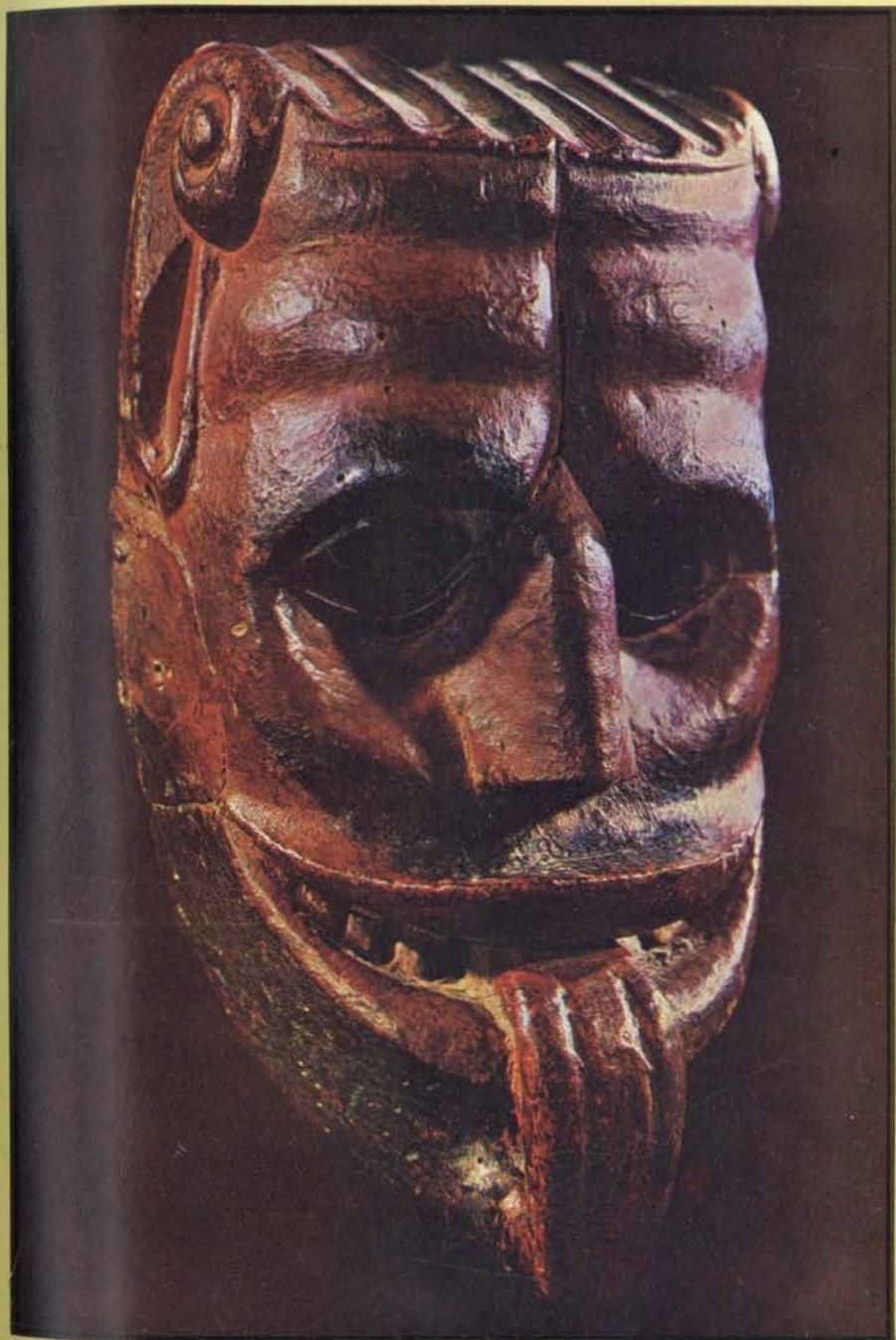
Há que ressaltar, ainda, os verdadeiros profissionais de cinema que estão a pagar também destes desmandos, inocentes dos golpismos dos parasitas e vítimas, agora, das generalidades de um crime. Esses, os legítimos profissionais, têm de ser recuperados deste processo e integrados num todo sólido em que se deseja a sistematização de trabalho do cinema em Portugal. Para eles, exige-se um lugar ao sol, onde possam exercer o seu saber e a sua honesta participação numa sociedade nova e sã.

Quanto ao cinema português, que tem estado a saque, a lfdima oportunidade que merece de se ressarcir dos aventureirismos e de se afirmar com o adulto rosto por que tanto esperou e tão ingloriamente lhe adiaram. O 25 de Abril, dentro da actividade cinematográfica, tem de começar hoje, com dois anos e tal de atraso.



24 **Uma canção para a Europa**

MÁSCARAS E MASCARADOS



A tradição do uso das máscaras, que está associada ao teatro desde as suas formas mais primitivas, é anterior ao aparecimento do drama como arte cénica esteticamente organizada. Tirada dos mais velhos rituais de que há notícia, a máscara, tal como acontece em todas as culturas arcaicas, também se integra em muitas das manifestações que nos transmitem as práticas ritualistas nos tempos mais recuados do nosso estrato étnico-cultural.

COORDENAÇÃO
DE TOMAZ RIBAS

O PROBLEMA DAS MÁSCARAS E MASCARADOS

A máscara é um elemento que se encontra amplamente representado em todos os continentes — África, Mundo Antigo, Ásia clássica, América pré-colombiana, Melanésia. Como é evidente, à diversidade cultural destes povos correspondem tipologias de máscaras perfeitamente distintas e específicas. E convém referir desde já que as máscaras europeias — e portuguesas —, para lá de certas semelhanças meramente formais, nada têm que ver com as máscaras de povos que se situam fora do continente europeu. Na verdade, e a despeito da sua enorme variedade estrutural e funcional, atendendo aos aspectos temáticos e organização em que se integram, é possível falar-se do complexo europeu das máscaras.

Objecto de estudos intensivos e sistemáticos levados a efeito em vários países, é hoje dado colher uma panorâmica extremamente significativa da fenomenologia da máscara na Europa.

De carácter ritual, cultural e profano, às máscaras europeias, além do seu sentido lúdico mais sensível, apontam-se três finalidades específicas fundamentais: propiciatórias, apotropaicas, profiláticas; e com elas concorrem vários elementos: peditórios rituais, comportamentos obscenos, aspersões com água e cinza, combates, danças, barulheira de campainhas e chocalhos, roubos cerimoniais, etc. Por vezes, elas integram-se em cerimónias que assumem carácter de verdadeiras representações dramáticas e, através de trajes e atributos, prefiguram seres sobrenaturais.

Karl Meuli, a propósito das origens do Carnaval, relaciona as máscaras com os espíritos dos antepassados. Como funções capitais, assinala os peditórios, as censuras, as bênçãos e oferendas. "Estas três actividades operam-se, em larga medida, segundo os ritos próprios dos espíritos. Eles pedem: não quer dizer que mendigam uma esmola; pelo contrário, eles exigem a oferenda como um direito que lhes é devido. Muitas vezes, a oferenda desaparece de maneira misteriosa e diz-se então que eles

a roubaram. Esse género de 'roubo' é muito espalhado e considerado como um direito 'capital das máscaras'. Como formas de censura, as máscaras actuam através dos discursos ou loas públicas, geralmente em versos satíricos, da representação mímica da acção incriminada. Em casos mais raros elas abençoam e fazem oferendas. "Assim, a forma primitiva do nosso Carnaval (...) é uma festa ao longo da qual se recebe a visita dos antepassados mortos e que é ao mesmo tempo uma festa de novo ano (...). Os espíritos dos antepassados voltam, num momento preciso e por um tempo limitado, ao mundo dos vivos, a fim de velar pela aplicação das leis que eles estabeleceram." Entre nós, esta ideia do regresso momentâneo dos mortos ao mundo dos vivos numa data certa e por um tempo limitado é aparente, sobretudo durante o ciclo do Inverno, em especial no Natal, que é também uma das ocasiões mais importantes em que ocorrem mascarados. "Mas o que nós admitimos dificilmente é que as nossas máscaras, essas personagens bizarras, hoje essencialmente cómicas, que apenas fazem medo às crianças, tenham encerrado um conteúdo religioso tão sério. Nos nossos dias, nós não vemos mais do que restos, sobrevivências de costumes muito antigos; de todos os tempos, as tentativas de dar uma forma ao que se ressentem perante o *misterium tremendum fascinatorum* levaram a manifestações curiosas, grotescas aos nossos olhos, mas, para aqueles que as veneram, elas exprimem o *numinosum* dum maneira convincente; enfim, a passagem do sublime ao cómico, do terror ao riso, é curta, mínima, mesmo quando se trata da máscara e da sua aparência grotesca, do seu movimento artificial. (...)

"O pensamento dos antepassados mortos desapareceu, no conjunto, das nossas festas de máscaras; estas tornaram-se, em geral, manifestações puramente profanas. Mas, se se constata que o uso de máscaras, a dança, as comézainas, as censuras, o peditório e as



Rio de Onor — A filandorra

bênçãos se mantiveram através dos séculos até uma época totalmente racionalizada, completamente desligada do culto dos antepassados, necessário se torna reconhecer que tal é um fenómeno espantoso. A força da tradição, por forte que se julgue, não basta de maneira alguma para o explicar. (...) Mencionamos já, no que concerne ao espectador passivo, que o desejo tão humano de fazer penitência, de ser de cada vez purificado e absolvido das suas faltas, entra em jogo. Quanto ao mascarado activo, ele tornou-se, pela sua metamorfose, um ser dum ordem superior, e por isso mesmo goza dum força e dum liberdade sem paralelo. Elevou-se acima de toda a lei humana; para ele apenas é válido o direito sereno dos espíritos, que o tornam um possesso sagrado, libertando-o de todos os entraves, dando-lhe a faculdade de destruir e de castigar, de tomar e de falar, de trocar e de acariciar segundo a sua vontade. Para ele, tudo aquilo que, em tempo ordinário, é interdito e deve ser interdito, é então permitido. Os la-

cos constringedores da ordem e da moralidade são desprendidos; por uma vez, ele pode dar livre curso aos seus sombrios instintos. Festividades que concedem tais liberdades foram observadas entre numerosos primitivos e em quase todas as civilizações superiores. Designaram-se essas 'anarquias legais', esses períodos de licenciosidade, por 'costumes de válvula'. (...) Esta função de 'válvula' contribui certamente em larga medida para a espantosa vitalidade das festas do Carnaval."

Para Niko Kuret "é notório que as máscaras e os mascarados ainda hoje vivos no mundo popular europeu têm antigas origens culturais. A passagem de uma estação a outra, ou de um ano ao outro, constituíram durante longo tempo um momento de crise e de risco na vida social e cultural; o mundo sobrenatural desencadeava-se e as almas dos defuntos voltavam do outro mundo a castigar ou premiar os vivos. E,

durante milénios, grupos de homens ou verdadeiras e próprias sociedades cerimoniais, em coincidência com estes períodos de risco, envergavam vestimentas rituais que, representando os demónios e antepassados, garantiam e controlavam as relações entre os vivos e o mundo sobrenatural". E considera que uma função de importância essencial na formação do património popular europeu das cerimónias das máscaras, desenvolveu-se dos 'mimos' bizantinos. "Nessa passagem do paganismo ao cristianismo, que no campo das práticas quotidianas da vida e das celebrações e festas foi longa e fatigante, as antigas cerimónias rituais vinham perdendo o arcaico valor cultural, ao mesmo tempo que se acentuava o seu carácter jocoso. Os 'mimos' bizantinos, que tinham absorvido também elementos do Oriente vizinho, faziam-se portadores, para o território do Império Romano, de cerimónias mascaradas que vinham juntas e conservadas pelas populações mais diversas, a despeito das numerosas condenações eclesiásticas. A este processo de difusão, que tem o seu ponto de partida na península Balcânica, devem fazer-se ressaltar, pelo menos em boa parte, as numerosas semelhanças, a identidade de ritos e de personagens-tipo que se encontram em toda a Europa continental, até à Inglaterra e países nórdicos. É preciso não esquecer, porém, que as diversas populações conservaram ou elaboraram formas ou variantes próprias, seja pela existência de substratos culturais autónomo e pela diversa incidência dos acontecimentos histórico-culturais mais recentes, da Idade Média à Renascença e à Idade Moderna. Cabe recordar, a puro título de exemplo, a influência exercida sobre as tradições precedentes, pela iconografia medieval do Demónio e das máscaras diabólicas bicornudas, largamente empregadas nos mistérios, nas paixões, nas representações sacras; as inovações provocadas em certas zonas de desenvolvimento, no teatro profano medieval, de personagens cómicas de origem mais ou menos culta; as repercussões sobre a tradição popular das máscaras da *Comedia dell'Arte* que reelaborava tradições precedentes; etc. Entre os elementos que, contudo, parecer restarem constantes nas principais mascaradas tradicionais europeias, está o facto que elas encontram o seu centro numa

personagem (agora reduzida a um simples fantoche) que personifica o período estacional ou anual concluso, e que muitas vezes é acompanhado por uma personagem feminina".

Para o etnólogo espanhol Julio Caro Baroja, certos mascarados de Inverno relacionam-se também "claramente com a noção da aparição dos demónios e fantasmas e das almas dos mortos sobre a terra em torno do solstício de Inverno. E, a propósito da relação que alguns investigadores modernos estabelecem entre o acto de se mascarar e o culto dos mortos e culto dionisíaco nos países clássicos, refere que, "no mês de Neptuno grego, que corresponde ao mês de Dezembro, tinham lugar as dionísias rurais, nas quais parece que os camponeses se mascaravam e celebravam certas farsas de carácter curioso. (...) Quer dizer que ao Deus se prestava culto especial no período do solstício de Inverno até ao começo ou aproximação do equinócio, na mesma época em que, na Europa, se celebravam mascaradas". E, citando E. Pais, diz que "conforme as ideias religiosas dos Romanos, existia uma relação estreita entre os cultos da terra e o começo e final do ano, por um lado, e, por outro, as almas dos mortos".

Mas, para aquele etnólogo, nem sob o ponto de vista histórico, nem sob o sociológico é possível sustentar, hoje, que as mascaradas do primeiro do ano se fundem em uma só concepção mágico-animística, como pretendiam Maunhardt e Frazer. "As mascaradas deverão basear-se numa série de operações mentais mais amplas, e têm, sem dúvida, propósitos igualmente mais extensos do que o de promover o crescimento da vegetação."

"É possível que em épocas diferentes tenham recebido várias interpretações sucessivas, e que na época do Império Romano se generalizassem algumas, que as diatribes dos padres da Igreja reflectem.

"Pondo de parte hipóteses arqueológicas, creio que da soma dos actos levados a cabo pelas mascaradas do princípio do ano se depreende que o seu fim primordial é, e foi, sobretudo, assegurar a boa marcha do grupo social ao qual pertencem, mediante acções que podem considerar-se de quatro tipo: 1) expulsão dos males fora dos termos, expressada pela acção de determinadas personagens; 2) a reprodução da mar-

Bragança, Avelada — Homem mascarado



cha normal da vida humana, animal ou vegetal, nas suas três fases fundamentais de nascimento, desenvolvimento e morte, sempre encadeadas; 3) a reprodução dos trabalhos fundamentais para o grupo e representação dos animais, etc., de maior interesse económico; 4) a execução de vários actos que se consideram úteis para assegurar as expulsões de males, a saúde, o trabalho normal, etc.”

Para Jean-Louis Bédouin, o cristianismo inverteu os dados do problema da máscara. “Até então, a máscara havia sido o instrumento mais ou menos perfeito, graças ao qual o homem havia tentado elevar-se acima da sua condição terrestre, de vir a tornar-se semelhante aos deuses. No momento em que o novo dogma prevalece e se admitiu que a identificação se devia efectuar no outro sentido, do divino ao humano, é claro que a máscara perdeu, pelo menos no Ocidente, a sua principal razão de ser. Contudo, ela continuou a desempenhar um certo papel na tradição popular. Esta guarda durante muito tempo os vestígios das (...) práticas herdadas dos antigos cultos agrários, como o prova abundantemente uma grande parte do folclore europeu. É no seio desta tradição particularmente viva em certas regiões do campo que as máscaras conservaram até aos nossos dias as suas antigas funções mágicas.”

Na verdade, o cristianismo conferiu às máscaras um valor puramente negativo que elas jamais tiveram, transformando-as, na maioria dos casos, num artifício diabólico.

Como nota Caro Baroja, as festas de Janeiro foram sempre objecto de críticas e condenações. “A relação das práticas que os padres da Igreja e os cânones registam como características do primeiro do ano, ou das calendas de Janeiro, com as que modernamente existem (...) parece indiscutível. As mudanças do calendário podem explicar as diferenças de datas em que um tal ou qual ponto tem lugar. Por outro lado, a necessária adaptação delas ao cristianismo, dado que este, em definitivo, não pôde aniquilá-las de todo, explicará a eleição duma festividade especial (...) para a sua celebração.”

Esta explicação é particularmente evidente no caso das cerimónias tradicionais de mascarados portugueses, em

que, como veremos, parte do seu conteúdo funcional originário foi anulado, sobrevivendo, na maioria dos casos, apenas na medida em que a sua acção foi susceptível de se ajustar a diversas situações e de se integrar em novos contextos mantendo-se não raro na dependência ou mesmo ao serviço de instituições da Igreja, santos patronos, etc., ou apenas em diversões profanas e lúdicas solsticiais, ocasionais, e no Carnaval.

AS MÁSCARAS PORTUGUESAS

As máscaras portuguesas integram-se sem dúvida no complexo europeu das máscaras a que aludimos. Por isso, e para melhor compreensão da sua problemática geral, é de fundamental importância o conhecimento de determinadas constantes que o mesmo fenómeno apresenta nos vários países da Europa.

Os mascarados europeus, como personagens tradicionais típicas e próprias de certas figurações de natureza ritualística, mais ou menos aparente, são próprios sobretudo do ciclo dos Dozes Dias, do Natal à Epifania, e do Carnaval (onde, embora de uso geral, apresentam, no caso mais corrente, características diversas e menos tradicionalmente específicas).

Em Portugal, o panorama temático e funcional das máscaras mostra ainda, sobretudo nas terras arcaizantes do Nordeste transmontano, aspectos extremamente significativos, que se articulam fundamentalmente nas seguintes festividades:

- 1) Festas dos Rapazes propriamente ditas;
- 2) Festas de Santo Estêvão;
- 3) Festas do Natal, Ano Novo e Reis;
- 4) Carnaval;
- 5) São João e São Pedro;
- 6) Diversos.

Notaremos desde já que muitas vezes as Festas de Santo Estêvão coincidem ou confundem-se com as Festas dos Rapazes. Por isso, na sistemática de D. Sebastião Pessanha — em que as máscaras são classificadas nos três grupos fundamentais de: 1) “caretos”, “chocalheiros”, “mascarões” e outras personagens afins; 2) o Diabo é a Morte; e 3) Festas dos Rapazes, dos “Care-

tos” ou dos “Papós” —, muitas festas de Santo Estêvão foram, por este autor, incluídas no capítulo das Festas dos Rapazes; mas, analisando a sua orgânica e composição, ressaltam, em algumas delas, elementos específicos que justificam a sua inclusão numa categoria independente (embora não saibamos se, considerando-se Santo Estêvão como o patrono dos rapazes novos, isto o relacionará especificamente com as festas desses rapazes). Seja, porém, como for, supomos que o aparecimento de máscaras nestas festividades — como, aliás, também no Natal, Ano Novo e Reis — não se relaciona com qualquer aspecto do seu significado actual, mas constitui certamente uma sobreposição de cerimónias, com base na coincidência de datas e, talvez, no sentido mais longínquo e obscuro das celebrações religiosas do Inverno.

BENJAMIM PEREIRA
(in “Máscaras Portuguesas”)

MASCARADAS DO SÉC. XIV

“E à terça-feira logo seguinte houve na sala da madeira excelentes e mui ricos momos, entre os quais El-Rei, para desafiar a justa, que havia de manter, veio primeiro momo, invencionado Cavaleiro do Cirne, com muita riqueza, graça e gentileza, porque entrou pelas portas da sala com uma grande frota de grandes naus, metidas em panos pintados de bravas e naturais ondas do



mar, com grande estrondo de artilharias que jogavam, e trombetas e citabales e menistréis que tangiam, com desvairadas gritas e alvoroços de apitos de fingidos mestres, pilotos e mareantes, vestidos de brocados e sedas, e verdadeiros e ricos trajes de alemães. Os tol-dos das naus eram de brocado e as velas de tafeté branco e roxo, e a cordoalha de ouro e seda, povoado e cheio tudo de velas e candeias douradas acesas. As bandeiras quadradas de baixo e os estandartes das gáveas eram das armas d'el-rei e da princesa; vinha diante da frota, sobre água, um grande

e formoso cirne (cisne) com as penas brancas e douradas, e após ele, na proa da primeira nau, vinha o seu cavaleiro guiado dele, que em nome d'el-rei, armado, saiu com sua fala, e deu à Princesa um "breve" conforme a sua tenção de a querer servir nas festas de seu casamento; em que sobre certas conclusões de amores, em que se afirmou, reptou e desafiou para justa de armas, com oito mantenedores, a tôdolos que o contrário quisessem combater. E após isso, por meio de armas, trombetas e oficiais ordenados para isso, se publicou em voz alta o "breve" e o

desafio e condições das justas e grados delas: assim para quem mais gentil-homem viesse à teia, como para quem melhor justasse. E após isto saiu El-Rei com seus momos mui ricos e dançou com a Princesa, e assim os outros seus com Damas. E logo vieram outros momos do Duque e doutros muitos fidalgos, em que, com palavras e invenção de muita ardileza e galantaria, com as mesmas condições aceitaram, e por seus "breves" empreenderam o desafio da justa, e dançaram aquela noite em que houve muitos entremeses e festas".

RUY DE PINA

MOMOS E MASCARADAS DA IDADE MËDIA

Menos frequentes mas não menos populares se mostravam os espectáculos de "momos". Um momo era uma máscara, um disfarce exótico que se envergava para fazer rir ou para impressionar o público. Era costume os momos acompanharem seus disfarces com gesticulação histriônica em arremedios simbólicos ou inerentes a um entrecio próprio. Por isso os momos e as momices se podem também contar entre os antepassados das representações teatrais, especialmente do teatro ligeiro.

O infante D. Henrique ofereceu grandes festas aos seus pares no Natal de 1414: para isso "mandou o Infante a Lisboa e ao Porto por panos de sirgo (seda) e de lã e broladores (bordadores) e alfaiates para fazerem suas librés e momos, segundo para sua festa realmente pertencia...". E o espectáculo foi um sucesso: "ali houve momos de tão desvairadas maneiras que a vista deles fazia mui grande prazer." Na mascarada tomavam parte, às vezes ou sempre, membros da nobreza: "E assim houve outros muitos momos de fidalgos em grande perfeição", diz-se das festas do casamento do príncipe D. Afonso. Outros casos se poderiam apontar.

Mais tarde relegados apenas para os dias carnavalescos as mascaradas e os bailes de máscaras faziam então parte integrante dos divertimentos de todo o ano, quando estes se elevavam acima do nível habitual.

.....
A função dos momos, aqui como noutras festividades, consistia em serem de arautos para os torneios, anun-

ciando o número de contendores, as regras, etc.

Os textos falam ainda de "entremeses", se bem que a palavra pareça traduzir somente um conceito de distração, sem se aplicar a espectáculos determinados: "sala de madeira para banquetes e consoadas, momos, touros, canas e justas, e outros entremeses"... "E depois das justas houve touros e canas e mais momos e banquetes e muitos entremeses de grandes invenções e com muita custa".

A.H. OLIVEIRA MARQUES (in "A Sociedade Medieval Portuguesa")



Tipos de bufão medieval

A FESTA DE SANTO ESTÊVÃO

Em inúmeras aldeias do Nordeste transmontano, encontram-se manifestações do que se pode considerar um culto a Santo Estêvão — além da imagem do santo nas respectivas igrejas paroquiais, a celebração do seu dia numa festividade especial, que, no seu conjunto geral, denota uma amálgama de elementos religiosos, mágicos e profanos, complexamente tramados e extre-

Varge — Mascarado



mamente difíceis de definir concretamente, que não aparecem em todos os casos na sua totalidade, e entre os quais distinguiremos os seguintes: 1) festa religiosa, com relevância no contexto geral; 2) eleição de indivíduos que exercem temporariamente certos cargos dignitários — “Rei” e por vezes

“Bispo” —, parecendo congregar por um pequeno lapso de tempo os poderes temporais e espirituais. Segundo Gama Barros (15), nas constituições da Guarda, de 1500, o bispo D. Pedro critica o “abominável” costume dos moradores de alguns lugares, que em certas festas do ano, “assim como em dia de Santo Estêvão, ordenam e fazem imperadores, reis, rainhas, e vão com eles às igrejas, levando consigo jograis, que mandam pôr e põem no púlpito, donde dizem muitas desonestidades e abominações, sem embargo de então se celebrar missa e se fazerem officios divinos”; 3) a organização da mesa de Santo Estêvão, ao ar livre, para uma refeição colectiva de todos os vizinhos da aldeia, consistindo necessariamente em pão e vinho — pão que é “bento” e goza de altas virtudes profiláticas —, além de, por vezes, outros manjares específicos; 4) mascarados, como nas Festas dos Rapazes; e, conforme dissemos, não só muitas vezes ambas as celebrações se confundem, mas mesmo numas e noutras as máscaras representam talvez um elemento ritual autónomo, independente e anterior, por elas aglutinado mas não integrado.

Certos elementos desta celebração parecem sugerir uma influência do cerimonial laico do Espírito Santo, designadamente a coroação e existência de um Rei, que vemos acompanhado de dois pagens, e a mesa comunitária da qual todo o povo presente participa. BENJAMIM PEREIRA (in “Máscaras Portuguesas”)

UMA MÁSCARA DA MORTE

“Já noutra parte destas “Memórias” aludimos à extravagante figura da “Morte” que no dia de Cinza percorre as ruas da cidade de Bragança, vestida de casaco e calças de lona oleada, máscara na cara, carapuço na cabeça, tudo pintalgado grotescamente, empunhando um gadanho e um chicote para vergastar o rapazio que em chusma a motaja, gritando ensurdecidamente após ela: ó Morte, ó lagão, ão, ão.”

“Em Vinhais também se pratica o costume da “Morte” em quarta-feira de Cinza, mas reveste modalidade diferente, pois veste-se de Morte quem quer (em Bragança só a Ordem Terceira de São Francisco é que tem o fato e o aluga por bom preço aos pretendentes, que nunca faltam), resultando andarem muitos ao mesmo tempo vestidos de Morte em correrias pelas ruas, a quem chamam indistintamente Morte ou Diabo.”

ABADE DE BAÇAL

AS MOURISCADAS

Os Mouriscos, vestidos com fatos de algodão de cores claras e botões dourados, cintos vermelhos e faixas, mitras de cartão de 30 centímetros de altura, com espelhos e tranças de ouro penduradas e encimadas por penas vermelhas, com espadas desembainhadas e lenços brancos amarrados nos punhos, dispunham-se em duas filas, dançando, enquanto o seu rei, que se distinguiu deles pelo uso de correntes de ouro e dragonas, pulava de um extremo da linha para o outro, dançando à vez com diferentes pares dos seus homens. Uma figura cômica, vestida com fato-macaco azul e cara coberta com máscara de cortiça, seguia os passos do rei, pelo lado de fora da fila, macaqueando todos os seus movimentos. Num dado momento, as duas filas desfizeram-se e partiram em diferentes direcções. A única música era o bater monótono de um tambor combinado com o silêncio propositado dos dançadores. Acabada a dança, os Mouriscos marcharam em fila indiana, indo ao encontro dos Bugios. Estes vestiam casacos de cores alegres, pedrarias falsas, calções, encontrando-se todos mascarados, alguns com caras de animais, chapéus ornados de fitas de papel terminando numa cascata de serpentinas. Na mão, cada um deles levava qualquer alfaia agrícola ou doméstica. O seu comportamento violento contrastava com o ar comedido e ordeiro dos Mouriscos.

(RODNEY GALLOP (in “Portugal”))



Ílhavo — Máscara de pele de ovelha, com lã e penas

AS FESTAS DOS LUSITANOS

Os banquetes são entremeados de danças. As taças grosseiras de barro, de madeira e, talvez, de algum metal nobre transbordam nas mesas; mesmo bebendo, começam a dança nervosa, ao som da flauta, das trombetas, e das cornas. Saem para a rua, no meio da voz dos cantores que fazem coros e segue-se a exibição dos mais destros, dos mais hábeis, até na alegria, para ver quem são os que saltam mais alto e caem de joelhos com mais naturalidade e elegância. Segundo informações cer-

tas, não era o único tipo de dança nessa zona, pois, na Batestânia (Bética Superior) relativamente perto, as danças eram complexas e a elas se associavam as mulheres, formando grupos graciosos, frente aos pares a quem davam de vez em quando as mãos, num ritmo ora cadenciado ora frenético, tal como uma dança de um pastor e montanhês, metalúrgico e guerreiro.

O. e S. da VEIGA FERREIRA (in "A Vida dos Lusitanos no Tempo de Viriato")

DUAS MÁSCARAS DE PAU

O "CARETO" DE VALVERDE

Embora na freguesia de Meirinhos também noutros tempos saísse o careto, não era este, mas sim o da vizinha freguesia de Valverde que vinha a São Pedro. Ia também ao Soutinho, Roca e Santo André, três pequeninos povoados ou "quintas" que ficam no termo daquela última freguesia.

Do dia 20 de Dezembro até ao dia de Reis, o careto de Valverde podia ir esmolar às povoações referidas. As saídas certas eram na véspera e no dia de Natal, no dia de Ano Novo e no dia de Reis.

Fora disso (isto é, das saídas certas, e nunca antes de 20 de Dezembro ou depois dos Reis), aos domingos, era quase certo vê-lo em grande animação andar atrás das moças em Valverde, a pedir esmola para o Menino de Deus, e a desinquietar toda a gente da casa com os assaltos que inesperadamente fazia.

— E as raparigas gostavam da brincadeira? — perguntei.

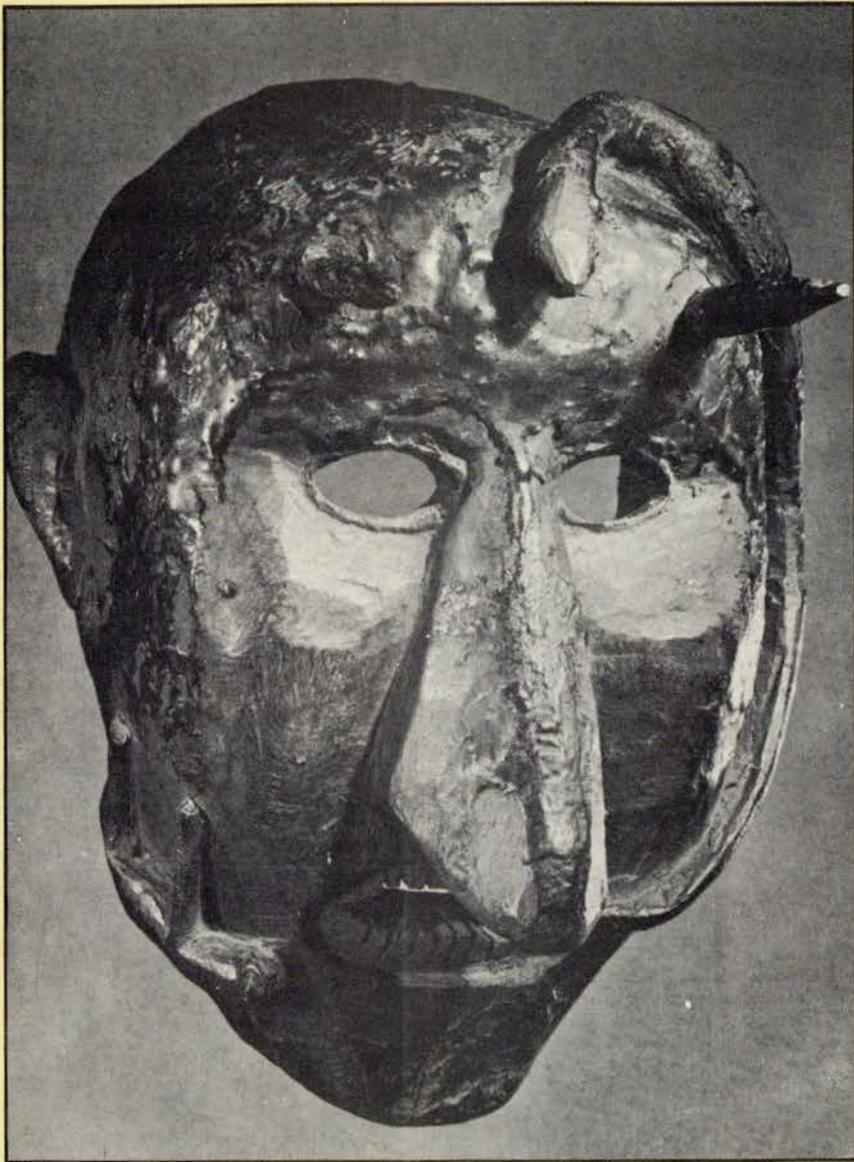
— Bô! se gostavam — e ao mesmo tempo o meu informador sorria maliciosamente e dava "trucos" com a mão direita.

Vejamos agora como o meu interlocutor me descreveu a indumentária e a máscara do careto de Valverde que já não sai há mais de 20 anos.

O careto vestia um fato inteiro, semelhante aos chamados fatos de macaco que usam os mecânicos. A farda, assim se chamava ao fato, era feita de lona ou serapilheira e pintalgado de amarelo e vermelho — assim a modo de salamandra (sic).

As calças eram largas, com franja vermelha no fundo da perneira. As mangas eram também largas e igualmente bordadas com franjas. Nas ombreiras havia uma espécie de dragonas, como as dos oficiais, também das mesmas franjas vermelhas.

Outra franja da mesma cor, a toda a



Mogadouro, Vale do Porco — Máscara de madeira simbolizando o Diabo.

cesta enfiada no braço e a cara coberta por uma máscara de pele de “canhona” com a lâ para dentro.

— O diabo não podia pôr pé na rua sem a caixa tocar.

Assim me contaram, no Natal de 1934, à lareira, como era o careto de Valverde que há pelo menos 21 anos deixou de sair na sua volta precatória pelo povo, e pelas “quintinhas” situadas em torno daquela aldeia do concelho de Mogadouro.

O “CHOCALHEIRO” DE VALE DE PORCO

Na altura em que na Quinta de São Pedro me contaram o que atrás fica sobre o careto de Valverde, soube que em Vale de Porco existia ainda a velha costumeira de um homem mascarado com careta de pau sair a pedir esmola para o Menino Jesus. Logo decidi ir averiguar o que havia, embora isso me custasse uma jornada de 6 ou 7 horas a cavalo, o que fiz de bom grado.

Vale de Porco fica em termo do concelho de Mogadouro a 5 ou 6 quilómetros a sudeste da vila, e tem à roda as povoações de Zava, Figueira, Castelo Branco, Quinta das Quebradas e Vilar do Rei.

Mogadouro — Mascarado

roda da cinta, fingia aba de casaco.

A farda terminava em cima por um capuz que rematava justo a toda a roda da máscara. Esta, por sua vez, ia bem presa à cabeça por correias ou cordões.

O careto levava na mão uma grande moca com que fazia menção de bater a torto e a direito nos rapazes e nas raparigas. Quando o rapazito na surriada que fazia ao careto, o insultava mais asperamente, aí lhe ia a moca arremesada às pernas. Apanhasse ou não com ela, ninguém lhe deitava a mão.

A máscara, toda de pau, tinha fama entre as congéneres pela sua fealdade.

Apresentava dois grandes chifres, como os de carneiro, feitos na própria madeira, e uma serpente enroscada nos mesmos. Era pintada de negro, sotur-

na, com a língua pintada de vermelho saía por entre os dentes arreganhados, feitos de vidro. O nariz era enorme e muito feio. Os olhos eram grandes e tinham vidros por dentro.

E o meu informador que bem conhecia a máscara por também a ter trazido algumas vezes, acrescentava:

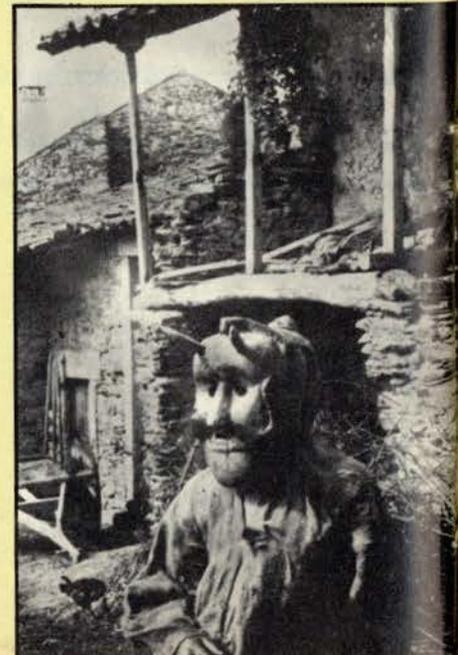
— Era uma coisa bestial de feia.

E aludindo ao grande peso da mesma:

— O que andasse um pedaço naquele serviço aquecia assim deveras.

Por isso, durante o dia, os rapazes revezavam-se, vestindo a farda ora uns ora outros.

Com o careto, ao menos em Valverde, saía sempre a velha, homem vestido de mulher, tapado com um xale,



É uma aldeia airosa e lavada dos ventos que sopram agrestes naqueles cimos do planalto de Mogadouro.

As atribuições e regalias do mascarado que vi em Vale de Porco e tem os nomes de velho ou chocalheiro são idênticas às já apontadas para o careto de Valverde.

A indumentária de velho é, nas suas linhas gerais, a mesma da daquele.

Tem, porém, a mais o uso dum cinto com uma enfiada de chocalhos de todos os tamanhos que o mascarado faz rugir fortemente nas corridas e saltos que dá, o que lhe valeu a designação de chocalheiro.

O fato do velho ou chocalheiro de Vale de Porco está bastante roto, como pode ver-se pelas fotografias que tirei. É que, mesmo ali, já o costume estava em via de desaparecimento, e assim, tudo o que dizia respeito à máscara e indumentária bastante desprezado.

A máscara que vi e que fotografei não era nada em relação às de outro tempo.

— Essas sim, é que eram feias.

— A actual foi mesmo obra dum rapazote de 14 ou 15 anos.

— Nem farda em termos nem moca em condições.

Estas lamentações ouvi-as a uns homens, já de certa idade, que recordavam com saudade o rigorismo com que no seu tempo de rapazes era seguida a prática desta velha costumeira.

O pau que o chocalheiro empunha é uma moca improvisada para que o mascarado figurasse com todos os seus pertences. Foi um estadulho, tirado da primeira rima de lenha, que serviu, à falta de melhor.

A máscara, como bem mostram as fotografias que tirei, tem feio aspecto e o seu quê de diabólico. Uns olhos vazados pequeninos, logo por baixo de dois chifres pontiagudos e atirados para diante na horizontal. O nariz comprido e proeminente. A boca talhada em ar escarninho com os dentes marcados por entalhes serrilhados. Língua entremostrada e pintada de vermelho. Uma estriga de linho presa no queixo dá-lhe um ar barbado em pera de bode. Dos lados, dois pedaços de cortiça pregados ao nível dos olhos constituem uma grosseira tentativa de representação das orelhas.

A máscara era pintada de vermelho e preto. As faces e o nariz de verme-

lho-rosado. Um traço da mesma cor, prolonga-se desde a base do nariz pela frente até ao alto. O resto todo pintado de negro, à excepção da língua que, como se disse, estava também pintada de vermelho.

Como as figuras bem mostram, o chocalheiro empunha na mão direita um espeto, tendo enfiadas duas chouri-

ças e na ponta uma laranja, para evitar a queda fácil daquelas.

O chocalheiro de Vale de Porco, que naquele ano de 1934 não saiu, e não saía há já uns 3 ou 4 anos, estendia a sua missão precatória e galhofeira à vizinha aldeia de Vilar do Rei.

J.R. SANTOS JUNIOR

(in "Congresso do Mundo Português")

PAGANISMO E CRISTIANISMO NAS MASCARADAS DO NORDESTE

“Em muitas aldeias do concelho de Bragança, como Baçal, Sacoias, Avelada, Varge, França e outras, os moços solteiros, de dezasseis anos para cima, juntam-se no dia 26 de Dezembro, festa de Santo Estêvão (em Baçal a reunião é a 6 de Janeiro, festa dos Reis), chamam gaitero para os acompanhar na estúrdia; comem uma vitela comprada com o produto de trabalhos agrícolas, geralmente malhadas (debulha de centeio); percorrem a povoação mascarados e vestidos de fatos felpudos de variegadas cores, em algazarra louca de gritaria ensurdecadora, soltando estrídulos hi, gu, gus durante esse dia e seguinte, inclusas as respectivas noites, tendo previamente mandado celebrar missa, a que assistem muito sossegados e vão botar as loas, também ditas comédias ou colóquios, num ponto determinado, geralmente o mais central da povoação, na presença do resto do povo, que, guloso, assiste sempre a esta parte do programa.”

“As máscaras de latão estravagantemente pintalgadas algumas, outras de casco de árvore e poucas de papelão, simulam figuras grotescas e de bois e bodes muitas vezes.”

“Em Algosó, concelho de Vimioso, nomeiam doze mordomos para a festa de Santo Estêvão (26 de Dezembro), tendo cada um o título de um personagem de relevo social — bispo, imperador, rei, etc. —, que aparecem na festa seguidos dos respectivos secretários e ministros, tudo vestido de indumentária adequada ao cargo, com acompanhamento de moços carregados de chocalhos em barulheira ensurdecadora.”

“Em Freixedelo mascararam-se mas não há colóquios, comédias ou loas, bem como em Ousilhão, onde dão de comer a quem se apresentar mascarado.”

ABADE DE BAÇAL

MÁSCARAS DA MORTE E DO DIABO

Em quarta-feira de Cinzas o povo de Vinhais, seguindo costume imemorial, assiste a um carnaval mais festejado que o dia anterior. Rapazes de todas as

condições sociais vestem-se de Morte e de Diabo e de chicote na mão agarram o desprevenido transeunte e fazem-no ajoelhar no chão frio, enquanto numeroso grupo aos gritos de ó morte/ ó diabo/ foge diante deles pelos campos e pelas ruas, chegando, às vezes, quando percebem a fraqueza dos perseguidores, a prendê-los, o que é uma desonra para a força sobre-humana do astuto Diabo e da implacável Morte.

P. FIRMINO MARTINS

O "DIABO" E A "MORTE" DE BRAGANÇA E DE VINHAIS

A mais recuada referência científica aos curiosíssimos mascarados que, em quarta-feira de Cinzas, ainda hoje percorrem as ruas de Bragança e de Vinhais, uns representando o Diabo, outros a Morte, é, ao que parece e só com respeito àquela cidade, a feita por Adolfo Coelho, em 1877, na revista *A Renascença*, doze anos mais tarde reproduzida e ampliada, pelo menos insigne investigador, em *A Tradição*, a primeira publicação etnográfica editada em Portugal.

A eles se referiu também Teófilo Braga, que não perdeu o ensejo de repisar as suas considerações sectárias e, mais tarde, o abade de Baçal, mas a verdade é que todos estes autores se ocuparam quase exclusivamente da "Morte", esquecendo, ou ignorando, aquele outro mascarado, o "Diabo", e dando até origem a que fossem julgados um só, quando, de comum, só têm o dia em que se exibem e, quanto a mim, o significado.

Ignoro se ainda existe o vestuário que era cedido ou alugado, pela Ordem Terceira, mas posso esclarecer que, actualmente, o mascarado enverga um fato de macaco, ou mesmo uma velha farda de cotim, tintos de preto e com os principais ossos do esqueleto pintados de branco, empunha, como outra, uma gadanha, ou foice roçadeira, com a qual ameaça toda a gente e que obriga a beijarem, ajoelhadas, as mulheres que apanha a jeito.

Quanto ao "Diabo", veste casaco e calças, de flanela ou qualquer outro pano vermelho, bastante justos, pequeno gorro da mesma cor, na cabeça, e brande um pau, ou um látigo, intimidando as pessoas que encontra e a garotada que o segue, gritando, mas fugindo às suas investidas.

Referir-me-ei, na devida altura, às máscaras usadas por estas personagens, que em Bragança, por imposição das autoridades, só percorrem os bairros excêntricos da cidade, como se não fosse de aconselhar a manutenção de tão estranho quanto curioso e inofensi-

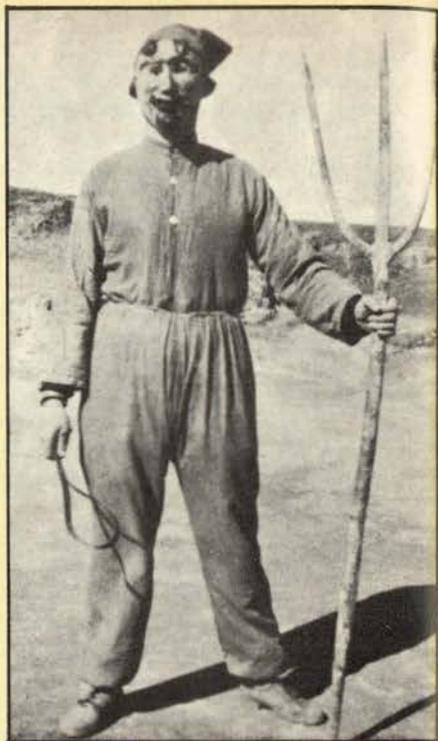
vo costume popular, de resto, como veremos, de origem puramente religiosa.

Foi exclusivamente sobre aquela figura da "Morte" que incidiu o brilhante artigo de Adolfo Coelho, a que já me referi, mas, não obstante o respeito que nutro pela memória de tão insigne estudioso, não posso perflhar as suas aliás doutras conclusões.

Em primeiro lugar, colhendo por informações vagas de um amigo, "farmacêutico em Bragança", ele deve ter confundido este mascarado com aqueles outros, estrangeiros, que já citei, decerto do conhecimento directo dos mitólogos alemães em que se apoiou; em segundo lugar, por falta de estudos situados ao nível da moderna etnografia, à data em que foi, entre nós, um dos precursores desta ciência, desconhecendo os "Caretos", os "Chocalheiros" e outros mascarados dos planaltos de Trás-os-Montes, todos representando o "Diabo"; nunca tendo observado as suas atitudes, os seus direitos, as suas liberdades e imunidades; julgando-os perseguidos, vaiados, maltratados — eles que a todos perseguem e amedrontam com as suas correrias desordenadas, os seus saltos acrobáticos, os golpes tremendos dos seus trancos, ou as pancadas secas das bexigas que por vezes usam como arma — identificou-os como simbolizando o Inverno.

Ora são estas extravagantes personagens, cuja aparição, quase rigorosamente coincidente com o solstício do Inverno, a todos aterroriza e que, mesmo fora dos povoados, em pleno campo, não cessam, como já disse, de bater, de saltar, de correr, de tudo estrondar com o som dos chocalhos que trazem pendentes dum cinto, como se enfrentassem um inimigo invisível e imaginário, que não saberiam identificar, mas que procuram pôr fora, abater e vencer, as que podem explicar-se "Com toda a clareza pela cerimónia de expulsar o Inverno", e não a "Morte" de Bragança.

Simplemmente elas próprias, longe



Vinhais — A figura do Diabo

de representarem o Inverno, perpetuam o rito milenário da sua expulsão por um ente estranho, poderoso e diabólico, que outra coisa não são, nem o "homem selvagem" que desce o Reno num barco, até Basileia, nem os "manchados de fumo" de Lotschental, que trazem pavorosas máscaras de madeira e, como aqueles, grandes chocalhos em volta da cintura, e causam terror aos rapazes e às raparigas das aldeias em que se exibem.

Quanto aos mascarados de Bragança e de Vinhais, a "Morte" e o "Diabo", sempre foi minha convicção que bem diferentes eram o seu significado e a sua origem, estando agora certo de não me ter enganado.

Vi neles, desde o primeiro momento, duas figuras simbólicas, de expressão religiosa, arrancadas aos cortejos e às representações litúrgicas medievais, e alusivas precisamente às solenidades próprias do dia em que ainda agora, passados séculos, se apresentam em público. Que assim é, de facto, prova-o exuberantemente um documento publicado pelo abade de Baçal, no volume VII das suas magníficas *Memórias*.

Trata-se de um requerimento que a Mesa da Ordem Terceira dirigiu ao governador do bispado, em 1 de Março de 1870, e do qual transcrevo as seguintes passagens:

“Entre as figuras, que compõe a procissão das Cinzas, nesta cidade, tem lugar a figura Morte, destinada a simbolizar o salutar aviso *pulvis est, et in pulverem reverteris*.”

Com ela se pretende lembrar que a quadra da Quaresma, começada em quarta-feira de Cinzas, deve ser consagrada a cuidar da vida futura, que para todos é certa, e que pode abrir-se inesperadamente, porque o sopro da vida é menos firme que a luz da lâmpada agitada pelo vento.

Por um abuso e por uma condescendência, talvez censuráveis, fez-se da figura de Morte uma figura carnavalesca, que, longe de chamar as almas para ideias de piedade, provoca cenas de descomposta folia e não poucas vezes de desordem.

Pode dizer-se que a figura de Morte tem feito de quarta-feira de Cinzas, do primeiro dia em que mais particularmente se celebram os mistérios da Igreja e se comemora a paixão do Redentor, o quarto dia do Carnaval.”

.....
“O artigo trigésimo sexto dos referidos estatutos no parágrafo quarto diz: Expressamente proibida a divagação pelas ruas da figura que as procissões de cinza costuma representar a morte devendo sair e recolher com a procissão.”

Já naquele tempo, como se vê, se dividiam as opiniões sobre a exibição da “Morte” pelas ruas de Bragança, pois as autoridades administrativas, para as quais os mesários já haviam recorrido, não viam nela qualquer inconveniente aceitável.

É singular que este documento, do mesmo modo que os restantes publicados, sobre o assunto, na mesma obra, não contenha a menor referência ao “Diabo”, não já como figurando na procissão das Cinzas, mas como mascarado irreverente e carnavalesco, impróprio para se exhibir em plena Quaresma.

Em Vinhais, como já ficou dito, várias pessoas se vestem de morte, ou de

diabo, e assim percorrem as ruas da vila em quarta-feira de Cinzas, tudo levando a crer que estes mascarados e os de Bragança tenham origem comum.

Se nem num lado nem no outro o “Diabo” se encontrava “entre as figuras” que se incorporavam na procissão das Cinzas, no intuito aceitável de recordar aos mais pecadores as penas do Inferno, como se explica, então, a sua exibição simultânea com a “Morte”?

A meu ver, a sua origem só poderá atribuir-se à revivescência de uma das figuras clássicas das representações religiosas da Idade Média e da Renascença e que, em reforço desta tese, vamos reencontrar no teatro popular transmontano, nos colóquios e nas comédias que ainda hoje ali têm lugar.

Dos “estrelóquios” muito louvavelmente publicados pelo padre Firmino Martins, como mais usados na região de Vinhais,

SEBASTIÃO PESSANHA
(in “Mascarados e Máscaras”)

O BODO DO ESPÍRITO SANTO

O bodo do Espírito Santo, em Santiago do Cacém, vem mencionado em antigos documentos que datam de 1404 e foi celebrado até ao século XIX. Era uma festa oferecida aos pobres e prisioneiros e cujos pratos de que o banquete era composto eram levados em procissão em volta da cidade.

A natureza e característica desta fes-

ta fica bem expressa no seguinte escrito de 1862: “No lugar onde os bois eram abatidos para se obter carne para a festa, os enfermos ou feridos, todos juntos e munidos de potes, pratos e tachos, os quais enchiam com o sangue do gado, logo que o obtinham, esfregavam com ele, não só as partes do corpo afectadas como ainda aquelas que nada

tinham, preventivamente, para que não fossem contaminadas pela doença...”

E assim, era vulgar verem-se homens, mulheres e crianças com os rostos cobertos por uma avermelhada máscara...”

Estas orgias tornaram-se, felizmente obsoletas, mas nas romarias persistem marcados actos de cariz pagão. Lufs Chaves afirma-o quando diz: Não existe uma só festividade cristã onde o paganismo não aflore.

RODNEY GALLOP
(in “Portugal- A Book of Folk Ways”)



FESTAS DO NATAL ANO NOVO E REIS

Sempre em terras transmontanas, num triângulo compreendido entre os concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Bragança e Miranda do Douro, no ciclo das festas do Natal, intervêm dois tipos de mascarados: os "caretos", "chocalheiros", "zangarrões" e "mascarões"; e o casal do "Velho" e da "Velha". São estas, entre nós, as personagens mascaradas mais características. Embora hoje actuem incongruamente apenas como mendicantes ao serviço da Igreja, percorrendo as diferentes localidades a recolher esmolas para o Menino, Nossa Senhora, Almas, etc., os "caretos", "chocalheiros", ou "zangarrões" transmontanos, denunciam uma personalidade que os situa decisivamente no domínio do fantástico. Assumindo inteiramente uma natureza diabólica, a sua aparição inquietante impõe pelo terror a presença de um ser que, momentaneamente, se coloca fora da lei e das convenções sociais, que escapa às normas quotidianas e autoriza tudo o que é interdito. Resguardados por um sentimento de imunidade, permitem-se sobretudo liberdades licenciosas com as mulheres, arrogam-se o direito de entrar nas casas e levar daí o que lhes apetece, etc.

Do complexo geral de mascarados portugueses, estes "chocalheiros" apresentam-se, aos olhos das gentes das raras aldeias em que sobrevivem, como uma verdadeira entidade mágica, sombria e inquietante, temida mas necessária. A própria máscara encerra um conteúdo simbólico que não se apaga após a actuação do mascarado: pertença da colectividade, ela é objecto de cuidados especiais. Certas tentativas de aquisição, para o Museu, de alguns desses exemplares puseram nitidamente a descoberto os sentimentos que a seu respeito os habitantes locais experimentam. Lembramos, a propósito, um pequeno incidente ocorrido em Vale de Porco (Mogadouro), provocado pelo mordomo depositário da máscara, que, inadvertidamente, entrou com ela no adro da Igreja, desencadeando nas pessoas que presenciaram o facto uma verdadeira manifestação de alarme. No

consenso geral, a Igreja e o adro são os únicos redutos interditos ao mascarado e à própria máscara.

Pode pensar-se que a aceitação desta personagem se justifica por conter talvez um sentido vago de protecção da aldeia, sendo através dela que se efectivam e normalizam certas forças estranhas e difusas que nesse período se crêem desencadeadas e que nela se catalisam, operando-se por seu intermédio o retorno à normalidade. Actualmente, e sobretudo nas gerações mais novas, o carácter lúdico e até burlesco desta personagem é extremamente sensível.

No relato do Prof. Santos Júnior, na pequena povoação da Quinta de S. Pedro (Mogadouro), na quadra do Natal, quando se ouvia o rufar da caixa, rapazes e raparigas fugiam espavoridos e tomados de pânico, gritando: "Vem aí o careto, vem aí o Diabo!", procurando refugiar-se rapidamente nas casas que ofereciam maior segurança. O careto, cuja figura através da máscara, traje e implementos sugeria a figura do Diabo, permitia-se todas as liberdades licenciosas com as raparigas. Mas a sua acção principal consistia em pedir esmola para o Menino, acompanhado dos mordomos, que, atrás dele, iam recolhendo essas esmolas. Batendo com a moca nas portas, dizia: "Esmola para o Menino Jesus" e, noutro tom, "Mas também quero para o Diabo". As ofertas que recebia guardava-as num surrão de pastor que trazia às costas.

Na freguesia de Meirinhos, do mesmo concelho, outrora também saía o "careto", mas vindo de fora, de Val-

verde, o qual, além de ir a S. Pedro, ia também ao Soutinho, Poça e Santo André, pequenas povoações situadas no termo da freguesia de Valverde. Do dia 20 de Dezembro ao dia de Reis, o "careto" de Valverde podia fazer o peditério naquelas povoações.

O careto vestia um fato-macaco — a farda — feito de lona ou serapilheira, pintalgado de amarelo — numa figuração de salamandra; as calças rematavam em baixo por uma franja; o casaco tinha as mangas igualmente franjadas, dragonas nas ombreiras, e rematava por um capuz. Na mão levava uma moca, que por vezes atirava às pernas do rapazio. Durante o dia, mais do que uma pessoa envergava o fato e a máscara.

Em Valverde, o "careto" saía sempre seguido pela "Velha" — homem vestido de mulher e com máscara de pele de "canhona", com a lã voltada para dentro, levando enfiada no braço uma cesta.

Em Vilarinho de Galegos (Mogadouro), o mascarado, que igualmente fazia o peditério para o Menino, levava o nome de "Mascarão". Mas aqui não se limitava a pedir; entrava nas casas e levava mesmo aquilo que encontrava, geralmente chouriços, salpicões, fruta, etc. Por vezes, ele era secundado por uma segunda personagem — a "Mascarinha", vestida de rapariga.

Em 1934, ainda segundo o mesmo autor, havia chocalheiro em Tó, Bemposta, Urros, Sanhoande, Castelo Branco, Quinta das Quebradas (Mogadouro) e em Fornos e Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta).

Em Vale de Porco (Mogadouro), este mascarado leva o nome de "Velho" ou "Chocalheiro" e tem atribuições e

Vinhais — A mesa-de-cabeceira na Festa de Santo Estêvão



prerrogativas semelhantes ao de Valverde.

Havia ali a superstição de que a pessoa que morresse no dia em que esta personagem deambulava pelas ruas ia para o Inferno; e o mesmo aconteceria ao que morresse investido naquela figura.

Em Bemposta, onde o costume mantém plena vigência, esta personagem sai nos dias do "Chocalheiro", a 26 de Dezembro e 1 de Janeiro, da meia-noite para a 1 hora. É acompanhado pelos mordomos, e faz questão de percorrer toda a freguesia sem ser reconhecido, em peditório para Nossa Senhora e Menino Jesus.

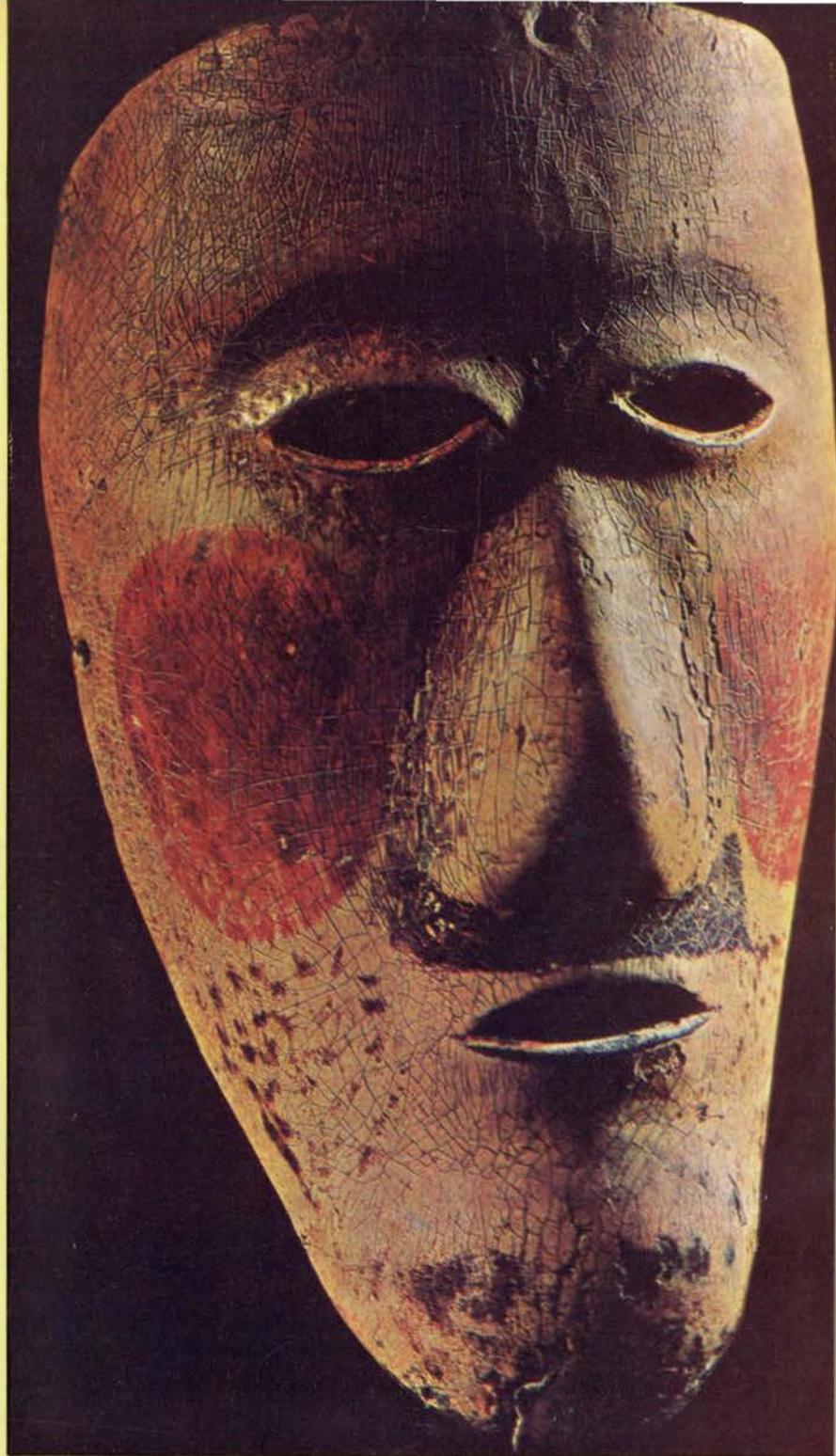
Máscara e indumentária são pertença da colectividade, e durante o ano estão guardadas numa caixa na casa de arrecadações de objectos da Igreja, ao lado desta.

O "Cargo" é leiloado todos os anos e cabe àquele que cobrir o último lance. O leilão tem geralmente lugar em casa do mordomo e os pretendentes mantêm-se em segredo, escondidos uns dos outros. Chegam a dar dois mil escudos para obterem o direito de ser o "chocalheiro"; e fazem-no quase em cumprimento de promessa.

O "Chocalheiro", terminada a volta à aldeia, pode, se assim o desejar, alugar a outra pessoa a máscara e o fato, para que esta, por seu turno, dê idêntica volta ao povo.

De todas as personagens mascaradas deste tipo, é talvez o "Chocalheiro" da Bemposta aquela em que os atributos do Demónio são mais ostensivos: o fato azul de tipo "macaco" leva uma série de listas brancas e vermelhas pintadas com tinta, e, atrás, nas costas, o emblema da morte — caveira com ossos cruzados —, uma serpente, feita de pano e cheia de serrim ou areia, de olhos figurados por botões, cruza-lhe o peito; na mão segura uma tenaz e uma bexiga cheia de ar; a máscara procura condensar elementos tidos na tradição do povo como demoníacos — a salamandra passeando numa das faces, enquanto uma serpente se desdobra sobre a outra, metendo a ponta do rabo na boca e apoiando a cabeça sobre o alto da testa; os cornos proeminentes com maçãs ou laranjas cravadas na ponta, etc.

Em Fornos, o "Zangarrão" saía nos dias 24 de Dezembro e de 1 a 6 de Janeiro, a tirar esmolas para o Menino.



Mirandela, Torre de Dona Chama —
Máscara de couro pintado.

O mordomo seguia atrás e é quem recebia as esmolas. O "Zangarrão" levava um pau com força onde enfiava os chouriços e murcelas que recebia. O mordomo da festa é que convidava o "Zangarrão" havendo na povoação apenas duas ou três pessoas que se

prestavam a desempenhar esse papel. Terminada a festa, o "Zangarrão", acompanhado da "Velhinha", andava pela povoação a pedir vinho.

BENJAMIM PEREIRA (in "Máscaras Portuguesas")

A "FESTA DOS RAPAZES"

A Festa dos Rapazes tem geralmente lugar desde o dia 25 de Dezembro ao Dia de Reis, a 6 de Janeiro, e mostra aspectos específicos, designadamente: 1) associação, integração (e por vezes admissão ao "status" de adulto) de rapazes, num grupo de idade; segregação temporária; defesa da coesão e solidariedade do grupo; refeições cerimoniais em que apenas tomam parte os rapazes, e que constam, na maioria dos casos, de vitela; 2) provas de resistência física; 3) visitas aos moradores da aldeia; peditórios, sobretudo de carne de porco; 4) sanções sociais, efectivadas através de "comédias" e "loas", exprimindo censura a formas indesejáveis de conduta, com uma tonalidade acentuadamente humorística e sarcástica; 5) personagens mascaradas.

Jorge Dias nota, nesta festividade, um sincretismo em que se sobrepuseram dois ritos: "um, de iniciação à sociedade dos homens, e, portanto, um rito de puberdade; e um rito propiciatório, que encerra elementos do culto dos mortos e do culto da vegetação".

Segundo o erudito abade de Baçal, que pela primeira vez entre nós abordou o estudo desta celebração, à data em que escreveu (1910), essa festa tinha lugar em várias aldeias do concelho de Bragança — Baçal, Sa-coias, Vale de Lamas, Aveleda, Varge e outras — e nela tomavam parte os rapazes solteiros com mais de 16 anos de idade. A festa era dirigida por um "juiz", eleito por votos no fim do último jantar daquelas festividades, indo já nesse dia assistir às "comédias", sem máscara, de coroa de latão na cabeça e empunhando uma cana com uma maçã espetada na ponta. Os rapazes contratavam um gaitero para os acompanhar nas estúrdias, compravam uma vitela por quotização de todos, cozinhavam-na e comiam-na, geralmente numa casa que estivesse desabitada; eles percorriam a povoação mascarados e vestidos com fatos de colcha felpuda de várias cores, em grande algazarra e gritaria, entrando nas casas, "aterrando os pequenos, aos quais faziam mil diabruras, obrigando-os a ajoelhar, a pedir-lhes perdão e

bênção, a persignar-se, espancando-os com bexigas de porco cheias de ar, que fazem grande ruído e nada magoam, pediam com teimas chouriços às mulheres, que muitas vezes lhes davam, vinho aos homens e o "juiz" maçãs às raparigas. Apenas retiravam as máscaras quando assistiam à missa e às comédias. Nessas ocasiões, observavam uma certa compostura, o gaitero à frente, seguido do "juiz", com as suas insígnias, e dos restantes companheiros".

"As máscaras de latão, extravagantemente pintalgadas algumas, outras de casca de árvore e poucas de papelão, simulavam figuras grotescas e de bois e bodes muitas vezes."

Além do fato arlequinesco, traziam, como ainda hoje, pendentes a tiracolo chocalhos e campainhas. As "comédias" constavam "da apreciação, irónica, sarcástica e mordente muitas vezes,

dos acontecimentos ridículos ou como tais apreciados, feita em verso por bardo local e recitada de um tablado por um dos festeiros, cercado dos colegas, que aplaudem cada quadra soltando estrídulos hi! gus! gus! por cima da chocalhada ensurdecadora" e perante a assistência.

As mulheres eram excluídas, e mesmo as refeições eram preparadas pelos rapazes.

Em outras povoações a festa consistia já apenas numa refeição comunitária, tendo Santo Estêvão como patrono. E o carácter fundamental desta associação dos rapazes num grupo fechado diluiu-se, dando lugar a novas formas, que serão, por isso, tratadas noutra lugar.

Jorge Dias, na monumental monografia sobre Rio de Onor, descreve também esta festa, que ali se realiza no Dia de Reis com a participação de todos os rapazes solteiros que tenham atingido os 16 anos. Estes quotizam-se

Mogadouro — Chocalheiro



entre si e, conforme o dinheiro, compram um chibo ou uma vitela. O animal é preparado pelas moças na véspera de Reis. No dia da festa, de manhã cedo, "botam a ronda", nas duas aldeias, com gaitero, tambor e cânticos. Enquanto andam de porta em porta, como a madrugada é frigidíssima, bebem aguardente para se esquecerem e soltam "hi, gus, gus" selvagens.

Terminada a ronda dirigem-se para uma casa previamente cedida, onde cozinham o almoço e comem. Em seguida, dois deles fazem o papel de "caretos". Vestem-se de maneira bizarra e põem umas máscaras de folheta, pintadas, com bigodes e sobranceiras de pêlos, que têm há muito para tal festa. Actualmente utilizam fardas de guarda-fiscal, mas outrora tinham roupa própria, como ainda hoje se conhece em Varge e noutras localidades do distrito. Outros dois rapazes vestem-se de raparigas e põem uns panos transparentes na cara para não serem reconhecidos. São chamados as "madamas". Um outro veste-se de mulher a fiar e toma ares de figura burlesca, é a chamada "filandorra". Quando estão prontos, sai o grupo todo para a rua, com os caretos à frente, a amedrontar as crianças e as mulheres, cada um com um espeto da lareira na mão e chocalhos à cinta para fazer barulho. Percorrem as casas todas, uma por uma, e todos os vizinhos são obrigados a dar-lhes um pouco de chouriço (longanhiça) ou "farinhato". Metem-se pela casa dentro e não largam sem receber o seu tributo. Quem não quiser dar carne de porco tem de lhes dar dinheiro, pois de contrário eles levam-lhe o que encontram à mão, mesmo móveis. Tudo o que recebem ou tiram é metido num "surrom" de pastor que um deles leva às costas. Quando termina a batida, regressam a casa, preparam o jantar e comem todos juntos. Com a colheita obtida pagam as despesas que tinham feito, e ainda ficam com muitas sobras para comer nesse dia. Na ocasião do jantar tiram as máscaras e as roupas e comem e bebem à farta.

Depois da refeição chegam as moças e começa o baile, com gaitero e tambor, ao ar livre. À noite há ceia e depois continua o baile. Quando este termina, vão pelas ruas a cantar os Reis."

Relativamente às três localidades de Mós (do concelho de Bragança), Ferreira e Vilarinho de Agrochão (do concelho de Macedo de Cavaleiros), utilizaremos os dados extraídos do livro de D. Sebastião Pessanha.

Em Mós, a festa tem lugar no dia de Reis, começando na véspera à noite pela "festa da sardinha". A pessoa incumbida dessa festa é o "mordomo das almas", e para ela convida todos os chefes de família para uma ceia comum de pão e sardinhas; ao mesmo tempo decorre a ceia dos rapazes, no meio do povoado, à roda de uma fogueira, onde se coze um caldeirão de castanhas mamotas, distribuídas pelos rapazes por um mascarado, que com uma mão distribui as castanhas e com a outra os chicoteia ao de leve. Os mascarados trazem na boca "gatos", para modificarem a voz e não serem reconhecidos. Para os fatos, feitos de lã, geralmente aproveitam colchas de cama um pouco usadas, guarnecidas de franjas de diversas cores. O casaco tem um capuz do qual pende uma trança com uma borla na extremidade. Usam bandoleiras com chocalhos cruzadas no peito e máscaras de lata. Na mão trazem um chicote. É com esta indumentária que eles percorrem a aldeia, saltando e fazendo alarido, sendo o terror das crianças.

Em Vilarinho, a Festa dos Rapazes (também chamada festa dos "papós") decorre desde o dia 26 de Dezembro até ao dia de Ano Novo e constitui o divertimento máximo da mocidade. Envergando os fatos apropriados, em geral alugados em Torre de Dona Chama e conhecidos por "fatos carruços", feitos de velhas colchas de fabrico caseiro, ou de chita de ramagens, guarnecidos em qualquer dos casos com franjas de lã ou douradas, e tendo pregados, no casaco, alguns guizos de latão, os comparsas, ocultando a cara com uma careta de sola, de lata ou de papelão pintado de preto, tornam-se irreconhecíveis, saltam, guincham e exigem, nas casas onde entram, dinheiro, ovos, enchidos e outros géneros, não se retirando sem qualquer donativo. E tudo acaba, como em tantos outros lados, por farto banquete, depois de várias costumeiras adequadas".

Em Ferreira, a festa tem lugar no dia de Santo Estêvão. Nos dois dias que a antecedem, seis ou sete rapazes,

vestidos com os fatos e máscaras apropriados, dão volta à aldeia, pedindo dinheiro e géneros, com os quais mandam cantar missa a Santo Estêvão e fazem um grande jantar em que participa toda a mocidade e pessoas amigas.

BENJAMIM PEREIRA (tipo "Máscaras Portuguesas")

A "FESTA DOS RAPAZES" EM RIO DE ONOR

"A festa dos rapazes realiza-se todos os anos no dia de Reis. Participam todos os moços desde que atinjam os 16 anos e enquanto forem solteiros. É indiscutivelmente um rito de puberdade."

.....
"Em seguida, dois deles fazem o papel de caretos. Vestem-se de maneira bizarra, e põem umas máscaras de folheta, pintadas, com bigodes e sobranceiras de pêlos, que têm há muito para tal festa. Actualmente utilizam fardas de guarda-fiscal, mas outrora tinham roupa própria, como ainda hoje se conhece em Varge e noutras aldeias do distrito. Outros dois rapazes vestem-se de rapariga e põem uns panos transparentes na cara para não serem reconhecidos. São as madamas. Um outro veste-se de mulher a fiar, e toma ares de figura burlesca, é a chamada filandorra."

.....
"São bem nítidos os traços característicos de antigas sociedades secretas masculinas, onde os moços tinham de prestar certas provas de iniciação e depois praticavam mascaradas e danças com o fim de amedrontar as mulheres. A etnologia fornece muitos exemplos deste género de sociedades masculinas, com ritos de iniciação que se assemelham bastante à festa dos rapazes."

.....
"O facto de um deles, a filandorra, representar um elemento burlesco, parece ser uma inovação rionoresa. Só uma análise mais pormenorizada da bibliografia, e, possivelmente, futuros trabalhos de campo, pelas regiões próximas, poderão fornecer a explicação do caso.

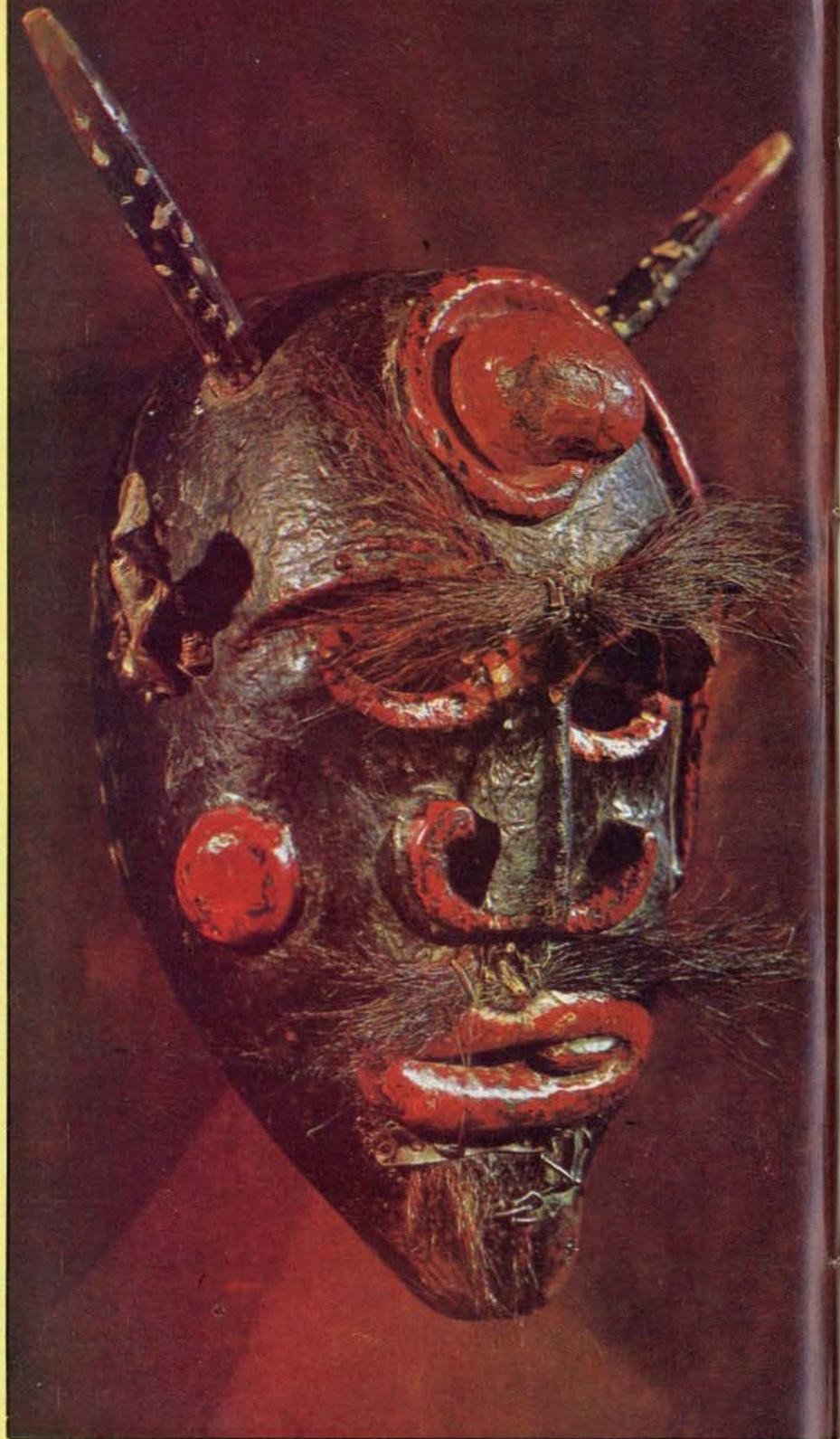
*JORGE DIAS
(in "Rio de Onor")*

O ESTUDO DAS MÁSCARAS PORTUGUESAS

Não é possível falar das máscaras portuguesas sem invocar a figura de D. Sebastião Pessanha. Foi ele o primeiro etnógrafo que levou a cabo uma recolha sistemática desse elemento cultural de tão grande interesse e importância e que dele fez o estudo metódico. Depois disso, qualquer trabalho sobre o tema não poderá deixar de ser feito a partir de tal estudo e dos materiais então recolhidos.

A extraordinária acção de D. Sebastião Pessanha neste sentido não se limitou, aliás, ao caso das máscaras. Consciente da mudança que iria acarretar, inevitavelmente, a perda de tantas e tão expressivas formas da nossa cultura original e sentindo que o problema não podia ser resolvido a nível individual, lança, através de vários artigos que publica, um apelo para a criação de museus regionais e monográficos, designadamente do vinho, do traje, etc. Ao mesmo tempo — e numa altura em que os museus portugueses de etnografia não haviam ainda superado a fase das colecções erráticas —, com o sentido exacto do que seja a abordagem científica dos aspectos materiais da cultura e da função que compete aos museus nesse domínio, realiza, pelos seus próprios meios, numerosas outras recolhas sistemáticas, que lhe servem igualmente de base a estudos monográficos. A sua morte prematura, porém, acarretou a dispersão de grande parte das suas colecções por alguns museus nacionais e estrangeiros, e particulares amadores.

O conjunto de máscaras portuguesas do Museu de Etnologia do Ultramar — de que este trabalho constitui o catálogo — compõe-se neste momento de 66 exemplares; desse total 43 pertenciam à colecção de D. Sebastião Pessanha.

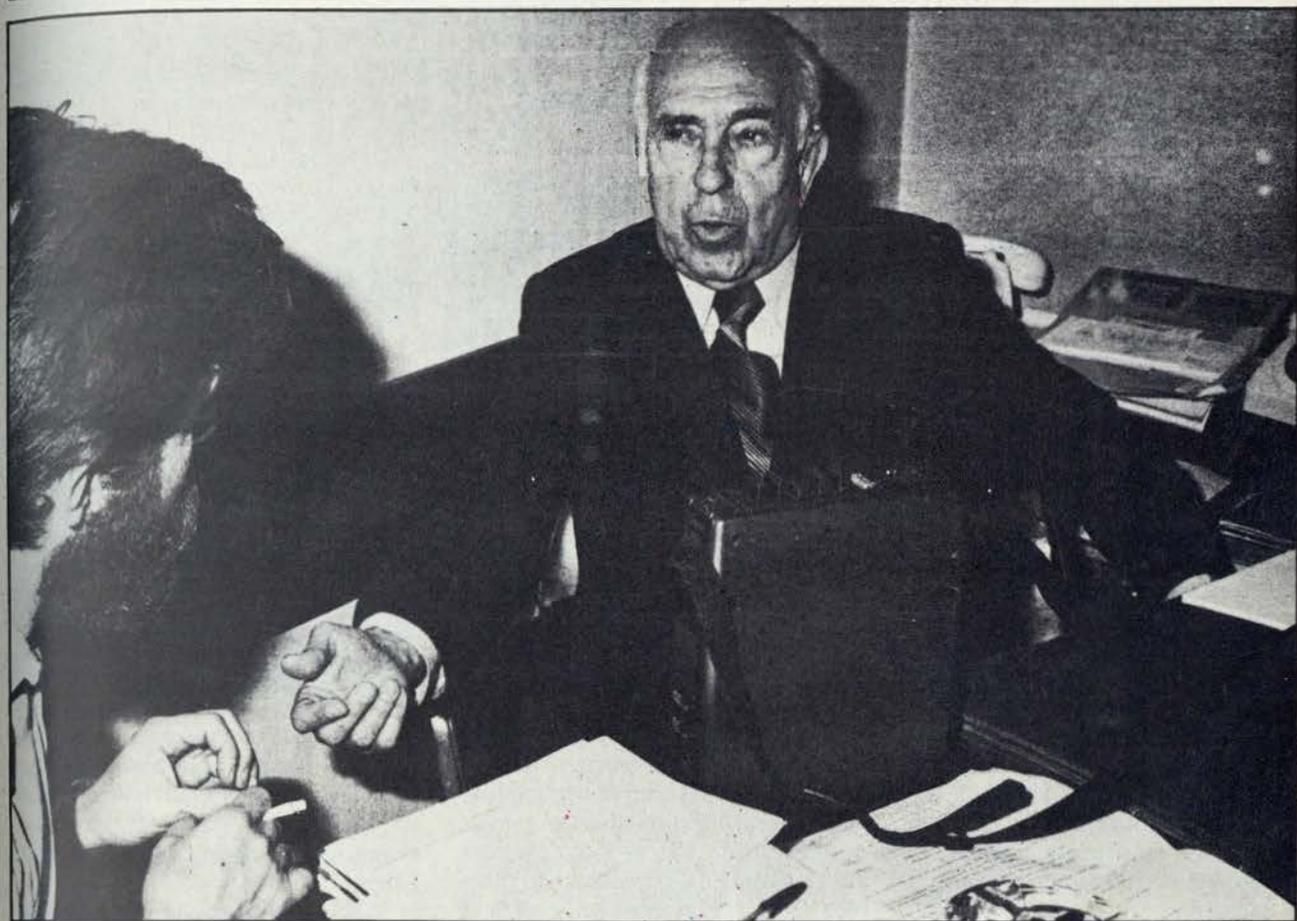


Bemposta — Máscara de Madeira pintada usada pelo "chocalheiro"

É graças à sua dedicação que nos é agora dado dispor de um núcleo completo e extremamente representativo de um dos aspectos menos conhecidos do nosso património tradicional. E não

queremos deixar de consignar aqui o testemunho da nossa gratidão, da nossa admiração e da nossa saudade.

BENJAMIM PEREIRA (in "Máscaras Portuguesas")



Presidente do PS: Angola, eleições e partido

PAGARÃO OS MERCENÁRIOS PELA FNLA?

António Macedo, que foi mandatário, no Porto, das candidaturas dos generais Humberto Delgado, Nórton de Matos e Ramalho Eanes, é o "chamado presidente" do Partido Socialista — como ele diz. Figura de primeiro plano no PS nortenho, esteve em Angola, pela segunda vez, há quinze dias.

"Vida Mundial" falou com António Macedo na véspera das eleições. E falou-se da candidatura de Eanes, de Pinheiro de Azevedo, de Angola. E também do Governo a que se tem chamado definitivo.

V.M. — Em Lisboa o mandatário de Eanes é Raul Rego, no Porto é o senhor. Quer isso dizer que a maioria dos mandatários pertencem ao PS?

A.M. — Admito que sim! Por consenso entre os partidos que apoiam o general Ramalho Eanes foi feito um sorteio, tendo em conta o partido que

era maioritário em cada distrito. Aqui, no Porto, a maioria era PS, de modo que o PS ocupava o cargo de mandatário. Designaram-me a mim. Foi agradável que assim tivesse sucedido porque isto é continuar uma tradição: eu fui mandatário no Porto dos generais Nórton de Matos e Humberto Delgado.

**DELGADO FOI SUGERIDO
POR SÉRGIO**

V.M. — Como "surgiu" o general Delgado candidato à PR?

A.M. — Foi António Sérgio que, tendo contactos pessoais com Humberto Delgado, apareceu um dia numa reunião de opositores e, quando se pôs o problema da candidatura a PR (tendo eu adiantado os nomes de Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão), o António Sérgio surgiu com uma notícia: um general do regime estava disposto a aceitar.

EANES VAI CONSTRUIR O SOCIALISMO?

V.M. — O facto é que os grandes partidos que apoiam Eanes têm um denominador comum que é o de se considerarem democráticos. Dos três, somente um é socialista, dado que o CDS é cristão-democrata e o PPD social-democrata. Isto dá a ideia de que a candidatura é sobretudo apoiada por democratas pluralistas, visto que o factor comum aos apoiantes é a democracia pluralista.

A.M. — Pode haver um sentido diverso entre as forças que apoiam Ramalho Eanes. Eu só tenho que responder, não como mandatário do general mas como presidente do Partido Socialista, e dizer-lhe a linha fixada pelo PS quanto ao apoio ao general Eanes. O Partido Socialista dá-lhe o seu apoio na certeza de que Ramalho Eanes, ao cumprir a Constituição, tudo fará para que se atinja o socialismo — pelo menos um estado socializante. Mas a razão por que os outros partidos o apoiam não a sei. Há entendimentos que se nos escapam.

V.M. — O Partido Socialista apoia, portanto, o general Eanes porque considera que ele vai conduzir o País para o socialismo em democracia?

A.M. — Para o socialismo em democracia, com liberdade em segurança.

V.M. — Porque é que o PS não apoiou Pinheiro de Azevedo como muitos esperavam e preferiu escolher o candidato mais desconhecido do povo?

A.M. — O PS optou primeiro por um candidato militar. Dentro dos militares era preciso descobrir um que reunisse o consenso dentro das Forças Armadas. O Ramalho Eanes era uma figura que exprimia o pensamento au-

têntico do 25 de Abril. A prova deu-a em 25 de Novembro quando manteve toda a pureza da Revolução.

PORQUE É QUE O PS NÃO APOIOU PINHEIRO DE AZEVEDO?

V.M. — Qual foi a razão que os impediu de apoiarem Pinheiro de Azevedo?

A.M. — Não foi uma razão que impediu, foi uma razão que prevaleceu, em relação ao general Ramalho Eanes. Os homens têm qualificações para certas funções e têm o seu tempo. Ora, o tempo de Pinheiro de Azevedo foi o de Primeiro-Ministro do VI Governo. Esse tempo passou.

V.M. — Mas passou talvez, precisamente porque o PS não o propôs para a Presidência. Senão, o tempo dele ainda não teria passado.

A.M. — Claro. É de crer que sim. Mas porquê? Há um conjunto de qualidades que podem impor determinada pessoa para Primeiro-Ministro e essas qualidades não são as indicadas para um Presidente da República. São situações diversas. Por outro lado, como já disse, era preciso escolher um candidato que merecesse o apoio, o consenso das Forças Armadas.

V.M. — Foi esse consenso, dentro das Forças Armadas, que fez pender a balança para o lado de Eanes?

A.M. Não foi só isso. Já referi que não foi só isso. Desde que se resolveu que o candidato seria um militar era preciso que, esse militar, reunisse um conjunto de condições, e uma delas era que reunisse o consenso generalizado dos militares; outra, o conhecimento que tínhamos de Eanes e das suas posições, da garantia que ele nos dava ao dizer que respeitava a Constituição inteiramente. Ele foi o primeiro a afirmá-lo, em termos muito categóricos. Isso deu, na verdade, confiança ao PS e o desenvolvimento da campanha mostrou que o PS não se enganou.

BASTA PERGUNTAR AOS MILITARES

V.M. — Como foi descoberto esse consenso dentro das Forças Armadas?

Como é que se descobriu que a maioria dos militares apoiava Eanes?

A.M. — É fácil! Basta perguntar aos militares se, na verdade, não apoiam Eanes.

V.M. — Bem...

A.M. — Mas eu gostaria de acrescentar alguma coisa ao que disse há pouco. É que a opção feita em relação ao general Eanes resultou de uma reunião do Conselho Nacional do Partido que congrega 150 representantes das várias federações do continente e ainda outras secções. Foi, praticamente, por unanimidade. Hoje pode dizer-se que houve três abstenções. Todos aceitaram a indicação de Ramalho Eanes. A Comissão Directiva deu o seu aplauso, a Comissão Nacional também e o secretariado geral ficou com a incumbência de escolher o candidato dentro daqueles princípios que foram decididos na Comissão Nacional. Quer dizer, portanto, que houve auscultação das bases do Partido, que houve na verdade largo debate e que houve aceitação das bases em relação às razões que determinaram a escolha de Ramalho Eanes.

V.M. — Militantes do PS que apoiaram Pinheiro de Azevedo disseram-nos que lhes parecia que Mário Soares iria proceder a inquérito às secções que apoiaram o almirante e que eles já tinham requerido um congresso extraordinário do Partido. Que é que nos pode dizer sobre isto?

A.M. — Isso é para mim uma novidade. Nunca ouvi falar desse tal congresso, nem desse inquérito a que se refere. O que lhe posso dizer é que, no Partido, existe uma comissão de conflitos onde podem ser participados esses factos.

A INTERNACIONAL SOCIALISTA NÃO ESTÁ DIVIDIDA?

V.M. — Será que se está a desenhar uma divisão na Internacional Socialista entre os partidos sociais-democratas do Norte e os socialistas do Sul que admitem o PC nos governos?

A.M. — Acho que não. Quanto a mim não vai passar-se nada disso. O que vai acontecer é simplesmente isto:



António Macedo foi mandatário de Eanes no Porto e é "apenas" o presidente do Partido Socialista

há países onde o Partido Comunista está disposto a jogar as regras democráticas.

V.M. — O facto é este: quem convidou, em Portugal, o PCP a fazer parte do Governo foi o próprio PS. Não é?

A.M. — Admito que sim. O PS fez sempre empenho, na verdade, em dar a mão ao PCP para que este pudesse colocar-se em posição de igualdade ao lado dos outros partidos. Recordo-me ainda de que, quando Mário Soares chegou a Portugal, fez questão de levar para junto dele, no balcão da Estação de Santa Apolónia, o Dias Lourenço.

V.M. — Essa atitude pode ser comparada à posição do PS italiano neste momento...

A.M. — Não! Trata-se de uma coisa de outra natureza. O Partido Socialista já tinha conversações com o Partido Comunista, antes do 25 de Abril. Numa dessas conversações até tomei parte, quando estávamos no caminho de uma aproximação que se destinava a formarmos um "Programa Comum". Queríamos fazer exactamente como se fez em França. Mas o PCP nunca se dispôs a um "Programa Comum". Nunca. De modo que não era possível.

Quando o PS começou a ver que as suas ilusões (digamos assim) não tinham qualquer fundamento na actividade do PCP, o PS sentiu-se obrigado a pôr uma série de reservas. O PCP fez-nos ostensivamente a guerra! Chegou a apontar-nos como partido fascista! Fiz-nos barricadas!

O PRÓXIMO GOVERNO

V.M. — O PCP vai fazer parte do próximo governo?

A.M. — Não! É evidente que não! Quando digo "é evidente", quero dizer que o PS vai cumprir o que prometeu durante a campanha eleitoral. Não fará alianças, nem à direita nem à esquerda. Vai fazer um governo, só.

V.M. — Portanto os ministros pertencerão todos ao Partido Socialista...

A.M. — Só haverá ministros pertencentes ao PS, admitindo que possa haver alguns marcadamente independentes de esquerda. Mas isso é um campo que está reservado apenas ao indigitado Primeiro-Ministro, o camarada Mário Soares. Neste momento, se lhe fizer essa pergunta, talvez nem ele possa responder-lhe.

V.M. — Poderemos prever, por-

tanto, que o Partido Socialista vai manter no Governo o major Melo Antunes...

A.M. — Não sei porque é que poderemos prever isso. Acho que é uma conclusão apressada...

V.M. — Trata-se de uma individualidade que tem sido apontada como independente de esquerda...

A.M. — Mas o facto é que muitos — e não só o major Melo Antunes — têm sido apontados como independentes de esquerda e o PS, lá por isso, não os vai colocar a todos no Governo porque nesse caso o Ministério era mais de independentes de esquerda do que de socialistas.

De resto, o Melo Antunes já tem uma ocupação que lhe foi atribuída pelo CR: ele será o presidente da Comissão Constitucional. E acho que é honroso para Melo Antunes ser presidente da Comissão Constitucional.

V.M. — Pensa que alguns elementos ligados ao MSD ou ao GIS farão parte do Governo?

AMIGO FILIAL DE SOARES

A.M. — Não posso responder-lhe a isso porque não estou dentro do pensamento de Mário Soares. Liga-me a ele uma grande amizade, uma amizade filial e ele tem por mim uma amizade — sinto-o — paternal. Liga-nos uma estreita camaradagem, de há muito tempo. Falei com Mário Soares há pouco, mas não procurei influenciá-lo a respeito do novo governo. Ele, se quiser, poderá ouvir-me. Se entender que posso dar algum contributo útil.

V.M. — Mário Soares vai ser o Primeiro-Ministro mas o senhor é que é o presidente do PS...

A.M. — Não sou nada. Sou apenas o chamado presidente do Partido. Mais nada. Sou apenas o chamado presidente. Estou a desempenhar aquelas tarefas em que o meu secretário-geral entende que eu posso ser útil ao Partido. Sempre na primeira fila, claro, e com a melhor boa vontade.

FOI A ANGOLA ÀS ESCONDIDAS

V.M. — Foi há tempos a Angola...

A.M. — Isso foi pretexto para inter-43

Entrevista

pretações de boa vontade e também para calúnias. Claro que eu nem lhes respondi.

Em Angola, o que mais estranharam foi o comportamento da Imprensa portuguesa. Mas voltei a Angola há pouco. Como da primeira vez me senti escaldado, desta vez tomei as minhas precauções e quase ninguém o soube. Estive lá cinco dias, durante o julgamento dos mercenários. Falei com o presidente a quem me ligam grandes laços de amizade e estou convencido de que nos próximos meses vão ver-se os frutos da minha viagem.

V.M. — Pode concretizar um pouco mais?

A.M. — Isso não pode ser... por ora.

OS MERCENÁRIOS PAGAM PELA FNLA?

V.M. — Que pensa do julgamento dos mercenários?

A.M. — O que esteve em causa foi o julgamento de Holden Roberto e da FNLA. E dos países que facilitaram o mercenarismo. Isso é que esteve, sobretudo, em causa.

V.M. — Disse que a visita tinha resultado...

A.M. — Para haver, um estreitamento de relações tem de haver primeiro, relações diplomáticas. Ora, eles têm uma sensibilidade muito apurada, em Angola, em relação a Imprensa portuguesa onde se sentem muito atacados. Angola é hoje um país livre, independente, em que não podemos, na verdade, interferir nos negócios internos.

V.M. — Falou na Imprensa e na sensibilidade do Governo de Neto às críticas de Imprensa portuguesa. Que solução vê para esse problema? Condição os jornais?

A.M. — Não! Isso não pode ser feito! Mas é necessário termos em conta que ao escrevermos podemos estar a ferir e a causar traumatismos nas relações com outros países.

António Macedo foi mandatário já por diversas vezes. O que lhe acontece pela primeira vez é ser mandatário do vencedor. Como tal, o presidente do PS deverá estar em Lisboa a assistir à tomada de posse, daqui a dias.

● FRANCISCO DE SEQUEIROS

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance

ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS



CURSOS DE ARTES MARCIAIS
KUNG-DO-TE

ANO 1 — N.º 2 — JUNHO DE 1976 — 60500 — INTERNACIONAL KUNG-FU



REVISTA MENSAL DE ARTES MARCIAIS À VENDA EM TODO O PAÍS

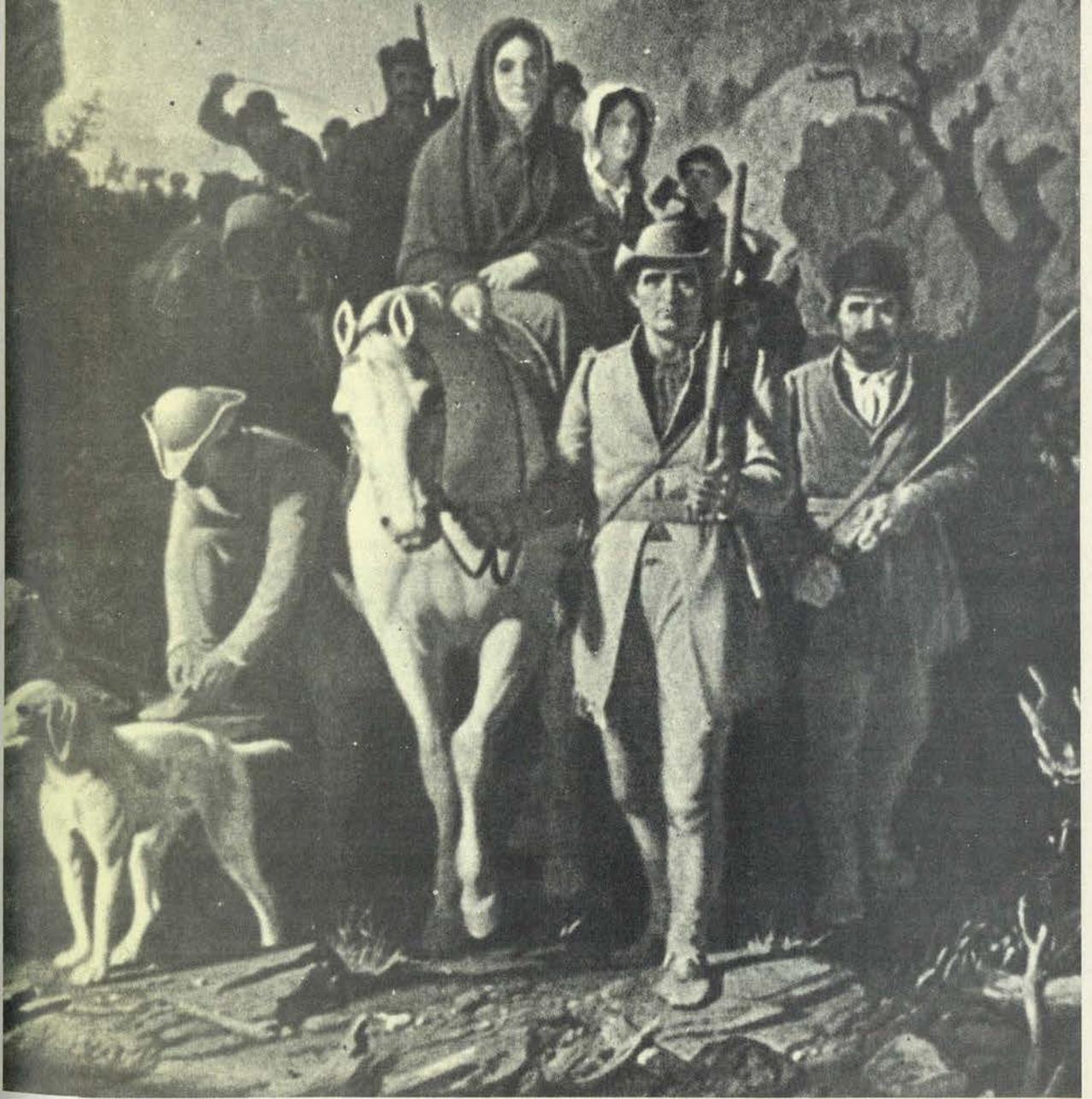


distribuidora **O SECULO**

AVISO AOS LEITORES E AOS AGENTES:

Por força da LEI, a revista KUNG-FU passa
a denominar-se KUNG-DO-TE

AMÉRICA 200 AÑOS



AMÉRICA-200 ANOS



Pensar América é somar adjetivos, mais do que aglutinar dados. O paroxismo de uma nação gigantesca faz-se de grandes manchas emocionais, onde o contraditório surge como elemento fundamental. Pensar América é sintetizar antípodas e concluir por uma realidade que os transcende.

Em 4 de Julho se convencionou celebrar os 200 anos de independência americana. Quatro de Julho de 1976. Aqui e agora, o bicentenário observa-se, pensa-se e analisa-se de determinada maneira. Cinco anos atrás ou cinco anos adiante, a mesma efeméride teria conotações diferentes. A objectividade não existe, os factos vagueiam pelo circunstancialismo que lhes dá moldura.

A América personalista, individualista, afogada numa egocêntrica mania de grandeza, não tem uma essência absoluta. É sempre em relação com, que a sua alma colectiva e a sua trajectória histórica se sentem e criticam. Internamente também. Externamente, por maioria de razões. O *God bless America* já foi empolgante, já foi deprimente. Há de voltar a ser as duas coisas.

“Nação de nações”, como os americanos gostam de chamar ao seu país, os Estados Unidos do Plano Marshall não são os Estados Unidos dos primeiros embarques para o Vietname. Fosse o bicentenário celebrado com a Europa em ruínas, e em nada seria seme-

lhante ao bicentenário comemorado após o Abril português, após o avanço comunista italiano, após a morte do franquismo. E isto apesar dos luso-americanos, dos ítalo-americanos e dos hispano-americanos que integram aquele povo.

Daqui a frieza, a circunspecção, o quase pudor com que um europeu encara este aniversário, na esteira da deflagração de Hiroxima, dos bombardeamentos de Hanói, dos escândalos poluidores sintetizados no Watergate, da corrupção multinacional, denunciada no caso “Lockheed”. Depois, há a recessão, há a indefinição de valores, há a crise do sistema de que os Estados Unidos são os mentores.

Uma certa ideia de patriotismo, uma conhecida forma de embriaguês de raciocínio, ficam, hoje por hoje, arredadas da viabilidade. América é Washington para quem de fora a encara. E Washington, por muito que isso custe ao rigor da análise, é um certo senhor Ford, um incerto senhor Kissinger.

... Mas a realidade americana, essa,

transcende imagens de momento. É uma espécie de entidade metafísica. Talvez precisamente aquilo que um apaixonado ianque, muito bêbado e muito orgulhoso dos “seus” 200 anos, descrevia a um jornalista europeu, em plena Broadway, há dias: **O que é a América? Merda, eu sei lá. A América é o maior passaporte do mundo.**

UMA REVOLUÇÃO

22 de Março — Lei do Selo — Foi o primeiro imposto criado nas colónias, que se applicava a todas as publicações e documentos legais. A opposição a esta medida levou à fundação da organização secreta “Os Filhos da Liberdade”, e acabou por fazer com que se estatuisse que somente os órgãos legais coloniais pudessem instituir impostos.

24 de Março — Lei do Quarto — Dispunha que as colónias deveriam

IN CONGRESS, JULY 4, 1776. A DECLARATION BY THE REPRESENTATIVES OF THE UNITED STATES OF AMERICA, IN GENERAL CONGRESS ASSEMBLED.

WHEN in the Course of human Events, it becomes necessary for one People to dissolve the Political Bands which have connected them with another, and to assume among the Powers of the Earth, the separate and equal Station to which the Laws of Nature and of Nature's God entitle them, a decent Respect to the Opinions of Mankind requires that they should declare the causes which impel them to the Separation.

We hold these Truths to be self-evident, that all Men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the Pursuit of Happiness — That to secure these Rights, Governments are

“Quando, no decurso da História da Humanidade, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e de Deus, o respeito devido a Humanidade exige que se declarem as causas que o levam a essa separação”

(Primeiro parágrafo da Declaração de Independência. A gravura reproduz parcialmente a primeira chapa impressa desse texto,

providenciar acampamentos e suprimentos para as tropas britânicas estacionadas na América. Era parte de uma série de leis parlamentares que receberam oposição integral e fervorosa.

29 de Maio — Resoluções de Virgínia — Dava à Virgínia o direito de dirigir localmente os seus assuntos e lançar impostos sobre os seus cidadãos, preterindo todas as normas anteriores de taxaço.

26 de Agosto — Caso dos “Filhos da Liberdade” — A organizaço “Os Filhos da Liberdade”, criada como oposiço à Lei do Selo, queimou documentos e saqueou os escritórios e residências de oficiais ingleses, em Boston.

1768

11 de Fevereiro — Circular de Massachusetts — A Casa dos Representantes de Massachusetts, liderada por Samuel Adams, denunciou as disposiçoes inglesas que obrigavam ao pagamento de direitos na importaço, o que colidia com as regras estabelecidas de não taxaço sem representaço.

10 de Junho — Apresamento do “Liberdade” — Os ingleses tentaram apressar o navio “Liberdade” por não pagamento de taxas, em Boston. Os habitantes forçaram os ingleses a desistir das medidas propostas.

1 de Outubro — Tropas inglesas chegam a Boston — Dois regimentos de infantaria ingleses aportam a Boston para conter os levantamentos causados pela questào dos impostos. Apesar da reacço dos “Filhos da Liberdade”, não se registaram incidentes.

1770

5 de Março — Massacre de Boston — Cinco pessoas morreram num violento confronto entre os cidadãos revoltados de Boston e as tropas inglesas. O incidente serviu às razões dos bostonianos, para a retirada dos ingleses.

1772

2 de Novembro — Comités de Correspondência — Samuel Adams organizou comités de correspondência, a partir de Boston, para com outras colónias, coligindo razões contra a presença inglesa. O exemplo foi seguido amplamente e depressa pelas outras re-

giões, montando-se uma rede efectiva e actuante.

1773

16 de Dezembro — Despejo do Chá em Boston — De protesto à Lei do Chá, que permitia aos ingleses desenvolverem o seu monopólio, um grupo de bostonianos, disfarçados de índios, assaltaram navios e lançaram ao mar 300 molhos de chá. No ano seguinte, os ingleses aplicariam as suas Leis Coercivas, a resposta do Parlamento britânico.

1774

30 de Janeiro — Os Ingleses re-preendem Franklin — O representante de Massachusetts em Londres, Benjamin Franklin, foi “repreendido” asperamente pelos ingleses, por enviar cartas que provocavam reacçoes desfavoráveis em alguns oficiais britânicos na América.

20 de Maio — Leis Coercivas — Em resposta ao despejo do chá, os ingleses provocaram o encerramento do porto de Boston e reforçaram os poderes do governador real para transferência de oficiais britânicos na cidade.

2 de Junho — Alargamento da Lei do Quarto — Uma nova disposiço obrigava não só à cedência de tavernas e casas abandonadas para abrigo dos soldados britânicos, mas também de casas particulares.

5 de Setembro — Primeiro Congresso Continental — Delegados de doze das treze colónicas reuniram-se em Filadélfia e aprovaram medidas de reacço às Leis Coercivas, colecta interna de impostos pelo próprio Massachusetts, armamento e organizaço em milícias dos cidadãos e lançamento de sançoes económicas contra a Grã-Bretanha.

18 de Outubro — Associação Continental — Delegados ao Primeiro Congresso Continental promoveram o embargo às importaçoes e exportaçoes de e para a Inglaterra, em retaliaço pelas Leis Coercivas. Em 1775 a operaço de boicote estava operando em doze das treze colónias.

1775

23 de Março — Discurso de Patrick Henry — Seria proferida uma das mais famosas frases da história da América,

oficialmente: “... Dêem-lhe a liberdade ou dêem-me a morte!”

18-19 de Abril — Batalha de Concord e Lexington — Avisadas por Paul Revers e outros correligionários de Boston, as milícias coloniais uniram-se para enfrentarem as tropas britânicas que marchavam para os arredores de Concord para destruir esconderijos de armas. Depois de uma ligeira escaramuça em Lexington, os ingleses atingiram Concord, mas foram duramente atacados pelos rebeldes, no regresso a Boston. Foram as primeiras batalhas significativas da Revoluço.

10 de Maio — Segundo Congresso Continental — Delegados reunidos em Filadélfia resolveram declarar as colónias em estado de defesa e pediram o apoio do Canadá em oposiço ao domínio britânico.

15 de Junho — George Washington nomeado comandante-chefe — Com parecer unânime do Segundo Congresso, Washington aceitou organizar um exército com tropas que cercavam os ingleses em Boston.

17 de Junho — Batalha de Bunker Hill — As tropas britânicas efectuaram vários assaltos contra os rebeldes, em Breeds e Bunker Hill, visando Boston, até finalmente atingirem as posiçoes americanas.

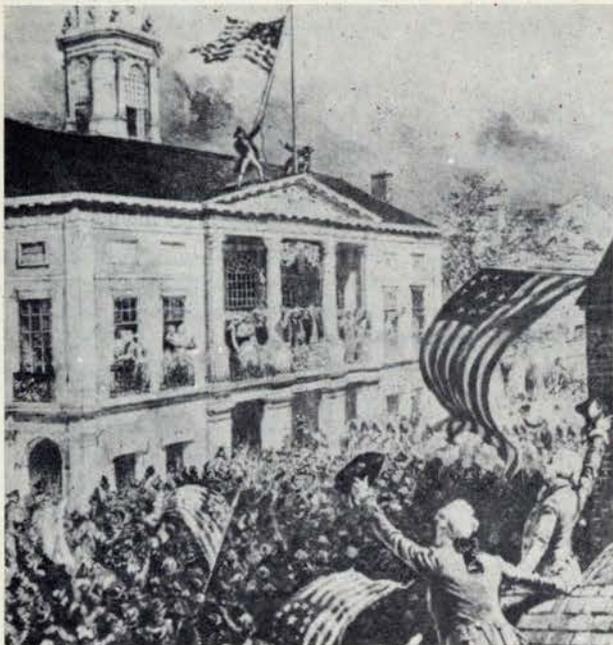
12 de Setembro — Congresso das Treze Colónias — Com a presença da Geórgia, reuniram-se finalmente as treze colónias. A questào entre os ingleses e americanos alargou-se quando o rei George III declarou as colónias em rebelião, aberta e fechou todos os seus portos ao comércio.

29 de Novembro — O Congresso autoriza contactos exteriores — Com pesada luta à vista, o Congresso autorizou um grupo a contactar Governos europeus, numa sondagem à opinião quanto à independência da América. Recebeu-se prontamente o apoio da França, e promessa de ajuda material.

1776

15 de Janeiro — Publicaçào do “Senso Comum” — Um panfleto simples mas eloquente, de Thomas Paine, analisando o caso americano, conseguiu atrair milhares de pessoas para a Revoluço.

4 de Julho — Declaraço da Independência — Esquematzada por Thomas Jefferson e aprovada pelo Con-



Uma multidão eufórica e o troar de salvas de artilharia assinalaram, em 30 de Abril de 1789, o juramento de Washington como primeiro presidente

A febre do ouro



George Washington primeiro presidente dos Estados Unidos



A guerra civil: tropas da União atacam as linhas confederadas em Vicksburg. Estava-se em 1863



Abraham Lincoln, presidente republicano em 1861, assassinado no seu gabinete



O grande avanço para o Oeste



O caminho-de-ferro chega ao Pacífico (1869)



Partida de um contingente para França, em 1918



Eisenhower, 1944: a segunda guerra mundial



Nova Iorque na "quinta-feira negra" de Outubro de 1929



Roosevelt mantinha periódicas "conversas a lareira" com a nação americana



Kissinger e Chu En Lai em Pequim

na República Dominicana (1965)...



Kennedy e Khrushchev em 1961

A intervenção na Coreia (1951)...



... e no Vietname

gresso, a Declaração especificou as queixas das colônias contra a Coroa Britânica e definiu como "inalienáveis" os direitos à "vida, liberdade e busca da felicidade".

1777

15 de Novembro — Artigos da Confederação — Depois de debate intermitente, ao longo de um ano, o Congresso aprovou finalmente uma confederação de Estados que deu à América o seu primeiro governo central formalizado.

1783

20 de Janeiro — Tornam-se efectivos os Artigos da Paz — O Tratado de Paz de Paris que pôs fim à revolução e reconheceu a independência da América tornou-se efectivo, com uma disposição paralela que terminou com as hostilidades entre a Inglaterra e a França.

1787

25 de Maio — Abertura da Convenção Constitucional — Face à necessidade de estabelecer um governo central forte para substituir os insuficientes Artigos da Confederação, estabeleceu-se, numa reunião em Filadélfia, a Constituição. As instituições federais básicas existem, nos mesmos moldes, desde então.

17 de Setembro — Convenção de Aprovação da Constituição — Reunidos em Filadélfia, os delegados estabeleceram um governo central forte a partir das propostas da Constituição. Foi-lhe dada aprovação final por larga maioria.

1788

2 de Julho — Ratificação da Constituição — Acordada por nove Estados, a Constituição foi ratificada e o Congresso anunciou formalmente que ela era, a partir daí, a lei do país.



UMA NAÇÃO COM RAÍZES DE TODO O MUNDO

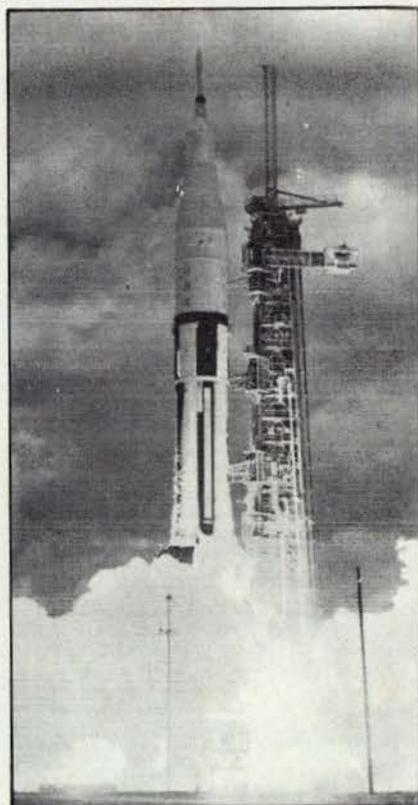
Uma nova onda de imigração, no último quarto deste século, vai devolver aos Estados Unidos um pouco do seu papel de nação de emigrantes. Daniel P. Moynihan, recentemente embaixador na ONU e de regresso à Universidade de Harvard, prevê que essa circunstância fará dos Estados Unidos "uma nação quase única no seu género, incomparavelmente a maior e, pela primeira vez na nossa ou noutra história, um povo com raízes de todo o mundo".

Onze por cento era a percentagem atingida pelos emigrantes na população americana, na década de 50. Depois de 60 subiu a 16 por cento e, no início de Julho, marco para o ano fiscal de 1970, atingia já os 22 por cento. Com a diminuta taxa de aumento populacional os demógrafos sugerem que virá um dia em que o nível de crescimento próprio baixará ao zero por cento. A partir daí, os americanos serão uma nação de emigrantes. Pelo menos dentro de 25 anos, a emigração será de 25 por cento do total de cidadãos "a mais" a entrarem na vida do país, lado a lado com os recém-nascidos.

A Lei da Emigração de 1965 veio corrigir uma quota de preferência tradicional para os vistos a destinar aos

estrangeiros do Norte europeu. A partir daí, as autorizações de entrada resumiam-se a 20 mil por país, com um tecto máximo de 170 mil para o hemisfério ocidental e um outro escalão de 120 mil para os países independentes do hemisfério oriental. Nessa altura rebentou uma corrente única com origem na Ásia, América do Sul e Caraíbas. Há dois anos, a ordem dos principais centros de irradiação de novos americanos era, respectivamente: o México (71,586), Filipinas (32,857), Coreia (28,028), Cuba (18,929) e China e Taiwan, 18,056. Dez anos antes, dos mesmos países nem metade destes números eram atingidos na troca de fronteiras.

Moynihan disse, a propósito, que,



no fim do século, os EUA contariam com um I milhão de indianos. Nessa altura, afirma, os Estados Unidos serão uma nação multiétnica a um ponto que nunca imaginámos, o que implicará que não haverá luta pela liberdade (ou independência nacional ou sobrevivência nacional) que estale em qualquer parte, na Europa, Ásia, África ou América Latina, que não afecte a política interna da América.

Os historiadores insistem no medo dos fundadores quando receavam a necessidade vital de um elo que ligasse os tão diversificados membros da nação. No século XVIII não havia religião, nacionalidade, língua, tradição ou herança legal que fossem comuns — tão-somente uma residência comum e um

interesse mútuo no novo país. A Constituição utilizou a cidadania como colagem política: quem quisesse ser americano era-o desde que aceitasse os princípios da Declaração da Independência e a Constituição. E os mais variados países se fundiram neste molde.

O teólogo-sociologista Andrew M. Greeley disse que James Madison e os seus contemporâneos estavam conscientes de que diversos interesses de grupo existiam na nova sociedade e que a tirania da maioria poderia ser tão igualmente má como a da minoria. Portanto, aponta Greeley, **construíram deliberadamente uma sociedade que se podia governar a si própria por um esforço de coligação. Foi a visão madisoniana de governo, com uma coligação de grupos, que tornou possível aos últimos emigrantes pisar estas terras, unirem-se por grupos étnicos (que são novas e dinâmicas criações do desenvolvimento americano, não recuos a uma cultura do Velho Mundo) e assim**

ganhar um lugar para si na política, economia e sociedade da sua nova nação.

Um ponto parece resumir o consenso quanto a esta tão extrema diversidade: a América deve-se à sua diversidade étnica. Das tensões e da mistura resultam o dinamismo e criatividade necessários à moldagem da força de um novo continente transformado numa nova nação.

Normalmente menos apontado, mas fundamental, é o número de refugiados políticos. Entre 1960-70, somavam-se 393 mil exilados no país, número que não entra nas estatísticas normalmente consideradas para a emigração. A versão americana da sua integração é do mesmo tom geral adoptado para a tão propagandeada inserção fácil dos estrangeiros na sociedade ianque: antes de darem por isso, estarão integrados no "negócio da vida, na construção da vida, tornando-se americanos. Como os seus compatriotas lhes



A MAIOR PARADA NAVAL DA HISTÓRIA

A maior parada naval da História reuniu-se no porto de Nova Iorque durante três dias, com representações de 40 países. Observadores de outras 10 nações estiveram também presentes nesse festival no mar.

Mais de 50 navios fizeram a saudação ao dia 4 de Julho, ancorados no rio Hudson. Durante 2 dias, formaram uma coluna de 20 milhas de comprimento, com ponto de encontro e 200 milhas da costa. Foram depois capitaneados pelo cruzador "USS Wainwright", até "descobrirem" a América. Foi a bordo do "Wainwright" que o oficial americano mais velho presente recebeu as homenagens — as salvas de tiros tradicionais — dos 20 mil marinheiros de todo o mundo, ali presentes.

A primeira grande parada naval realizou-se em Abril de 1893, celebrando os 400 anos da data da chegada de Colombo à América. Estiveram representados, então, 9 países.

Portugal fez-se representar na Parada pelo navio-escola "Sagres". Pormenor: foi o navio português o escolhido para abrir uma espectacular separata a cores que a revista internacional "Time" dedicou ao acontecimento.

poderão confirmar, os grandes problemas do país de origem parecer-lhes-ão terrivelmente distantes. Partilharão dos princípios comuns aos emigrantes: orgulho pela sua origem nacional combinado com uma urgente necessidade de "pertencer" à sociedade adoptada.

E nesse balanço se adaptarão. Os 200 anos da América significam, sob esta perspectiva básica, o mais fecundo dos cadinhos de povos e raças.

BERLIM 1953

A FÚRIA



Fez 23 anos no mês passado que o povo da zona oriental da Alemanha veio para a rua protestar contra a tirania que, "democraticamente", os oprimia. Esquecidos os pormenores ficou, no entanto, a lembrança daquele vigoroso grito de revolta.

Hoje, pouca gente se lembra já das Conferências de Ialta e Potsdam, em 1945, onde os aliados determinaram e definiram as bases para o tratamento a ser dispensado à Alemanha, depois de terminada a guerra. Tinha sido adoptada a decisão de destruir o militarismo e o fascismo alemão e assegurar à Alemanha um desenvolvimento democrático.

Com tal objectivo foi aquele país ocupado pelos exércitos das quatro potências: União Soviética, Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra e França. Cada um destes exércitos ocupou uma zona previamente demarcada, cabendo aos soviéticos a zona oriental.

Os aliados deviam elaborar um tratado de paz com a Alemanha, assegurar a criação de um governo democrático, capaz de assinar esse tratado, e, após a assinatura deste, evacuar da Alemanha os respectivos exércitos.

Entretanto, a URSS acusa as potências ocidentais de terem renunciado ao cumprimento de tais resoluções. Po-

rém, as zonas inicialmente ocupadas pelos exércitos ocidentais estão há muito reunificadas. Aí, as pessoas desfrutam as liberdades políticas, da democracia pluralista, em contraste com a ditadura burocrática que oprime os habitantes da zona oriental. Quanto aos exércitos de ocupação, bom...

"CRIMES ECONÔMICOS"

A velha cidade "eleitoral" de Brandeburgo — com mais de dois séculos de existência — foi um dos principais centros onde se manifestou a sublevação popular de 17 de Junho de 1953. Os acontecimentos que tiveram lugar nesta velha cidade à beira do Havel foram semelhantes aos que se desenrolaram noutras localidades da Alemanha Central.

Porém, à excepção de Berlim e de Goelitz, não houve nenhuma outra cidade da zona soviética onde se tivessem conhecido tantos pormenores sobre os acontecimentos como em Brandeburgo.

A revolta dos alemães, depois de

quinze anos de silêncio forçado, quebrou a espessa cortina que os envolvia, fazendo ouvir a sua voz pelo mundo fora. Inconformada, a Imprensa soviética arranjou rapidamente uma justificação, que, soando como um slogan quase ingénuo, se não fosse cínico, classificava os acontecimentos daquele Verão de 1953 como mais uma maquinação da reacção internacional: "Agentes estrangeiros organizaram desordens em Berlim e noutras cidades da República Democrática Alemã. Entretanto, a acção decidida do exército soviético e da população contra os putschistas levou-os ao mais completo fracasso."

Também as autoridades de Pankow, evidentemente pouco originais, respigaram o tema. Para estes teria sido obra de "provocadores fascistas" isolados. De qualquer modo, o tom estava dado: de tudo o que de "desagradável" se passou no mundo, quer no Leste quer no Ocidente, a culpa seria dos sistemas de democracia pluralista, ou dos seus agentes se isso acontecesse nos países "socialistas".

E, assim, a dialéctica kremliniana, materialista e, portanto, ateia, descobriu o seu diabo, a origem de todos os males, um pouco à imagem e semelhança de Lúcifer do evangelho cristão.

De qualquer modo, hoje sabe-se exactamente o que se passou. Não há

dúvidas de que os acontecimentos que se desenrolaram no dia 16 de Junho em Stalinallee, de Berlim-Leste, deram o sinal à sublevação de Brandeburgo; todavia, tudo tinha começado antes, no dia 12, na velha cidade sobre o Havel.

Naquele dia, os operários da August Taege — a única fábrica que ainda não tinha sido nacionalizada — largaram o trabalho e marcharam para o tribunal de Steinstrasse, exigindo a libertação imediata do seu director, que ia ser julgado por “crimes económicos”. Em pouco tempo concentraram-se milhares de pessoas em frente do tribunal.

Blindados soviéticos do tipo T-34 dirigem-se para Berlim Oriental. Protegidos por eles avançam grupos de granadeiros e da Polícia Popular da zona soviética



Calmos ao princípio, exaltaram-se-lhes os ânimos quando alguns dirigentes das Juventudes Livres da Alemanha apareceram a tentar “esclarecer” os manifestantes, que de tais esclarecimentos estavam fartos, mostrando isso claramente.

Tão claramente... que, depois de os referidos dirigentes, certamente desiludidos, terem ido receber tratamento ao hospital, nesse mesmo dia as autoridades cederam, libertando o director e proprietário da fábrica.

Encorajados com o êxito obtido, quatro dias mais tarde, precisamente ao princípio da noite do dia 16, a

para o centro da cidade, gritando: “Nós temos suportado as vossas patifarias há mais de 8 anos, agora queremos eleições livres.”

Os cartazes e outra propaganda oficial foram arrancados das paredes e placards e, em sua substituição, apareceram escritos slogans contra o Governo. À passagem dos grevistas, operários de outras empresas foram engrossando a coluna.

Na fábrica Elisabeth a administração soviética tentou, primeiro com promessas e depois com ameaças, impedir os operários de aderirem, mas tudo inutilmente. Também os trabalhadores da célebre fábrica Ernst Paul Lehmann und Lineol vieram para a rua juntar-se aos manifestantes. Por todo o lado as empresas paravam, engrossando cada vez mais a coluna que se dirigia para o centro da cidade. Perto da fábrica de tractores IFA, o burgomestre, membro do Partido Socialista Unificado (comunista), um tal Kuehne, tentou barrar o caminho aos manifestantes, mas foi rapidamente afastado. Igualmente inútil foi a atitude de força do corpo de segurança da fábrica Schuetzenstrass, ao tentar impedir que os operários desta unidade fabril saíssem para a rua.

ASSALTADA A SEDE DO PARTIDO COMUNISTA

Caminhos-de-ferro, transportes urbanos, tudo estava já imobilizado, pois o seu pessoal tinha cerrado fileiras com os manifestantes, que, depois de libertarem os presos de Steinstrasse, tomaram de assalto a sede do partido. Aqui, depois de neutralizados os agentes da polícia, documentos e mobiliário, tudo foi destruído. O mesmo aconteceu à sede distrital da Confederação Livre dos Sindicatos Alemães”. Também o Tribunal da Primeira Instância foi invadido e o procurador Bechtel, conhecido pela sua crueldade, não escapou, sendo espancado e metido numa cela, enquanto os manifestantes gritavam: “Nós exigimos contas a Bechtel!”

Foi então que o secretário do partido, o camarada Fricke, pediu a intervenção do Regimento da Polícia Popular. Porém, o comandante deste corpo militar, mesmo ameaçado por um coronel do exército russo, recusou-se a mandar fazer fogo sobre os trabalhadores alemães. Então, os sovié-

siderurgia de Brandeburgo. A intensificação das normas de trabalho e os magros salários foram as causas imediatas do descontentamento. Perto das 7 horas, os operários da União da Construção declaram-se solidários com os grevistas. Desde logo, estas greves tomaram um carácter político. Às 8 horas, mais de 3000 operários, da cidade conhece uma animação pouco habitual. Pequenos grupos de pessoas percorriam as ruas. Na manhã seguinte estava decidido aderir ao apelo de greve geral, lançado pelos trabalhadores de Berlim-Leste. À frente deste movimento estiveram os operários da siderurgia e da laminagem dirigem-se

No sector ocidental, a população declara-se solidária com os trabalhadores de Berlim Oriental. As sedes do Partido Socialista Unificado, autorizado em Berlim Ocidental, foram tomadas e destruídas.



ticos colocaram a sua artilharia em posição de fogo sobre a cidade. Os acontecimentos vão ganhando intensidade, alguns tiros atingem mortalmente três manifestantes, ferindo muitos outros. A fúria cresce ao rubro. A casa da Amizade Germano-Soviética é incendiada. Entretanto, o corpo militar de Wilhelm Pieck, acabado de chegar de Potsdam, foi rapidamente desarmado. Os manifestantes estavam senhores da situação.

Porém, chegam os blindados soviéticos. O comandante desta força declara o estado de sítio. Os militares soviéticos põem-se em acção. No entanto, só já noite dentro, aquela força de agressão consegue dispersar os manifestantes. A greve que tinha começado com tanta coragem foi brutalmente reprimida pelas tropas soviéticas.

Pouco depois, quando os membros do partido voltaram a sentir-se senho-



Recuperar a liberdade perdida era o que pretendiam os trabalhadores da zona soviética. Em Potsdam, em Berlim Oriental, por todo o lado, os manifestantes incendiavam os edifícios do partido.

Pedras contra carros blindados. Em 17 de Junho de 1953, numa rua de Leipzig, a pouca distância da sede do Governo da zona soviética, os operários desarmados defenderam-se com a única arma ao seu alcance



res da situação, lançaram uma vaga de prisões, não escapando a ela o comandante da Polícia Popular de Hohenstuecken, por se ter recusado a mandar atirar sobre os populares.

Também em Leipzig foram os tanques soviéticos que reprimiram a sublevação, salvando assim as autoridades coloniais da Alemanha Central. Gorlitz, antiga cidade da Baixa Silésia, sob administração polaca desde 1945, cuja parte ocidental pertence à zona soviética, foi cenário de graves acontecimentos naquele dia quente de Junho de 1953. Aí tudo começou também numa fábrica, a de vagões e locomotivas LOWA. Desde a primeira hora, a sublevação em Gorlitz teve um carácter político, nomeadamente com a exigência de eleições livres e a libertação dos presos políticos. "Recla-

mamos eleições livres; fim à ditadura do partido, Ruski (secretário comunista) volta para casa", eis o que mais de 40 mil pessoas gritavam nas ruas.

Também noutras dezenas de localidades se desenrolaram acontecimentos semelhantes e, como em todo o lado, a acção dos tanques soviéticos foi a resposta dada às justas aspirações do povo alemão. Os camponeses também tomaram parte activa neste vasto movimento de protesto. Porém, para eles, a luta tinha começado muito antes: em 1952 já lutavam por melhores condições de trabalho e, por isso, muitos deles estavam presos. No dia 17 de Junho, os camponeses do distrito de Cottbur concentraram-se em frente de um departamento oficial, exigindo a libertação de 23 camaradas encarcerados, juntando-se a eles, em

certa altura, os operários da fábrica MEWA, que, em conjunto, exigiram a diminuição dos ritmos de trabalho, a libertação dos presos políticos e a revisão dos planos agrícolas. "A hora da libertação chegou!", gritavam.

A onda de terror que se seguiu foi brutal, desconhecendo-se exactamente qual o número de vítimas, pois muitas delas foram entregues às autoridades militares soviéticas. No entanto, sabe-se com exactidão que 832 pessoas foram julgadas e condenadas a severas represálias, sendo 7 delas à pena de morte e 8 a prisão perpétua. No total, estima-se em 3185 o número de prisões, do qual 1500 condenados à morte; isto segundo um inquérito levado a cabo por uma comissão de "juristas livres". Em 1957, sabia-se que pelo menos 250 pessoas ainda estavam presas devido àqueles acontecimentos.

No entanto, para as autoridades de Pankow, os acontecimentos de 17 de Junho de 1953 foram actos isolados. Certamente que é também essa a opinião deles sobre os acontecimentos de 1956 na Hungria e, depois, os da Checoslováquia; na Polónia em 1970 e, recentemente, de novo nesse país. No entanto eles esquecem-se que as ditaduras, mesmo as burocráticas, também se abatem.

■ JOÃO DE ALMEIDA

QUANDO AS ABERRAÇÕES ACABAM EM BEM

● **"Loucura Sexual"**. Realização de Max Pécas. Interpretado por Sandra Jullien, Janne Raynaud, Yves Vincent e Patrick Verde. Produção francesa. Distribuída em Portugal por Sacil. Em exibição no cinema Roma, em Lisboa.

Outro filme de largo circuito para erotomaníacos "passeia-se" numa das nossas plateias. Filme quase inocente, leve, epidérmico e envergonhado. Com pudor de titubear um tema que, um dia, pode ser grande nas mãos de um espírito rico e sabedor. (Porque será que este cinema de banalidades, feito com o único propósito de angariar umas boas notas, como quem vende chouriços ou qualquer mercadoria de paladar, aborda assuntos tão potencialmente aptos a um tratamento de qualidade e anda sempre paredes meias com o reino da psicanálise? Há algo que do sério roça o barato ou vice-versa. Recordemos os romances de Harold Robbins.)

Pois o caso de uma ninfomaníaca torna-se motivo para um filme moral. A aberração da pequena, mercê da intervenção de um médico, quiza um anjo de virtudes, dissipa-se, por obra e graça do equívoco, e faz dela uma amante monogâmica que, afinal de contas, existia no âmago do seu ser. Uma virgindade mal conduzida, algumas relações de trabalho, um namorado inexperiente, foram a causa dos seus ardores súbitos e insaciáveis. Tudo tão simples para um jovem médico, virtuoso, bem parecido, mentalmente viril. E ei-la, a falsa ninfomaníaca nos braços do seu científico príncipe. Tudo acaba em bem. Ela enjoa as orgias, os excessos carnais, quase o sexo. Não fora o beijinho santo, que de lascivo "apenas" tem o facto de demorar uns

tantos minutos e que nos remata a historiuzinha tipo Mary Love, salpicada aqui e além com algumas masturbações, trechos de lesbice e um ou outro abraço mais apertado. Mas tudo insinuado, com desfocos e subtilidades de lentes simultâneas. Tudo a fazer crer só, não fora o nu harmonioso da jovem viciada, melhor, errônea viciada.

"Loucura Sexual" é um filme que não faz mal a ninguém. Antes pelo

contrário. Nem bem. Faz perder tempo e isso é um mal de fartura para tanta gente. Há quem tenha tanto tempo ao dispor que se dá ao luxo de o malbaratar...

Também para este fim de temporada não seria de esperar mais. Reservam-se-nos sobejas reposições, ou seja, a oportunidade de termos bom cinema para rever e algum mesmo para "ver".
D.G.



QUASE UM BOM FANTÁSTICO

● **"O Génio do Crime"**. Realização de Robert Fuest. Interpretado por Vincent Price, Robert Quarry, Valli Kemp, Fiona Lewis e Peter Cushing. Produção norte-americana. Distribuída em Portugal por Astória Filmes. Em exibição no cinema Quarteto, Sala 3, em Lisboa.

Evidentemente que Roger Corman, com todos os seus defeitos e carências de ordem vária, continua a ser o "último dos grandes senhores do cinema fantástico". Ele é o grande decadente do género, encerra um ciclo, afunda-se com os gloriosos anos 60. E quando interrompe a sua cavalgada de maravilhas em decomposição fá-lo em estilo gótico. O certo é que não deixa quase nenhuma hipótese aos seus próximos vindouros.

O terror, o onírico, o fantástico, em cinema, precisa ser reinventado. Há uma medida a descobrir para os anos 70. Medida essa que não repita os ouropéis dos anos 60, beneficiados, estes, com a arte "pop", os Beatles, o

"2001" e o delírio barroco de uma imaginação que nos fez pôr os pés na Lua. Com a grande década transacta acabou muito de belo e entramos num beco em que a saída é particularmente difícil. Deste labirinto é que não nos safamos, dizem alguns. Mas não exageremos.

É inegável que o galope sessentista deu cabo de muita coisa — no bom sentido — e projectou-nos no limiar de um mundo em crise decisiva. O surto romântico dessa dezena de anos deixou-nos de bofes de fora e à beira de um "impasse" de descrença notável. Mas urge ressarcir-nos desse grande desalento e retomar o fôlego para as grandes recuperações. As pausas não vão bem com o processo acelerado dos tempos modernos que desencadeámos. Se estamos em crise, a crise é sobremaneira religiosa e de mitos. Temos de inventar outro "habitat" espirituais nos novos deuses que, decerto, vamos criar. O problema consiste em criarmos esses novos deuses ou em adivinhá-los.

Tudo isto a propósito deste razoável >

Teatro

Adóque

MOCADA RIJA NAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

O Verão é, tradicionalmente, o “defeso” do teatro. Com a vinda do calor e das férias, acompanhados da respectiva abalada para mares e campos, as salas de teatro fecham e os próprios actores muitas vezes vão atrás do público, correndo em “tournées” pelas zonas de veraneio.

Os componentes do Teatro Adóque quiseram ser excepção a esta regra, fazendo estrear, em tempo de canícula, “A Grande Cegada”, uma revista que ficaria bem, em plena temporada, no Parque Mayer, porque é de boa qualidade.

A função do crítico é dar conta do que vê e determinar-lhe o mérito, independentemente da sua adesão pessoal ao conteúdo do que observa. Ora, tal como acontecera já com outras três revistas montadas por aquele agrupamento, a sociedade de artistas ligada ao redor do Adóque, tem feito uma profissão de fé PCP, começando esta sua cruzada quando o gonçalvismo estava no auge. Julgavam assim os membros deste grupo terem mergulhado os dedos na cornucópia, pondo a revista ao serviço dos grupos a si mesmos intitulados progressistas. Foi uma atitude como muitas outras, que encontrava na altura razões para a sua manutenção, estou convencido de que mais por motivos materiais do que ideológicos.

Seja como for, sem medo das quebras de bilheteira e fiados no meio milhão de aderentes da doutrina que veiculam, os autores de “A Grande Cegada” produziram um texto que é, de uma ponta a outra, um ataque cerrado aos adversários políticos do PCP e dos grupos populistas, não poupando nem o eleito Presidente da República, nem o PS, nem nenhuma das forças situadas a sua direita e a sua esquerda, como é o caso dos maofistas.

Forçoso é reconhecer, no entanto,

que a parceria autora desta nova revista produziu um texto de qualidade, embora propagandístico de um determinado sector de opinião. A piada salta ligeira, contundente, injusta no ver dos atingidos, que ficam a sangrar. Nada melhor, portanto, como vingança para os que se sentem desgostosos por não encontrar nas urnas a expressão da sua vitória.

O sal e pimenta da revista, que são os cenários e figurinos, a música e os bailados, também estão presentes com nota alta. Maria Helena Reis e Fernando Lima merecem fartos aplausos, o mesmo sucedendo aos autores da música que, partindo as vezes de notas soltas do Hino Nacional ou de hinos que o fascismo largamente usou, constroem partituras de bom e moderno sabor.

É modesto o naipe de intérpretes do Adóque, que supre pela coesão o que lhe falta em experiência e talento. De revista para revista o mesmo núcleo de jovens artistas vai-se afirmando. É o caso de um, já não tão jovem como isso, Henrique Viana, que está a chegar a meta de uma estrela do espectáculo musicado. Apresenta como credenciais as rábulas cada vez mais perfeitas, as composições de figuras cada vez mais bem urdidas, com talento e ofício. Ermelinda Duarte tem nesta “Grande Cegada” um trabalho meritório, de que não a supúnhamos capaz; Maria Tavares está em vertiginosa ascensão, sendo pena que a sua tendência para criar tipos popularuchos a impeça de trabalhar outros números com igual qualidade. No naipe masculino há duas presenças cujo trabalho é ineficaz e morno — Francisco Nicholson e António Montez. No naipe das segundas figuras há um rapaz, Virgílio Castelo, que “ameaça” vir a ser um bom elemento e duas ou três raparigas (Lia Sena, Fátima Veloso e Natália de Sousa), que cumprem com zelo e alguma qualidade as suas tarefas.

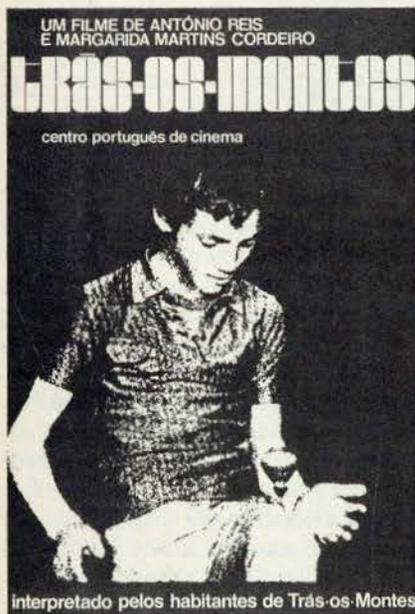
Uma palavra final é devida aos nove bailarinos que compõem o corpo de baile — Madga Cardoso, cada vez mais artista, e os seus excelentes companheiros Maria Bermudes, João Miranda, Vina Godinho, Clarisse Machado, Florêncio Morgado, Alison Bamford, Isabel de Sousa e Alice de Melo.

● João Nordeste

filme fantástico assinado pela década de 70. O seu valor assenta, precisamente, no esforço de contribuir para a criação de uma nova mitologia do género. De emergir do vácuo ou da exaustão deixada por Corman. De apontar novos tipos de heróis extraordinários à procura de outros absolutos. Neste caso de “O Génio do Crime”, o amor sublimado, intelectualizado, eternizado. Porém, a forma é ainda demasiadamente oscilante, incerta, experimental. Mas pode ser que esteja no norte certo, que ensaie uma senda que venha a corresponder à sucessão dos arquétipos tão definidos nos filmes de Corman e de outros. Há, pelo menos, qualquer coisa que difere e não engana.

Longe de ser um óptimo filme, possui a virtude de casar o humor com a grandiloquência da sabedoria e, desse excêntrico matrimónio, ao nível do fantástico, subjazem imensas condições para que surja algo de novo e fresco que reanime o tão exaurido universo do sonho e do impossível. Um filme que vale a pena ser reflectido.

Dórdio Guimarães



“Trás-os-Montes”, de António Reis, prossegue esforçadamente no cartaz. Lutando contra um ambiente hostil a sua actividade, o cinema português

“Alentejo Saqueado”

A Reforma Agrária tem sido desprezada pelos escaparates das livrarias. Salvo as apologias — inúmeras — não surgira ainda a denúncia necessária. Jorge Morais ousou dar o pontapé de saída.

Alentejo Saqueado é certamente a mais importante colecção de documentos sobre a Reforma Agrária até agora publicada. Num pequeno volume de menos de duzentas páginas, Jorge Morais, jornalista de *A Luta*, compilou aquilo que tem visto por terras alentejanas em actividade profissional, desde Agosto de 1975. São reportagens, apontamentos dispersos, notas avulsas. Embora sem a preocupação de fazer um estudo completo sobre o assunto, o autor não se ficou pela mera descrição dos acontecimentos. Encontramos-nos perante material vivo — os acontecimentos — e a tentativa de nos dar o contexto que os explica.

“A Reforma Agrária tem sido uma manobra política; o que menos contempla é a agricultura” diz um pequeno rendeiro ao autor. O livro é todo ele uma completa ilustração e, até, um começo de desmontagem, dessa “manobra política”. São as greves ordenadas contra a própria vontade dos trabalhadores. É a tristemente célebre (e tenebrosa) “Brigada Brejnev”. São os estrangeiros “revolucionários”. A droga. O saque e a delapidação dos recursos e dos créditos. As vacilações de Lopes Cardoso. É o trigo semeado a esmo em terras sem aptidão (o “trigo político” dos sindicatos, como lhe chama Jorge Morais). São números irrefutáveis sobre os prejuízos acumulados. É o saneamento de técnicos competentes. So os fascistas e antigos opressores que se tornam “revolucionários”. É a utilização do material das cooperativas em proveito de um partido. É a revolta surda (e aberta) dos trabalhadores e agricultores. É o “caso” Vítor Louro. São certas tolerâncias de certos militares.

Como fio condutor, uma realidade: António Serpa. Moscovo.

Jorge Morais dá provas de honestidade como profissional e como cidadão ao fazer a denúncia frontal daqui



Jorge Morais, um jornalista corajoso

lo que se passa em terras transtaganas, não se deixando submeter as ameaças e pressões que visam calar todos aqueles que estão em condições de poder revelar aquilo que viram e que lhes chegou ao conhecimento. A sua posição é clara: os trabalhadores são manipulados. Há uma minoria, minoria agora dominante no Alentejo e que substitui a sua congénere do tempo do fascismo. É ela que é responsável por tudo aquilo que aí se tem passado. E não somente ela. São também os governantes e aqueles militares que contemporizam com essas forças. As provas estão nos factos relatados por Jorge Morais.

Um livro corajoso de necessária leitura para todos aqueles que se interessam pelo que se passa no seu país. Alentejo saqueado, “nao por trabalhadores mas por mandatários de poder estrangeiro” revela Jorge Morais.

Mas ouçamos o autor:

“DENÚNCIA DA PRÁTICA SOCIAL-FASCISTA”

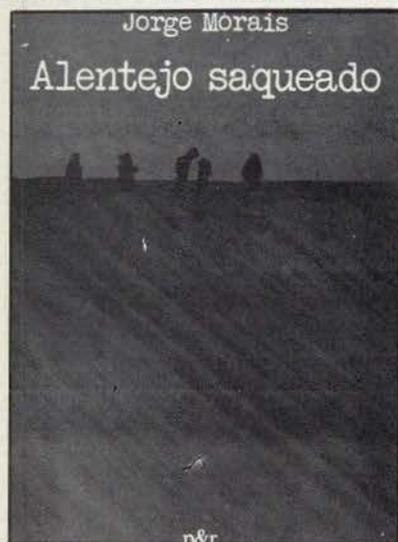
V. M. — A que atribui a falta de informação, especialmente estudos, sobre a manipulação reinante entre os camponeses ao sul do Tejo a coberto da “Reforma Agrária” e do “processo revolucionário”?

J. M. — Há efectivamente falta de estudos, mas não de conhecimentos, sobre a manipulação e a violência de que têm sido vítimas os assalariados rurais alentejanos. Aquilo a que os cunhalistas começaram a chamar “reforma agrária” é só um dos aspectos desse “processo revolucionário” que tem arrastado, aos trambolhões, os portugueses para a intolerância e o ódio, a irredutibilidade, a intranquilidade política e social e a crise económica, que fazem com que muitas vezes nos sintamos a segunda edição da Primeira República.

O clima político e social que o PCP e os extremistas da esquerda implantaram no Alentejo torna permanentes os factores de crise; está grandemente dificultado o acesso a alguns dados que poderiam ser-nos preciosos. Seja como for, penetrar a realidade alentejana é agora uma tarefa penosa e gigantesca. Quem poderá introduzir-se numa herdade colectiva sem exorcizar previamente “os demónios da sociedade capitalista, da socialdemocracia e da reacção fascista”? Ninguém. É raro que um repórter tenha acesso as contas das “cooperativas” administradas pela António Serpa. E é uma sorte encontrar um assalariado que, em desespero ou simplesmente levado por aquela congénita vontade que os alentejanos têm de causer, conte a primeira as edificantes histórias dos lacaios do Kremlin...

Claro que a verdade é como o azeite. E as coisas vão surgindo, hoje um pouco, amanhã outro pouco, filtradas naturalmente pela sabedoria popular que, uma vez mais, acaba de manifestar-se na plenitude da sua pujança e dar a vitória eleitoral ao general Ramalho Eanes. Também nos três distritos alentejanos.

Ao fim de todos este meses de ocupações, expropriações, agressões, sequestros e retaliações, muita coisa se sabe já. E os exemplos de ontem abrem-nos os olhos para os eventos de



hoje. Muito embora o medo seja ainda uma realidade bem viva nas planícies transtaganas, a gente sempre pode tentar saber o que encerra, lá por centro, a aparente simplicidade dos factos. Se fosse possível ouvir, com inteira liberdade de expressão, os camponeses alentejanos, no que eles sabem sobre as "amplas liberdades" de Cunhal e Sarai-

va de Carvalho, muita luz se faria na cabeça dos que ainda alimentam ilusões! Lamentavelmente, temos de limitar-nos a um trabalho quase subterrâneo, a uma investigação revoltantemente "underground". O meu trabalho, que agora saiu em livro, foi justamente esse: o da compilação de alguns dos muitos dados que consegui arrecadar nas minhas andanças jornalísticas. E não pretendo que eles sejam um somatório do que se passou nas terras "da reforma agrária", mas sim um quadro vivo de exemplos e demonstrações, com "nomes, datas e números", assente numa tese política e económica.

Se, honestamente, eu colocar a mim mesmo a questão **O que está na base deste livro?**, terei de responder: **uma denúncia, tão clara quanto possível, da prática social-fascista num dos mais importantes sectores da economia.** Para mim, o social-fascismo é o primeiro e principal inimigo do povo português. Ele nos tem ameaçado, e o peso da sua bota cardada já nós o sentimos.

Outros não pensarão assim. En-

quanto que partidos totalitários, leninistas e estalinistas, tentam enfiar o País no túnel dos horrores do nazismo brejnevista, há quem alimente a prática da conciliação. Tão perigosos são os que rezam essa tenebrosa "missa" como os sacristães que os acolitam. Ou também aqui reside uma das razões da falta de análise ao fenómeno da "manipulação reinante". O meu livro pretende contribuir para essa análise mas não pode ir mais longe. É que ainda estamos em cima dos acontecimentos.

Finalmente, e no campo dos princípios, há duas posições gerais: ou se aceita a chamada Lei da Reforma Agrária, ou não se aceita. Eu perfilho a segunda. Há quem sustente haver "desvios", que urge corrigir; eu penso que o decreto das expropriações é em si mesmo um desvio a legalidade democrática, uma deprimente condenação da propriedade privada, que deve subsistir, em igualdade de circunstâncias, a par das experiências cooperativas; há, dois, quem tente minimizar a importância desses "desvios", para não "prejudicar" o princípio de a lei ser correc-

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e do Porto.

(Entre parêntesis, as classificações da semana passada.)

Título	Autor	Editor	Preço
1. (3) De Conakry ao MDLP	Alpoim Calvão	Intervenção	140 \$00
2. (-) A Resistência	Gomes Mota	Jornal Expresso	120 \$00
3. (4) Moçambique Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	140 \$00
4. (1) A Tentação Totalitária	Jean-François Revel	Bertrand	125 \$00
5. (-) Saneamento Nacional	Prof. Adriano Moreira	Torres e Abreu	55 \$00
6. (2) 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	130 \$00
7. (-) Se eles me matarem	Jiri Pelikan	Perspectivas e Realidades	120 \$00
8. (7) O Capital	Karl Marx	Delfos	500 \$00
9. (9) A Burla do 28 de Setembro	António Maria Pereira	Bertrand	150 \$00
10. (-) Alentejo Saqueado	Jorge Morais	Perspectivas e Realidades	80 \$00

ta; eu penso que é necessário denunciar vigorosamente os "desvios", certo que estou de eles serem a demonstração cabal da iniquidade da lei.

Porque é que ainda não há análises sobre estas questões? Porque ainda não passou o tempo suficiente, porque é difícil sistematizar desde já os elementos coligidos, e porque os conciliadores desenvolvem, também eles, uma feroz campanha contra aquilo a que chamam "calúnias".

"ESSA INCRÍVEL HISTERIA DOS MOSCOVITAS..."

V. M. — Em seu entender, por que razão qualquer crítica a forma como tem sido conduzida a Reforma Agrária é sempre apodada de "reaccionária" e "fascista" por sectores bem conhecidos?

J. M. — Parece-me que os termos que refere começam a estar prostituídos. Já tantas vezes me chamaram "reaccionário" e "fascista" que deixei de dar qualquer espécie de importância a esse vocabulário. Com "direita" e "esquerda" vai sucedendo o mesmo. Pois não era um ex-legionário quem chamava outro dia "Pinochet" ao general Eanes? Vamos a ver: os sectores "bem conhecidos" de que fala são os da esquerda totalitária e inconsciente, do brejnevismo até esse ridículo "poder popular" que vem nos livros... Não hão-de eles chamar "reaccionária" e "fascista" a crítica as suas demências?

A Reforma Agrária não é, na minha opinião, o que se tem feito neste país. O meu livro pretende defender esta tese. Ele é um ataque, que eu quis bem claro e sem ambiguidades, aos social-fascistas e aos submarinos que eles enviam para outros mares. E ataco esta "reforma agrária" na sua essência, porque é fonte de injustiças e desrespeita princípios fundamentais de liberdade económica, não visando sequer a defesa dos interesses gerais do País. E porque a Reforma Agrária que eu aprendi a respeitar, a que promoverá todos os trabalhadores da terra, por meio de uma mais equitativa distribuição do rendimento social-agrícola, essa nada tem a ver com o que se tem passado no Alentejo.

Deturpação de ideias, total incapacidade de raciocínio — isso é o que temos visto. E o erro dos novos senho-

res é o mesmo de Salazar: sem a propaganda que o SNI lhe fez, o PCP teria há muito passado ao "caixote do lixo da história". Tudo o que lhes não agrada é "reaccionário" e "fascista". Essa incrível histeria dos moscovitas e dos "Otelos" é, afinal bem compreensível. E já se verificou que o País passa bem sem as suas baboseiras.

V. M. — Tem algum projecto que vise a publicação de trabalho mais profundo sobre o tema?

J. M. — Sabe que eu não sou técnico agrícola, nem economista, nem nada de parecido. O "Alentejo Saqueado" é somente um texto jornalístico baseado na minha experiência profissional. Se me perguntar porque é que muito do que escrevi no livro não apareceu no jornal onde trabalho, "A Luta", terei de dizer-lhe que eu não tinha o direito de vincular uma equipa a teses que são estritamente pessoais. Embora todos reconheçamos a coragem do jornal de Raí Rego, ao publicar textos extremamente delicados, em situações difíceis.

Também a editora "Perspectivas e Realidades", que toda a gente sabe ser de tendência socialista democrática, teve muita coragem ao publicar um livro que contém críticas a um dirigente socialista que ocupa o cargo de ministro da Agricultura. Mas pretendo deixar bem claro que é da minha conta e risco o que escrevi. Deitei para o papel o que observei, dentro de uma orientação que considero correcta.

Contudo, não estou muito certo de vir a elaborar um outro texto com as mesmas características. O meu próximo objectivo é dar a conhecer a vida dos camponeses alentejanos nas herdades do PCP. Para manta de retalhos, o "Alentejo Saqueado" bastou. Se publicar outro livro sobre as questões da "reforma agrária" alentejana, e isso é muito possível, ele será substancialmente diferente e resultará possivelmente de um trabalho de equipa.

A desmistificação das "conquistas alcançadas" entra muito no domínio do social. É o ambiente de terror e de coacção, é a fala simples dos camponeses do Alentejo e o seu raciocínio infinitamente límpido que eu pretendo retratar. A sua aversão a ditadura, precisamente igual a minha.

● JOSÉ MACHADO

TV

QUANDO A TV ACERTA

Na véspera do dia das eleições presidenciais, a Radiotelevisão Portuguesa emitiu um programa evocativo, verdadeiramente histórico. Servindo-se, com notável espírito de precisão, dos registos magnéticos que, desde o 5 de Outubro de 1910, chegaram até aos nossos dias, o pequeno écran forneceu um contributo inestimável de informação, rigor e esclarecimento. Além disso, a qualidade documental e narrativa, a lucidez do texto e o dinamismo da montagem excedem o carácter repetitivo de uma sucessão de acontecimentos que vêm em tantos livros, para trazerem algo de novidade, de novas perspectivas de interpretação, e juízo histórico.

Especialmente, os primeiros tempos da República merecem do documentário um tratamento em profundidade e o governo de Manuel de Arriaga é dissecado de uma forma exacta e contundente, até que se conclui no alívio que foi o aparecimento de Teófilo Braga na cena da Presidência.

Igualmente a crise que se abre com a primeira guerra mundial e o trio presidencial que quase faz abortar a república e atirar o país para uma ditadura (Bernardino Machado, oportunisticamente deposto, Sidónio Pais, intentando o totalitarismo quebrado pelo atentado, Canto e Castro fazendo a ponte para a reinstauração do republicanismo puro de António José de Almeida) é admiravelmente exposta, dando-nos uma visão linear e límpida dos factos. Assim, como o advento do 28 de Maio e a grande traição perpetrada às boas intenções do general Gomes da Costa.

Programas com este fôlego e este apego são merecedores do mais encomiástico dos estímulos. Estamos pouco habituados a que sejam tratados com tal profissionalismo assuntos tão importantes e graves. É quando a Televisão atinge o nível da obra pensada que se impõe enaltecer a sua eficácia. A qualidade, quanto mais rara, mais apetecida e merecedora é de ser saudada. Os nossos parabéns à TV e aos profissionais que com tanto apurmo, maturidade e cultura edificaram esse programa verdadeiramente incomum.

● DÓRDIO GUIMARÃES

os que riem...



Há cerca de um ano David Mourão-Ferreira foi o intérprete de um vasto número de sócios da SPA que discordavam do saneamento de funcionários dessa organização acusados de remotas culpas políticas. Fundamentou-se a argumentação do actual Secretário de Estado da Cultura em dois pontos: 1.º – a competência desses funcionários destacando-se a total dedicação de um deles, Arnaldo Gomes, a defesa dos interesses autorais. 2.º – a exercer-se o saneamento por razões políticas a imperiosa generalização do princípio implicava o saneamento do presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, dr. Luís Francisco Rebelo, que, em tempos, dera o seu entusiasmo as actividades culturais da Mocidade Portuguesa.

Vingou o ponto de vista dos saneadores. Mas eis que o Decreto que vem acabar com os despedimentos por motivos políticos e ideológicos declara inexistentes os saneamentos efectuados nessa base nos últimos dois anos. Ora as indemnizações pedidas pelos funcionários atingidos pelo furor saneativo que o dr. Luís Francisco Rebelo então patrocinou perfazem perto de 3 mil contos. Quem vai pagá-los? Os sócios de SPA. Não certamente aqueles que pela voz corajosa de David Mourão-Ferreira se opuseram à retaliação. Sendo do nosso conhecimento que estes se recusam a pagar o preço de uma injustiça que tentaram evitar, grande terá de ser o engenho do presidente da SPA para descalçar esta bota.

Moral da história: é sempre bom não alinhar em perseguições. Mais tarde ou mais cedo tem-se o prémio de sorrir com aquele sorriso que neste momento adivinhamos no rosto de David Mourão-Ferreira.

...e os que choram

Teve azar Vera Lagoa em ser julgada antes que cessassem as funções presidenciais daquele que, sendo alvo das suas críticas, deu motivo a que a cronista se sentasse pela segunda vez no banco dos réus. Isto porque sentir-se um presidente da República ofendido não é o mesmo que um ex-presidente da República considerar-se injuriado.

A par desta diferença que prejudicou Vera Lagoa, anota-se outra que igualmente a não beneficiou. O juiz Hermínio Ramos que recentemente a absolveu do mesmo "crime" tem, da liberdade de expressão, noções que não coincidem com as do juiz Silva Caldas, o qual a condenou a três meses de prisão com pena suspensa por dois anos.

Vera Lagoa tem, pois, razões para se sentir decepcionada. Tanto mais que os motivos que determinaram agora a sua condenação são bem mais ligeiros do que aqueles que, no critério do juiz que a absolveu não constituíram matéria de inculpação. Mas Vera Lagoa, que não é mulher para desistir, encontra no seu patrono Proença de Carvalho um aliado quando este interpõe recurso, alegando que se cometeu um "histórico atentado a liberdade de Imprensa".

Vencida, mas não convencida, tal é a expressão que captamos no rosto da combativa cronista.



Foram extintas as casas de câmbios. A esta decisão conduziu a política económica adoptada pelo regime gonçalvista que teve como consequência a redução da actividade cambial. Ora não é segredo que o ex-ministro Vasco Gonçalves era até a data da aplicação da medida que suprime as instituições auxiliares de crédito, proprietário da casa de câmbios Vítor Gonçalves, Lda.

Não é a primeira vez que Vasco Gonçalves se deita na boa cama que fez. Já a sua passagem à reserva foi decidida pelo CR com base num decreto de saneamento de militares patrocinado pelo feroso Demóstenes de Almada. Sucessivamente apeado por ventos que semeou, o ex-primeiro-ministro acha-se agora na situação de ex-cambista.

Mas, enquanto o estrelato da sua carreira política e militar parece apagado definitivamente, a sua actividade de cambista pode ser reconvertida, sendo-lhe permitido levantar no local onde funcionava o seu negócio de câmbios um balcão que sirva outro tipo de comércio. De acordo com as ideias do patrão, não duvidamos que o ramo a explorar estará ao serviço do povo.

a la minuta

QUANDO É QUE E.P.C. ACERTA?

Ainda Eduardo Prado Coelho. Pe-de-nos o pródigo articulista que publicamos uma sua resposta a uma observação publicada na secção "a la minuta" da V.M., o que passamos a fazer.

Em relação a um local da secção "a la minuta" da Vida Mundial, número 1893 de 24-6-76, em que um texto meu é referido, gostaria de esclarecer o seguinte:

a) Não vejo qualquer interesse em debater problemas deste tipo com Natália Correia. Quando citei um dos seus textos, foi apenas porque ele exprimia ingenuamente o ponto de vista da direita ("com a devida objectividade", claro). Se, por vezes, é útil a discussão com a direita, sem dúvida será nouro nível e com diferente competência.

b) Pretendo apenas rectificar a frase final: nunca disse que Eanes era "um insignificante cujo significado era a sua insignificância", mas, sim, que Eanes apareceu na cena eleitoral como um significante com significado suspenso. Mesmo que a Vida Mundial não note a diferença, há outros leitores, que merecem respeito, a quem convém assinalá-lo.

Quanto a demais questões de insignificância, o problema é vosso.

Eduardo Prado Coelho

Manda a objectividade devida aos nossos leitores que lhes mostremos o que a nota do E.P.C. esconde.

Num artigo que publicou em "O Jornal" (16 de Junho passado) asseverou E.P.C. que a directora da V.M. pusera reticências direitistas a Eanes, acusando o seu programa de esquerdista. O acusar é pura invenção da cabeça privilegiadamente engenhosa de E.P.C., para quem atribuir-se esquerdismo a Ramalho Eanes constitui acusação. Ora se, no conceito de E.P.C., considerar esquerdista o projecto de Eanes é acusatório, cumpre deduzir-se que o

outorgar-lhe direitismo seria desejável. Quem assim raciocina serve sim o ponto de vista da direita e não Natália Correia, que, verificando uma posição esquerdista no programa de Eanes, fez notar que este poderia desagradar a certos sectores que o apoiavam.

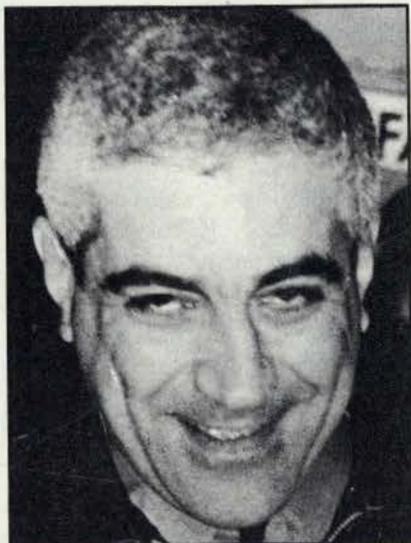
Turva-se, ainda, o esclarecimento de E.P.C. quando rectifica a frase "significado do insignificante", repondo-a na forma como a escreveu: "um significante com significado suspenso".

Pior a emenda. Pôr em suspensão o significado do significante é considerá-lo interrompido, fazê-lo cessar. Portanto: um significante cujo significado é cessante. Temeridade suspensiva com a qual E.P.C. desmerece o real e importantíssimo significado do significante Presidente da República que significativamente foi eleito pela maioria dos portugueses.

Quanto a E.P.C. reconhecer à directora da V.M. incompetência direitista para com ela estabelecer discussão, Natália Correia agradece-lhe e saúda-o por finalmente ter acertado.

NUNCA MAIS O LARGAVA...

Otelo Saraiva de Carvalho na sua campanha de propaganda eleitoral foi abraçado muitas vezes. Mas exactamente em Setúbal talvez tenha ouvido o maior elogio feminino de sempre. Uma assistente entusiasmada ao rubro subiu ao palanque onde Otelo se encontrava, abraçou-o efusivamente e



afirmou para quem a quis ouvir: — Se eu tivesse um homem destes nunca mais o largava! Quando a exaltada fã de Otelo desceu do estrado e voltou a pôr os pés no chão da sua realidade, o marido esperava-a e, para lhe ensinar o que era ter um homem que não se larga, chegou-lhe a roupa ao pêlo.

TURISMO NACIONAL

No momento em que redigimos estas linhas ignora-se se o projecto de boicotar a saída de membros do Governo provocado pela "medida dos sete mil escudos" irá avante. De qualquer modo a ameaça não pode deixar de constituir um susto para os governantes, que têm traduzido a sua actividade em febril itinerância. Entre estes destaca-se Melo Antunes, que no desempenho do seu cargo ganhou hábitos

ambulatorios. Não é pois difícil de adivinhar, no caso do projectado boicote ir avante, qual a obra que o major, homem dado a leitura, terá como livro de cabeceira: "Viagens na Minha Terra" de Garrett.

QUEM TEM TELHADOS DE VIDRO

Que "Página Um" seja o órgão oficial de Otelo e tigrinamente salte quando o seu patrono ou patrocinado não é alvo do carinho que esse boletim de diocese oteliana lhe dedica, isso é direito que não lhe contestamos. Também não nos interessa que a sua secção de humor triste que nada valendo se incha no título "Vale Tudo" transpire tanto verdete por "Vida Mundial". Reconheça-se, porém, que "valetudo" vale um bom par de gargalhadas quando se mete nesta anedota: segundo o valetudista a directora da V.M. pertence a classe elevada. Asserção que se aceita já que, sendo o trabalho elevação, vive ela do seu trabalho. Mas há trabalho e trabalho. E aquele em que se especializou o dr. Fagundes, que além do director de "Página Um" se notabiliza como advogado, é um dos firmes sustentáculos de tal classe exploradora que, na doutrina do dr. Fagundes, está condenada pela História.

"Comandos atacaram à meia-noite"

DA (DUVIDOSA) MORALIDADE À "SEGURA EFICÁCIA"

Poucas horas antes, as perspectivas eram sombrias. Em Paris e Londres, os governos reúnem-se de emergência para apreciar a insólita aceitação de Israel em dialogar com os rebeldes. No velho barracão do aeroporto de Entebbe, entrava-se no sétimo dia de angústia: sob as armas de 7 palestinianos e dezenas de soldados ugandeses, os 106 reféns desesperam. O calor é sufocante, a espera intolerável, o cansaço nervoso descontrolante. O grupo grego adianta-se e pede aos jornalistas que atirem para o mundo a sua rendição incondicional as razões dos captivos. O insofismável Idi Amin joga com os trunfos da situação, pactuando com o punhalo de homens que lhe tinham trazido (mais) primeiras páginas nos jornais de todo o mundo. Só a delegação israelita permanecia irritantemente calma.

O golpe desenrolou-se em 30 minutos, a partir da meia-noite. Exactamente 12 horas antes de findar o prazo estabelecido pelos palestinianos para recolherem os frutos do seu acto ou fazerem ir pelos ares as pessoas e o gigantesco Airbus francês, ali especado ao sol, na pista de cimento que técnicos israelitas tinham construído durante os melhores dias do entendimento Telavive-Kampala.

Com uma perícia, uma ferocidade fria e um sentido técnico de organização que deixaram pálidos de inveja os militares de todos os exércitos, o grupo "comando" embarcado em Telavive resolveu a situação.

...Mas não só aquela situação.

Na verdade, o romanescos e apaixonante "raid" de Israel teve por raízes o ódio do massacre do aeroporto de Lod

e do sangue que correu nas Olimpíadas de Munique, nas Embaixadas israelitas em Estocolmo, na África do Sul, na América Latina. Aqueles homens estavam fartos de sepultar caixões com gente inocente.

As leis internacionais ainda não contemplam os casos de repugnância política — e o terrorismo passa impune pelos olhos aflitos desta geração. Sob este ponto de vista (eminentemente moral), Entebbe foi uma mancha: a civilização ainda não produziu vias dignas que a "vindicta" substitua a racionalidade da desfrontera limpa.

Em política, porém, o cinismo — e a coragem que este implica — é ainda a



IDI AMIN — Uganda pagou as favas...

moeda forte. Israel, que tem por parceiro a Alemanha Federal no que toca a um decidido antiterrorismo (recorde-se o caso Baader-Meinhof) avançou, em Entebbe, um passo importante. De duvidosa moralidade, mas de segura eficácia.

● C.P.C.

Polónia:

ACONTECIMENTOS PARA BREVE

Terminada a conferência dos partidos comunistas europeus, dias sombrios aguardam o povo polaco. Porém, este povo recusa-se a continuar a pagar o preço de uma economia colonizada pela União Soviética. Assim...

Aparentemente tudo voltou a normalidade na Polónia. As nuvens negras que subitamente se tinham adensado acabaram por se dissipar, quando, laco-

nica, Piotr Jaroszewicz, presidente do Conselho de Ministros, cancelou o aumento dos preços que, ele próprio, 48 horas antes tinha anunciado. Nem mesmo a promessa de que os salários seriam revistos 5 anos mais tarde evitou que os trabalhadores polacos tivessem manifestado o seu desagrado. De facto, tal agravamento, que de 50 a 100 por cento atingiria os produtos de primeira necessidade, iria reduzir em muito o já baixíssimo poder de compra dos trabalhadores daquele país

“socialista”. Por isso, muitos deles largaram o trabalho e vieram para a rua enquanto as donas de casa se precipitaram para os armazéns de produtos alimentares.

Porém, mais do que a amplitude destas manifestações de descontentamento, foi a recordação dos sangrentos acontecimentos de 1970 que, sem dúvida, teriam levado os governadores polacos a suspender as decisões anteriormente tomadas. Não por sentimentos democráticos, cuja ausência, aliás, está já largamente demonstrada, mas certamente devido a proximidade da conferência dos partidos comunistas europeus, em Berlim Oriental. Uma agitação operária da amplitude que aquela ameaçava atingir, num país cujo partido participante se encontra no Poder, teria efeito desastroso. Tanto mais que um dos objectivos da conferência era lançar poeira para o Ocidente.

Agora, terminado o congresso, é altura de recordar o aviso feito pelo Partido Comunista Polaco, dois dias depois de terem suspenso os anunciados aumentos: “A longo prazo é impossível comprar a preços altos e vender a preços baixos.” Certamente que isso é verdade. Porém, com uma economia colonizada pela União Soviética e um governo que dela também depen-

de, a alternativa não será outra que não seja obrigar os trabalhadores polacos a suportarem as maravilhas do “mundo socialista”. Exactamente como em Dezembro de 1970.

Curiosamente, naquele ano, tudo começou também por uma tentativa de aumento de preços nos artigos de primeira necessidade, que, embora mais modestas, equivaleriam a uma redução de 20 por cento nos já magríssimos salários existentes. Foi então que dos estaleiros navais de Gdansk a greve alastrou rapidamente a outras localidades. Dezenas de milhar de pessoas vieram para a rua. Os estúdios da televisão e a sede do Comité Provincial do partido foram ocupadas pelos manifestantes que gritavam: “Abaixo Gomulka! Queremos liberdade! Não temos de comer, dai-nos pão!”

Porém, numerosos soldados, polícias, tanques, blindados e helicópteros restabeleceram a ordem “democrática”. No chão, dezassete mortos, cerca de duas sentenas de feridos, muitas viaturas militares destruídas e a sede da Polícia incendiada. No entanto, Gomulka caiu. De facto, não sendo muito querido das autoridades soviéticas, os homens do Kremlin aproveitaram o ensejo para o substituir pelo actual secretário-geral do partido, Edward Gierek. Este, uma vez no Poder, apressou-se a advertir a população de que nenhuma manifestações seriam toleradas, enquanto classificava a decisão do aumento de custo de vida como “a aplicação de uma política irreflectida”. Na mesma altura fez uma promessa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Porém, 6 anos volvidos, e eis que o desemprego atinge já mais de 200 mil pessoas. E, sem que nada tivesse feito para melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras, o governo vem anunciar um espectacular aumento de preços. O recuo momentâneo não foi mais que uma conveniência política ocasional. Acabada a conferência, dias sombrios aguardam agora os trabalhadores polacos. Certamente que ambas as partes se preparam para a luta. Os acontecimentos poderão atingir proporções inesperadas, pois, mais do que o pão, o povo polaco quer a liberdade. ● J.A.



(Continuado da pág. 5)

Comércio do Porto. Uma terceira foi comprada em Inglaterra por subscrição pública promovida pelo Partido Republicano Português.

1917 — Termina o primeiro curso na **Escola Aeronáutica Militar**. São distribuídos 13 diplomas de voo.

— A entrada de Portugal na primeira guerra mundial leva a formação da primeira unidade aérea operacional: a **Esquadilha Operacional de Moçambique**. O envolvimento português era determinado pela nossa ligação à Inglaterra e pelos interesses coloniais disputados pela Alemanha na África Austral.

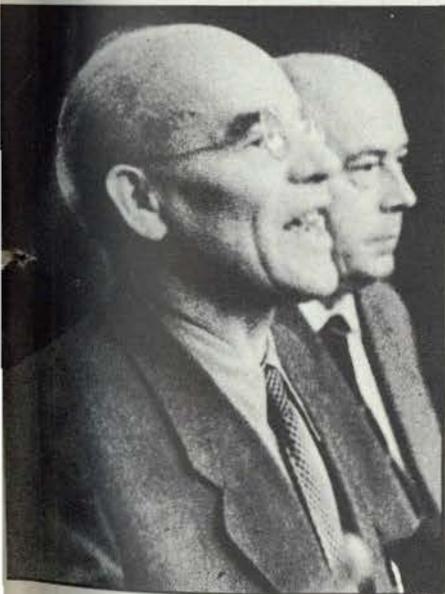
— Constituída a **Esquadilha Inicial** para promover a mobilização do pessoal a enviar para França.

1918 — Participação dos pilotos portugueses nos combates aéreos.

— Criação da **Esquadilha de Aviação Expedicionária de Angola**, por motivos e com atribuições idênticas a da sua congénere de Moçambique.

— Estruturação da aviação militar: criação do **Serviço de Aeronáutica Militar (SAM)**.

1920 — A Marinha cria a sua própria aviação — **Direcção do Serviço de Aeronáutica**.



“ABAIXO GOMULKA!”
O povo pede pão...



— A Escola de Aviação Militar, nova designação da Escola Aeronáutica, passa para Sintra — Granja do Marquês.

1924 — A aviação militar passa a arma independente em pé de igualdade com as restantes: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

1931 — As Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, com existência desde 1928, passam a construir alguns modelos de avião sob licença. Até 1937 registou-se o reapetrechamento da Força Aérea.

1939 — A compra de novas unidades a países dos dois blocos que em breve se envolveriam nas hostilidades da segunda guerra mundial, nomeadamente a Alemanha (Junkers) e Inglaterra (Gloster Gladiator) culmina com a aquisição de 1 aviões Breda a Itália, destruídos no ano seguinte por um clone.

1941 — Com o desenvolvimento da guerra é criado o Grupo de Caça na Base Aérea número 2 e um grupo idêntico em Espinho, assim como a Esquadilha Independente da Defesa de Lisboa. É conhecida a simpatia do Governo de então pela causa do "Eixo".

— Para os Açores é enviada uma esquadilha de bombardeamento e uma de caça.

1944 — Portugal recebe material moderno (Spitfire e Hurricane) em troca da permissão feita à Inglaterra para instalar o grupo 247 da RAF nos Açores (Lages).

1949 — Ingresso de Portugal na NATO. Nos anos que se seguiram, a aviação militar foi provida de equipamento atualizado. Chegaram alguns F-84G Thunderjet, T-33A T e British Vampire.

1952 — Decretada a reorganização da Força Aérea. Esta torna-se num ramo independente das Forças Armadas. Nasce assim a Força Aérea Portuguesa.

1958 — Três anos antes do início da guerra colonial as potencialidades da FAP concentravam-se em cerca de 350 aeronaves e 2500 homens dos quais 500 oficiais.

A aviação era considerada uma das armas mais eficientes na repressão dos movimentos de libertação. O seu contingente abrangia cerca de 7000 homens em 1962-1963 e perto de 13 500 em 1966. Em 1971 a capacidade total da FAP era avaliada em cerca de 17 500 homens e 800 aeronaves, das quais 150 de combate. ● J.M.

UMA CERTA INFORMAÇÃO

O Festival da Força Aérea levou dezenas de milhares de pessoas a contactar directamente com este ramo das Forças Armadas. Elas terão ficado com uma ideia, ainda que parcial e deficiente, da capacidade de actuação da Força Aérea. Através da exposição de material e dos diversos modelos de aeronaves utilizados pelos nossos pilotos, pôde o visitante aperceber-se do nível actual do nosso apetrechamento nesse campo, comparando-o com o de outros países através das notícias que colhe nos órgãos de Informação.

Ainda bem que isso assim sucede. Parece, no entanto, não ser esta a opinião de toda a gente na Informação. Acabado o Festival, o resto do Pa

que não estivera presente na Granja do Marquês, assistiu à reportagem televisiva do mesmo. O repórter da TV encarregado de entrevistar um dos militares responsáveis pelo que se passou no dia da Força Aérea mostrava-se muito preocupado pelas medidas de austeridade que atingem a população. O major interrogado explicou que os pilotos necessitam de um número mínimo de horas para se poderem considerar operacionais. As horas de voo gastas no festival contavam para esse mínimo, sem o qual a Força Aérea seria uma mera fachada e não um ramo apto a cumprir a sua função.

Mas o repórter ainda não estava satisfeito. A sua inquietude resultava, agora, da suspeita relativa à evolução dos Mirages franceses nos nossos céus. Não acarretaria esse facto pagamentos ao estrangeiro e o possível agravamento do nosso défice? E novamente o major esclareceu (talvez a contragosto de alguns) que a Força Aérea Francesa havia participado sem qualquer encargo para Portugal no Festival. Afirmou ainda que não havia intuítos comerciais na deslocação dos espectaculares modelos franceses.

Quando se trata de exibição da capacidade de um importante ramo das Forças Armadas as questões que se colocam ao público, ao povo, dizem prioritariamente respeito à "austeridade" ou à operacionalidade? A defesa da soberania portuguesa pode ser posta como se coloca a poupança nos consumos particulares de combustível e nos travões à importação de bens de consumo corrente? Decerto que não.

No terreno reservado a exposição de aeronaves em serviço na FAP os visitantes podiam admirar os mais rápidos caças existentes no nosso país: o F-86 (o célebre Sabre da guerra da Coreia) e o Fiat G-91. Trata-se de material moderno que satisfaça as exigências mínimas postas pela defesa do País? Só um inconsciente o poderia dizer. Ou gente com outros intuítos...

As comemorações do dia da Força Aérea agradaram a muitos observadores. Tidas como oportunas, elas fazem lembrar que muito há ainda que fazer para a sua modernização. ● J.M.



ALFREDO COELHO CUNHA, de 22 anos, iniciou a sua profissão em "O Seculo Ilustrado", em 1972. Colaborou também na "Vida Mundial" e na revista "Mulher". Em 1973, foi galardoado com o prémio Joshua Benoiel, de reportagem fotográfica, instituído aos repórteres fotográficos da Sociedade Nacional de Tipografia.

Esta é a segunda edição do seu livro "Vidas Alheias".

Alfredo Cunha

VIDAS

editorial
O SÉCULO

ALHEIAS

BALAIA

Penta Hotel

ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 — TELEX 18298